



COMBOIOS DE PORTUGAL

The page features several decorative horizontal bars of varying lengths and colors (green and yellow-green) scattered across the layout, primarily on the left and right sides, framing the central text.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2016

FICHA TÉCNICA

CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
Calçada do Duque, n.º 20
1249 - 109 Lisboa
N.º Contribuinte: 500 498 601
Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º
Capital Estatutário € 3.333.713.275,71 (a 31 de dezembro de 2016)

Conceção e Coordenação:
Direção de Planeamento e Controlo de Atividade
Direção Financeira

Contactos: webmaster@cp.pt
Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

ÍNDICE

SUMÁRIO DO ANO	7
GRUPO CP	9
RELAÇÕES INTRAGRUPPO	12
ENQUADRAMENTO DO ANO	14
Contexto	15
Enquadramento Macroeconómico	16
ATIVIDADE CONSOLIDADA DO ANO	17
CP	18
Sumário Executivo	18
Operação	18
Gestão dos Meios	21
Procura e Oferta	21
Proveitos	22
Investimentos	22
Resultados	23
EMEF	27
Sumário Executivo	27
Operação	27
Recursos Humanos	30
Proveitos	30
Investimentos	30
Resultados	31
FERNAVE	32
Sumário Executivo	32
Operação	32
Gestão dos Meios	33
Proveitos	33
Resultados	34
ECOSAÚDE	35
Sumário Executivo	35
Operação	35
Recursos Humanos	37
Resultados	38
SAROS	39
Sumário Executivo	39
Operação	39
Resultados	40

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	41
Resultados do Grupo CP - Evolução Face ao Ano Anterior	42
Resultado Líquido	43
Resultado Operacional da Atividade de Transporte (EBITDA)	43
Resultado Operacional	43
Resultado Financeiro	44
Balanço	45
Ativo	45
Capital Próprio	46
Passivo	46
Financiamento	47
Política de Financiamento	47
Dívida Remunerada	47
PERSPECTIVAS PARA 2017	49
FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	53
DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	55
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	63
Identificação da entidade e notas de operacionalidade (nota 1)	64
Identificação	64
Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras (nota 2)	65
Referencial contabilístico	65
Derrogações às IFRS	65
Valores comparativos	65
Principais políticas contabilísticas (nota 3)	66
Bases de mensuração	66
Consolidação	66
Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral	73
Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	73
Outras participações	73
Políticas contabilísticas relevantes	73
Fluxo de caixa (nota 4)	94
Rubrica de caixa e depósitos bancários	94
Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (nota 5)	95
Composição do resultado por segmento de negócio (nota 6)	96
Ativos fixos tangíveis (nota 7)	100
Ativos intangíveis (nota 8)	102
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial (nota 9)	103

Outros investimentos financeiros (nota 10)	104
Ativos por impostos diferidos (nota 11)	105
Impostos sobre o rendimento (nota 12)	106
Inventários (nota 13)	107
Clientes (nota 14)	109
Estado e outros entes públicos (nota 15)	110
Outros créditos a receber (nota 16)	111
Diferimentos (nota 17)	112
Ativos financeiros detidos para negociação (nota 18)	114
Ativos não correntes detidos para venda (nota 19)	115
Capital subscrito (nota 20)	116
Reservas legais (nota 21)	117
Outras reservas (nota 22)	118
Resultados transitados (nota 23)	119
Ajustamentos/outras variações no capital próprio (nota 24)	120
Provisões (nota 25)	121
Financiamentos obtidos (nota 26)	122
Outras dívidas a pagar (nota 27)	123
Fornecedores (nota 28)	124
Adiantamentos de clientes (nota 29)	125
Passivos financeiros detidos para negociação (nota 30)	126
Vendas e serviços prestados (nota 31)	127
Subsídios à exploração (nota 32)	128
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 33)	129
Trabalhos para a própria entidade (nota 34)	130
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (nota 35)	131
Fornecimentos e serviços externos (nota 36)	132
Gastos com pessoal (nota 37)	133
Imparidades de investimento não depreciáveis/ amortizáveis (nota 38)	134
Outros rendimentos (nota 39)	135
Outros gastos (nota 40)	136
Aumentos/reduções justo valor (nota 41)	137
Gastos/reversões de depreciação e de amortização (nota 42)	138
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (nota 43)	139
Juros e rendimentos similares obtidos (nota 44)	140
Juros e gastos similares suportados (nota 45)	141
Passivos contingentes (nota 46)	142
Garantias e avals (nota 47)	143
Remuneração do revisor oficial de contas (nota 48)	144
Acontecimentos após a data do balanço (nota 49)	145
DOCUMENTOS ANEXOS	146



SUMÁRIO DO ANO

Indicadores Operacionais do Grupo	2016	2015 (*)	Variação	
			Valor	%
Procura				
Passageiros (10 ³)	114 841	112 024	2 818	2,5%
Passageiros Quilómetro (10 ³)	3 802 762	3 624 903	177 859	4,9%
Oferta				
Cks (10 ³)	29 128	28 834	294	1,0%
Recursos Humanos				
Efetivo Final	3 798	3 715	83	2,2%
CP	2 708	2 684	24	0,9%
CP - EMEF	1 048	979	69	7,0%
CP - Fernave	20	28	-8	-28,6%
CP - Ecosaúde	21	23	-2	-8,7%
CP - Saros	1	1	0	0,0%
Frota - Parque Ativo				
Automotoras	239	235	4	1,7%
Locomotivas	31	31	0	0,0%
Carruagens	103	101	2	2,0%

(*) Para efeitos de comparabilidade, não se considera nos valores de 2015 a CP Carga, cuja privatização foi concluída em 20 de janeiro de 2016.

Indicadores Financeiros do Grupo (Valores em 10 ³ €)	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Demonstração de Resultados				
Resultado Operacional	-53 587	-176 731	123 144	69,7%
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0,0%
Resultado Líquido	-144 000	-278 657	134 657	48,3%
EBITDA ⁽¹⁾	6 710	6 992	-260	-3,7%
Balço				
Ativo	667 693	725 606	-57 913	-8,0%
Capital Próprio	-2 651 383	-3 162 144	510 761	16,2%
Passivo	3 319 077	3 887 750	-568 673	-14,6%
Financiamentos Obtidos	3 026 948	3 525 424	-498 476	-14,1%

(1) Não inclui Indemnizações por Rescisão, Justo Valor, Imparidades, Provisões, Depreciações e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa.

Nota: considerando que os termos do acordo de venda de referência, assinado em 21 de setembro de 2015, condicionaram significativamente o exercício de influência dominante e controlo, ao abrigo do artigo 6º do Decreto-Lei n.º158/2009, a CP Carga não foi incluída na consolidação pelo método de consolidação integral de 2015.



**GRUPO
CP**

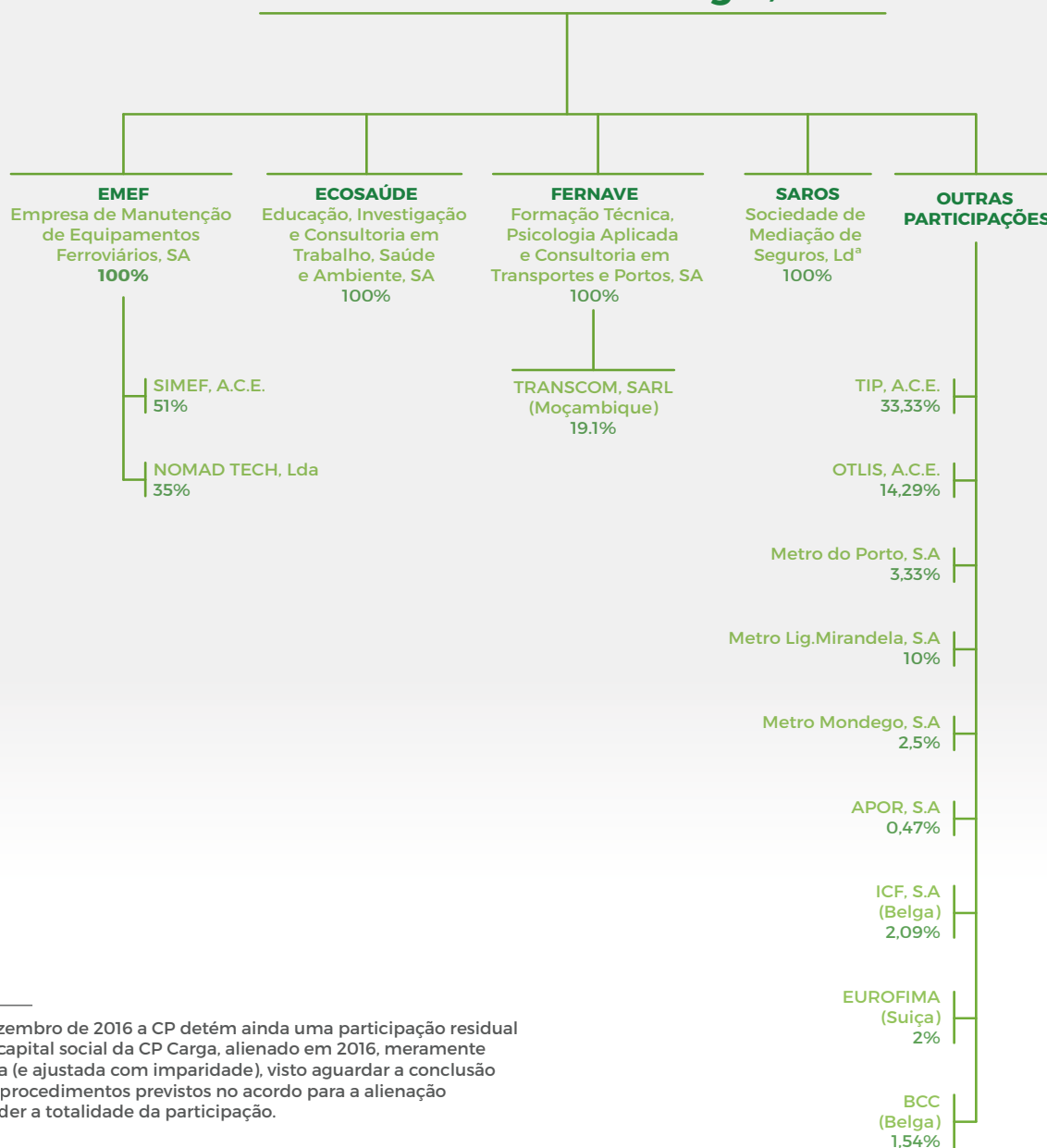
A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla um grupo de empresas na esfera dos fornecimentos no sector e detém participações minoritárias casuísticas.

A 20 de janeiro de 2016, cumpridas as condições por parte do comprador e da aprovação governamental, foi concluído o processo de privatização da CP Carga S.A, com a assinatura final do respetivo contrato de venda à MSC Mediterranean

Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.¹ O processo foi aprovado pelas instâncias competentes, nomeadamente a Autoridade da Concorrência, que deu o seu aval às condições já contratualizadas em parecer emitido em dezembro de 2015.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas a 31-12-2016:

CP - Comboios de Portugal, E.P.E.



¹ Em 31 Dezembro de 2016 a CP detém ainda uma participação residual de 5% do capital social da CP Carga, alienado em 2016, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a alienação corresponder a totalidade da participação.

O Grupo desenvolve as seguintes atividades:

CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

A EMEF tem um vasto objeto nos domínios da engenharia ferroviária. Realiza o fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção.

SIMEF, A.C.E

O SIMEF realiza a manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700”.

Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

A ECOSAÚDE presta serviços de cuidados de saúde, ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente. Realiza ainda serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas, assistência técnica, consultadoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental. Executa ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria Em Transportes e Portos, S.A.

A FERNAVE realiza formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e de avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas.

SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

A SAROS presta serviços na área da mediação com a categoria de agente de seguros nos ramos VIDA e NÃO VIDA. A atividade da SAROS foca-se na gestão da carteira de seguros das empresas do Grupo CP.

TIP, A.C.E.

O TIP é responsável pela implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas.

OTLIS, A.C.E.

A OTLIS é responsável pelo desenvolvimento do projeto de telebilhética na área da Grande Lisboa em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E).

A CP detém ainda algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.



RELAÇÕES INTRAGRUPO



O quadro seguinte mostra os serviços que as empresas do Grupo prestam entre si:

Prestador	Serviço	Recetor				
		CP	EMEF	Fernave	EcoSaúde	SAROS
CP	Aluguer Edifícios Oficiais		✓			
	Prestação Serviços (Contabilidade, Informática, Etc.)		✓	✓	✓	✓
	Refacturação (limpeza de instalações, vigilância, <i>utilities</i> , etc.)		✓	✓	✓	
EMEF	Serviços de Manutenção e Reparação de Material Circulante	✓				
Fernave	Formação	✓	✓			✓
EcoSaúde	Serviços de medicina, higiene e segurança no trabalho e testes de alcoolemia e substâncias psicotrópicas	✓	✓	✓		✓
SAROS	Mediação de Seguros	✓	✓	✓	✓	



ENQUADRAMENTO DO ANO



CONTEXTO

Nos termos do artigo 4º do Regulamento n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do grupo realizaram com terceiros.

A presente consolidação não terá impacto em termos fiscais, nomeadamente no que se refere a Impostos sobre o Rendimento, por se ter considerado que não existem expectativas de que o grupo venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Em 2016, segundo estimativas disponíveis à data da elaboração deste relatório, o PIB aumentou 1,4% em volume, menos 0,2 p.p. que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, refletindo a redução do Investimento e, em menor grau, a desaceleração do consumo privado. A procura externa líquida apresentou um contributo significativamente menos negativo que em 2015², beneficiando do forte aumento do turismo.

Num período de reduzida taxa de inflação continuou a verificar-se a recuperação das despesas de consumo das famílias, que cresceram devido, essencialmente, à queda da taxa de desemprego, ao efeito da redução do serviço da dívida das famílias, com as taxas de juro estabilizadas em níveis baixos e em consequência da reversão de algumas medidas implementadas durante o Programa de Assistência Económica e Financeira. Assistiu-se igualmente a uma melhoria das condições de financiamento das famílias e a um aumento da taxa de poupança dos particulares para 4% do rendimento disponível. Os Indicadores de Confiança dos Consumidores e da Indústria vieram gradualmente a subir ao longo do ano.

O Consumo Público manteve a sua evolução decrescente refletindo o esforço de consolidação orçamental. Para compensar os desvios negativos identificados na receita fiscal, não foram utilizadas verbas de cativos inscritos no Orçamento do Estado para 2016, procedimento que acabaria por originar estrangimentos relevantes na despesa das empresas públicas.

² Banco de Portugal - Boletim Estatístico-mar 2017 e www.INE.pt



ATIVIDADE CONSOLIDADA DO ANO





Sumário Executivo

A CP prosseguiu em 2016 a tendência de crescimento continuado que se verifica desde final de 2013.

Durante o ano foram transportados cerca de 115 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 2,5% relativamente a 2015 e de 7,8% face a 2013.

Ao nível dos serviços, realçam-se os importantes acréscimos registados nos urbanos de Lisboa e do Porto e destaca-se o crescimento do Longo Curso, que registou um acréscimo de 9,4% face ao ano anterior e de 30,2% face a 2013.

Apesar de não terem ocorrido aumentos tarifários, os proveitos de tráfego ultrapassaram os 230 milhões de euros, representando um acréscimo de quase 10 milhões de euros face ao ano anterior (+4,4%).

O Resultado Líquido situou-se nos -144,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 133,9 milhões de euros face ao ano anterior (-278,4 milhões de euros).

Para esta evolução contribuiu nomeadamente o reconhecimento, em 2015, do impacto líquido negativo, de cerca de -85 milhões de euros, do acordo de referência para a venda da CP Carga e de responsabilidades passadas decorrentes da consideração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias, no valor de 27 milhões de euros.

Excluindo estes efeitos, ainda assim, o Resultado Líquido apresentaria uma melhoria de cerca de 13%.

Apesar de, pelo segundo ano consecutivo, a CP não ter recebido indemnizações compensatórias, o EBITDA recorrente manteve-se positivo em 344 milhares de euros, tendo o crescimento dos proveitos de tráfego compensado parcialmente a redução das vendas e serviços prestados à ex-CP Carga (MEDWAY), na sequência da sua privatização.

Operação

A atividade da CP durante o ano foi desenvolvida tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento 2016 (PAO 2016), aprovado em 30 de dezembro de 2016 pelas Tutelas Sectorial e Financeira. O foco estratégico continuou a ser a promoção da eficiência e da sustentabilidade da empresa.

Das acções realizadas destacam-se as seguintes:

OFERTA / OPERAÇÃO

- **Intervenção de meia-vida CPA** - apresentação pública do projeto Nova Geração dos Comboios Alfa Pendular e início da intervenção na primeira unidade. Trata-se de uma remodelação profunda dos interiores e exterior dos comboios CPA4000;
- **Nova Imagem nos Comboios Intercidades** - concluída a renovação exterior de 103 carruagens do serviço Intercidades;
- **Wi-Fi nas Carruagens Modernizadas** - instalação de Wi-Fi em 31 carruagens dos IC das linhas da Beira Alta, Alentejo e Sul.
- **Alterações da Oferta na Região Norte** - criados comboios diretos entre Coimbra e Porto Campanhã e melhorados os enlances nas estações de Marco, Nine e Ermesinde. Extensão do serviço Alfa Pendular a Guimarães;
- **Novo Horário na Linha do Sado** - entre as alterações introduzidas destaca-se o prolongamento do serviço entre Setúbal e Praias do Sado-A;
- **Comboio Histórico do Douro 2016** - alargado o período da campanha e reforçada a oferta com mais circulações, para dar assim resposta à elevada procura deste produto. Esta campanha ficou ainda marcada pelo regresso da Locomotiva a Vapor, que passou a utilizar o *diesel*, como energia primária em substituição do carvão.

TARIFÁRIO E BILHÉTICA

- **Yield Management** - implementação de novas condições comerciais para os serviços de Longo Curso, com ênfase no desconto para Compra Antecipada;
- **APP - CP** - lançamento de aplicação móvel para pesquisa e venda de viagens que pode ser descarregada gratuitamente para iOS e Android;
- **Rail & Fly SATA** - acordo de parceria entre a CP e a SATA INTERNACIONAL - AZORES AIRLINES, destinado aos clientes da companhia aérea que complementem o itinerário da sua viagem com deslocação em comboio;
- **Rail & Fly CP / Emirates** - acordo de parceria entre a CP e a EMIRATES AIRLINES que permite a qualquer passageiro que tenha um voo operado por aquela companhia a possibilidade de comprar um bilhete de comboio Alfa Pendular ou Intercidades com desconto. A Emirates concede igualmente um desconto em Classe Económica, aos Clientes CP registados no myCP;
- **Sintra Green Card** - bilhete integrado que permite viajar nos comboios Urbanos de Lisboa, nas carreiras de Sintra da ScottUrb e visitar monumentos históricos do Concelho;
- **Bilhete Travelling all Lisboa** - bilhete combinado 24h Carris/Metro/CP, criado para responder às necessidades do mercado turístico na região de Lisboa;
- **Park & Ride** - bilhete que compreende comboio + estacionamento na Linha de Cascais.

COMUNICAÇÃO

- **Campanha de Descontos AP e IC** - com a assinatura “Há comboios para tudo. Há comboios para todos” esta campanha constitui a principal acção de comunicação do produto *premium* da CP e de promoção da notoriedade da marca, com alcance em *mass media*, nomeadamente televisão;
- **Campanhas INTRA_RAIL** - sob o lema, “Portugal não foi feito para ficares em casa”, esta campanha, destinada ao segmento Jovem, promoveu as vantagens do produto INTRA_RAIL;
- **“De Musicodependente a Comboiodependente”** - continuação das parcerias da CP com os maiores eventos musicais de norte a sul do País, com o reforço de oferta, a realização de comboios especiais e a venda de bilhetes integrados (evento + viagem de comboio);
- **Campanha Internacional** - sob o tema “A melhor escolha para as suas férias” elegeu os destinos mais emblemáticos no trajeto de cada um dos comboios Sud, Lusitânia e Celta. Decorreu em meios digitais portugueses e espanhóis, na rádio e imprensa.

INOVAÇÃO

- **Canais Digitais** - conclusão da modularização da arquitetura das regras e conteúdos de informação associados aos canais digitais e implementação em *webservices*. Integração da venda em canais digitais com a venda em canais convencionais e construção de um novo interface aplicacional para disponibilização aos vários canais digitais de venda tais como agências de viagens, ATMs, novo netTicket e Apps. Implementação do *responsive design* da bilheteira *online*, com reestruturação da aplicação netTicket;
- **CPKids MiniGames** - aplicação móvel gratuita, desenvolvida em parceria com a Science4you destinada ao segmento infantil que tem como imagem de marca a mascote Kimboy e versa sobre o tema das viagens de comboio;
- **Projeto COI - Centro Operacional Integrado de Lisboa** - protocolo entre a CP e a Câmara Municipal de Lisboa (CML) para partilha de informação em matéria de horários, alterações de serviço, número de passageiros e de ocorrências. Trata-se de uma iniciativa da CML, que pretende o desenvolvimento de uma Política de Dados Abertos na cidade.

PROCESSOS INTERNOS

- **Recrutamento de Recursos Humanos** - admissão de operadores de manobras, assistentes comerciais, técnicos licenciados e operadores de material;
- **Reforço de Combate à Fraude** - ações de controlo com recurso a brigadas nas plataformas das estações e a bordo dos comboios com lançamento de campanhas de sensibilização para a obrigatoriedade da aquisição e validação de títulos;
- **Renovação da Certificação de Segurança** - renovação pelo IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, da Certificação de Segurança da CP, em conformidade com a Diretiva 2004/49/CE e a legislação nacional aplicável.

GESTÃO DO PATRIMÓNIO

- **Intervenções em Parques de Material Circulante** - concluídas intervenções nos Parques de Material de St^a Apolónia, Campolide e Algueirão;
- **Desafetação do domínio público ferroviário do Terminal do Terreiro de Paço** - pela publicação do despacho 10759-A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, o imóvel designado por «Estação Sul e Sueste» foi retirado da posse da CP e abatido do Cadastro dos bens dominiais sob a sua administração;
- **Rentabilização do Património** - assinatura do contrato de promessa de compra e venda do Complexo da Praia das Maças.

INTERVENÇÃO SOCIAL

- **SIM - Serviço Integrado de Mobilidade** - extensão a todas as estações e comboios da assistência no embarque e desembarque de Clientes com Necessidades Especiais (CNE) que não sejam utilizadores de cadeira de rodas, desde que solicitado com, pelo menos, 12 horas de antecedência;
- **Novo protocolo CP / INR** - acordo entre a CP e o Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) que permite a todos os cidadãos com grau de incapacidade igual ou superior a 80% beneficiar de 75% de desconto em viagens em comboios da CP;
- **160 anos do Comboio em Portugal** - celebração, com diversos eventos, da primeira viagem de comboio em Portugal, realizada entre Lisboa e o Carregado a 28 de outubro de 1856;
- **100 anos da Estação de S. Bento** - programa de eventos que comemoram três datas históricas: os 100 anos da Primeira Grande Guerra, os 160 anos do Comboio em Portugal e os 100 anos da Estação de São Bento.

Gestão dos Meios

RECURSOS HUMANOS

A empresa terminou o ano de 2016 com 2 708 trabalhadores a cargo, ou seja, mais 24 trabalhadores que no final do ano anterior. No âmbito da estratégia de rejuvenescimento do quadro de efetivos entraram na empresa 138 colaboradores e saíram 114 trabalhadores, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo.

A taxa de absentismo situou-se nos 6,97% e a de trabalho extraordinário nos 13,3%, o que significou um aumento face ao ano anterior. O acréscimo do absentismo deveu-se a um aumento da ausência por doença e por acidentes de trabalho, tendo a variação do trabalho suplementar sido justificada, essencialmente, pela realização de comboios especiais para reforço da oferta, pelas ações de fiscalização para combate à fraude e pela necessidade de disponibilizar diversos colaboradores para proceder à formação no âmbito dos processos de recrutamento realizados.

Em 2016, a Empresa manteve a aposta na valorização dos seus trabalhadores, através, nomeadamente, da formação de ciclo formativo no âmbito da segurança da circulação, ao nível de aperfeiçoamentos de caráter técnico e regulamentar. Destaca-se ainda a formação inicial a 124 novos trabalhadores.

FROTA

À data de 31 de dezembro de 2016, o parque total de material motor e rebocado da CP era constituído por 798 unidades. Destas, 373 unidades encontravam-se afetas ao parque ativo, 333 unidades integravam o parque de material inoperacional e 92 unidades eram material de utilização pontual, do Comboio Histórico, do comboio socorro ou encontravam-se cedidas à Fundação Nacional Museu Ferroviário.

O parque ativo de material circulante em serviço comercial era composto por 189 automotoras elétricas, 50 automotoras *diesel*, 25 locomotivas elétricas, 6 locomotivas *diesel* e 103 carruagens.

De salientar que no parque ativo se encontravam incorporadas 20 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2, alugadas à RENFE.

Procura e Oferta

Em 2016 foram transportados pela CP cerca de 115 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 2,5% relativamente a 2015 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de aproximadamente 2,8 milhões de passageiros transportados.

Este crescimento da procura foi transversal a todos os serviços da CP, destacando-se o Serviço de Longo Curso com um crescimento de 9,4%, ultrapassando os 6 milhões de passageiros e o Serviço Urbano de Lisboa com um crescimento de 2%, ou seja, mais 1,5 milhões de passageiros.

Para estes resultados contribuíram, por um lado, as diversas ações de carácter comercial e de combate à fraude e, por outro, o clima de paz laboral e a recuperação dos indicadores económicos do País.

Passageiros (*10 ³)	2016	2015	2016/2015	2016/2015
Serv. Urbano Lisboa	77 375	75 865	1 511	2,0%
Serv. Urbano Porto	20 794	20 060	734	3,7%
Serv. Longo Curso	6 025	5 508	517	9,4%
Serv. Regional	10 647	10 591	57	0,5%
TOTAL	114 841	112 024	2 818	2,5%

Em 2016 a oferta da CP avaliada em Comboios*Quilómetro foi de 29.128 milhares de CK, valor 1% superior ao registado no ano anterior.

Verificaram-se alguns ajustamentos à oferta, dos quais se destacam a extensão de comboios Alfa Pendular a Guimarães, a criação de comboios diretos entre Coimbra e Porto Campanhã e, na Linha do Sado, o prolongamento do serviço entre Setúbal e Praias do Sado-A.

De referir ainda o facto de 2016 ter sido um ano bissexto e de não se terem registado greves.

Comboios Quilómetro (*10 ³)	2016	2015	2016/2015	2016/2015
Serv. Urbano Lisboa	6 670	6 644	27	0,4%
Serv. Urbano Porto	4 604	4 565	39	0,9%
Serv. Longo Curso	8 593	8 534	59	0,7%
Serv. Regional	9 260	9 091	169	1,9%
TOTAL	29 128	28 834	294	1,0%

Proveitos

Ainda que não tenha havido aumentos tarifários, os proveitos de tráfego ultrapassaram os 230 milhões de euros, representando um acréscimo de quase 10 milhões de euros face ao ano anterior (+4,4%).

Os proveitos acompanharam a tendência de crescimento da procura sendo influenciados pelo maior peso relativo dos títulos ocasionais e do Serviço de Longo Curso.

Proveitos Tráfego (*10 ³)	2016	2015	2016/2015	2016/2015
Serv. Urbano Lisboa	78 396	75 058	3 338	4,4%
Serv. Urbano Porto	25 189	24 704	485	2,0%
Serv. Longo Curso	98 616	92 725	5 891	6,4%
Serv. Regional	28 121	28 072	49	0,2%
TOTAL	230 322	220 558	9 764	4,4%

Investimentos

A CP realizou em 2016 um total de 12,2 milhões de euros em investimentos, 79% dos quais destinados a material circulante e 11% a informatização.

Considerando as restrições financeiras, as decisões de investimento foram, tal como nos últimos anos, avaliadas na perspectiva de assegurar as intervenções indispensáveis para garantir a segurança e a operacionalidade do material circulante, dos sistemas, dos equipamentos e das instalações ferroviárias ou para conclusão de projetos que já estivessem em curso.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2016/2015	
	REAL 31-12-2016	REAL 31-12-2015	Valor	%
Vendas e serviços prestados	239 243	241 783	-2 540	-1%
Vendas e serviços prestados Ex-CPCarga (Medway)	5 776	16 821	-11 045	-66%
Subsídios à exploração	17		17	s/s
Outros rendimentos	26 757	30 886	-4 129	-13%
	266 017	272 669	-6 652	-2%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-5 460	-5 985	526	9%
Fornecimentos e serviços externos	-158 701	-164 078	5 377	3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-96 683	-96 334	-349	0%
Outros gastos	-4 830	-3 011	-1 818	-60%
	-265 674	-269 408	3 735	1%
Resultado operacional da atividade de transportes* (EBITDA)	344	3 261	-2 917	-89%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-55 362	-58 882	3 521	6%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	856	1 158	-303	-26%
Indemnizações por rescisão	-2 689	-2 423	-266	-11%
Acordo de variáveis		-27 246	27 246	100%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3 257	-9 685	12 942	134%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-266	-255	-11	-4%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-290	-31 254	30 964	99%
Provisões (aumentos/reduções)	-11 497	297	-11 794	-3973%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 684	-93 385	95 070	102%
Outros rendimentos (reclassificação por impostos diferidos)	11 025		11 025	s/s
Outros rendimentos (movimentos transf bens CPCarga)		40 285	-40 285	-100%
Outros rendimentos (reconhecimento valor venda CPCarga)	1 634		1 634	s/s
Outros rendimentos (subs invest. reconhecidos em resultado de material abatido)	276		276	s/s
Outros rendimentos (venda de sucata)		906	-906	s/s
Outros gastos (abate Ed. Terr. Paço - Desp_10759-A/2016)	-1 998		-1 998	s/s
Outros gastos (outros abates de material circulante)	-2 596	-383	-2 213	-577%
Resultado operacional	-55 623	-177 608	121 985	69%
Aumento/Reduções de justo Valor	1 292	2 412	-1 120	-46%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 048	4 437	-3 389	-76%
Juros e gastos similares suportados	-88 331	-107 445	19 115	18%
Resultado financeiro	-85 991	-100 597	14 606	15%
Resultado antes de impostos	-141 614	-278 205	136 591	49%
Imposto sobre o rendimento do período	-2 951	-221	-2 730	s/s
Resultado líquido do período	-144 565	-278 426	133 861	48%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa.

O *Resultado Líquido* da CP de 2016 situou-se nos -144,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 133,9 milhões de euros face ao ano anterior (-278,4 milhões de euros).

Esta melhoria é explicada, fundamentalmente, pela ausência do impacto líquido negativo, registado em 2015, de cerca de -85 milhões de euros, em resultado do acordo de referência para a venda da CP Carga, pelo reconhecimento, também em 2015, de gastos com pessoal adicionais, referentes a anos anteriores, no valor de 27,2 milhões de euros, na sequência do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias e pela melhoria do resultado financeiro, em 14,6 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, da redução do Passivo financeiro da empresa e das taxas de juro dos financiamentos.

De referir ainda, o impacto negativo no *Resultado Líquido* de 2016, no valor de 2,6 milhões de euros, decorrente da não aprovação da adesão da CP ao Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

O *EBITDA* recorrente manteve-se positivo em cerca de 0,3 milhões de euros, tendo o crescimento das vendas e serviços prestados relacionados com o transporte de passageiros compensado parcialmente a redução das vendas e serviços prestados à ex-CP Carga (MEDWAY), na sequência da sua privatização.

Caso se exclua o impacto da redução dos serviços prestados à ex-CP Carga (MEDWAY), de cerca de 11 milhões de euros, verificar-se-ia uma melhoria do *EBITDA* recorrente em 8,1 milhões de euros (+60%) face ao ano anterior.

O *Resultado Operacional* de 2016 foi de -55,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 122 milhões de euros (+69%), face ao ano anterior.

Contribuíram para esta situação, para além dos motivos já referidos para o *EBITDA* recorrente, fundamentalmente os seguintes factos:

- Diminuição das *imparidades de investimentos não depreciáveis / amortizáveis* em 95,1 milhões de euros devido ao impacto líquido negativo, registado em 2015, decorrente do ajustamento do valor da participação financeira da CP na CP Carga, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda daquela empresa;
- Diminuição das *imparidades de dívidas a receber* em 31 milhões de euros devido, essencialmente, ao reconhecimento, em 2015, de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga;
- Inexistência do impacto negativo nos *gastos com pessoal*, reconhecido em 2015, no valor de 27,2 milhões de euros, referente a anos anteriores, na sequência do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias;
- Aumento dos *ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos* em 12,9 milhões de euros, dado, em 2015, terem sido registadas perdas com a CP Carga de cerca de 10,9 milhões de euros, sem contrapartida em 2016, devido à alienação daquela empresa, e a EMEF ter registado, em 2016, resultados positivos de cerca de 3,4 milhões de euros, afetando positivamente o resultado da CP por via da aplicação do método de equivalência patrimonial;
- Diminuição do valor das *depreciações* em 3,5 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, da transferência, em 2015, de locomotivas para a CP Carga, da diminuição do investimento realizado nos últimos anos e ao término do período de depreciação de alguns bens;

- Reconhecimento de rendimento no valor de 1,6 milhões de euros relativo à venda da ex-CP Carga (MEDWAY), por regularização de adiantamento efetuado em 2015 e tendo por base valor estimado de venda;
- Inexistência do impacto positivo, registado em 2015, em *Outros Rendimentos e Ganhos* (movimentos transferência bens CP Carga), no valor de 40,3 milhões de euros, em resultado da operação de aumento de capital em espécie realizada pela CP na CP Carga, em concreto, o reconhecimento de mais-valias com a transferência de locomotivas para aquela empresa (+19,3 milhões de euros) e o reconhecimento como rendimentos da totalidade dos subsídios ao investimento alocados a esse material (+20,9 milhões de euros);
- Aumento dos *outros gastos e perdas* devido a gastos com abates de material circulante, que foram, em 2016, de aproximadamente 2,6 milhões de euros (+2,2 milhões de euros que no ano anterior) e decorrentes do abate do Terminal do Terreiro de Paço, no valor de 2 milhões de euros, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;
- Diminuição dos rendimentos relacionados com venda de sucata em 0,9 milhões de euros.

De referir ainda que, em 2016, se registaram *provisões* de 11,5 milhões de euros que resultaram fundamentalmente da reclassificação contabilística para provisões dos valores reconhecidos em gastos para fazer face a responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, decorrente de não ter sido aceite o pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos. Esta reclassificação afetou positivamente a rubrica de *outros rendimentos e ganhos (reclassificação por impostos diferidos)* em igual montante.

EMEF

Sumário Executivo

A EMEF fechou o exercício de 2016 registando, pelo terceiro ano consecutivo, um Resultado Líquido positivo (3,5 milhões de euros, +2,1 milhões de euros que em 2015). O EBITDA (sem indemnizações) também ele foi positivo, tendo-se fixado nos 5,4 milhões de euros (+63% que no ano anterior).

No ano de 2016 ocorreu um aumento considerável nos serviços prestados pela EMEF. O aumento de 8% no volume de negócios foi acompanhado por acréscimos de 3% e 9%, respetivamente, no efetivo médio total e nos gastos operacionais variáveis (consumos faturáveis e subcontratos). A produtividade do trabalho na Empresa teve um aumento de 3% face ao ano anterior, quando medida pelo indicador VAB *per capita*.

Operação

Os serviços prestados pela EMEF continuaram a caracterizar-se por uma oferta de manutenção integral das frotas dos seus Clientes, abrangendo três segmentos principais:

- Reparação e a modernização de veículos ferroviários, e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- Manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária dos operadores, tendo associados níveis de serviço para cada tipo de operação, nomeadamente disponibilidade e fiabilidade;
- Reabilitação de material circulante.

O ano de 2016 ficou marcado pelos seguintes acontecimentos:

- **Início da intervenção de meia vida dos Alfa Pendulares (Projeto R1 CPA4000)** - No seguimento da concessão do visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato celebrado com a CP para a intervenção de meia vida dos Alfa Pendulares, iniciou-se o respetivo projeto. Este grande empreendimento de "refurbishment" que está a ser conduzido por equipa de projeto exclusivamente dedicada, com a colaboração e integração de diversos subcontratados para as diferentes áreas da intervenção, permitirá dar nova vida e imagem mais moderna aos Alfa Pendulares, aumentando o conforto dos passageiros.
- **Serviços de manutenção da frota do Metro do Porto** - Na sequência do aditamento ao Contrato de Subconcessão celebrado em 31 de março de 2016 entre a Metro do Porto, S.A. e a Prometro, foi adjudicada pela subconcessionária à EMEF a prestação de serviços de manutenção do Material Circulante da frota do Metro do Porto, por um período de 24 meses (até abril de 2018).
- **Revisão dos 960.000 Kms dos veículos Eurotram da Metro do Porto** - Após concessão de visto prévio do Tribunal de Contas ao contrato de Revisão Geral dos 960.000 Kms dos veículos Eurotram da Metro do Porto, assistiu-se em 2016 ao início da execução do contrato.
- **Reparação de rotáveis para a Fertagus** - A EMEF e a Fertagus chegaram a acordo para a revisão geral e reparação dos componentes no âmbito da intervenção de R2 das UQE3500 da frota de material circulante daquela empresa, concretamente Distribuidores de Freio, Blocos de Freio, Compressor Principal, Estrutura *Bogie* Motor e Baterias.
- **Prorrogação do contrato de prestação de serviços de manutenção para o SIMEF** - Foi prorrogado o contrato de prestação de serviços de manutenção entre a EMEF e o SIMEF por um período adicional de 5 anos (até 30 de abril de 2026), de forma a coincidir com o novo prazo de vigência estabelecido no Contrato de Cessão Parcial de Posição Contratual e de Alteração ao Contrato de Manutenção celebrados entre a CP, Medway e SIMEF.
- **Conversão de dívida de curto prazo em médio e longo prazo** - Foi formalizado um acordo de pagamento de dívida com a CP, por um prazo

de 9 anos, que converte num único contrato de empréstimo a médio e longo prazo os empréstimos concedidos no valor de 13,5 milhões de euros.

- **Reorganização do Parque Oficial do Entroncamento** - De modo a enfatizar uma lógica de organização focada no negócio, autonomizaram-se as áreas de manutenção e reparação de mercadorias e rotáveis das restantes atividades no Parque Oficial do Entroncamento.
- **Identidade visual e comunicação** - Com vista à modernização da sua imagem comunicacional e a uma postura mais comercial, em 2016 a EMEF mudou a sua identidade visual, modernizando a sua imagem institucional, nomeadamente na forma de apresentação ao exterior e na uniformização das comunicações internas, com vista a torná-las mais eficientes.
- **Processo SA.41727 - Comissão Europeia/DGComp: Alegados Auxílios Estatais à EMEF** - A Comissão Europeia encontra-se a investigar o Estado Português por alegados auxílios de Estado à EMEF. A investigação foi desencadeada no seguimento de uma queixa apresentada por um terceiro, tendo dado início a um processo formal de investigação aprofundada, no dia 2 de junho de 2016. A investigação está em curso, não tendo a Comissão adotado qualquer decisão final, sendo que a EMEF se encontra a colaborar com o Estado Português na demonstração da inexistência de auxílios de Estado que, sustentadamente, considera não ter recebido.

Complementarmente à sua atividade principal, a Empresa assegurou ainda:

- O serviço de prevenção permanente para quaisquer intervenções de emergência envolvendo o material circulante;
- As operações de socorro em linha, sempre que necessário;
- A realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- A realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica, quer utilizados na manutenção efetuada pela EMEF, quer para clientes externos.

REPARAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

Esta atividade continuou a integrar os tipos de reparações programadas no material motor e rebocado de passageiros (reparações tipo R), no material rebocado de mercadorias (reparações de segurança - RS e RSP) e nos equipamentos (reparações gerais - RG e reparações intermédias - RI), outras reparações por causas imprevistas, acidentais ou vandalismos sobre os veículos ferroviários (reparações por avaria - RAV e reparações por acidente - RAC) e ainda modificações/modernizações no material circulante de acordo com o pedido específico dos clientes.

Deu-se início ao R1 aos CPA4000 com a entrada do CPA4009 em reparação a 20/6/2016, intervenção em curso no final do ano em análise. Em simultâneo com os trabalhos do R1, esteve em curso o RAC ao veículo BBS devido a incêndio ocorrido em serviço. Envolveu recursos significativos ao nível de inspeções, desmontagem alargada dos interiores, recuperação de estruturas e dos interiores, novas cablagens, quadros e armários elétricos e ensaios finais.

É de salientar ainda no âmbito deste segmento:

- A revisão da consistência dos R2 das UME 3150/3250, principalmente ao nível de interiores (pintura interiores de painéis, forras e bancos, substituição de vidros interiores e exteriores) e aprofundamento no domínio técnico;
- O desenvolvimento de trabalhos de preparação para reformulação de carruagens aço inox da série 2240 e em carruagens modernizadas de 2.ª classe similares às atualmente em serviço no Intercidades;
- A reformulação e aprovação pela CP da modificação em carruagens modernizadas de 2.ª classe destinadas ao transporte de bicicletas.

Em termos de reparações de material motor e rebocado de passageiros, durante o ano foram concluídos 25 Rs à frota do Cliente CP (15 em carruagens, 4 em automotora elétricas, 2 em locomotivas *diesel* e 3 em automotoras *diesel*) e 4 LPs (3 a CPA 4000 e 1 a carruagens). No que respeita ao material rebocado de mercadorias, destacam-se reparações na ordem dos 400 veículos.

Em julho de 2016 iniciou-se a reparação de rotáveis no âmbito da intervenção de R2 das UQE 3500 da Fertagus.

No mês de dezembro de 2016 iniciaram-se os trabalhos de revisão geral dos 960.000 km nos veículos da frota Eurotram da Metro do Porto.

No seu conjunto, o segmento da reparação permitiu à Empresa realizar, em 2016, rendimentos de 28.089 milhares de euros, o que correspondeu a 44,6% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 1,1% relativamente a 2015.

MANUTENÇÃO

O objetivo desta atividade centrou-se no cumprimento dos programas de manutenção constantes dos contratos específicos da frota/segmento de mercado, de cada cliente: CP, Medway, Metro do Porto e RENFE.

Iniciou-se em 2016 a prestação de serviços da manutenção da frota de 11 vagões cisternas da ADP-Fertilizantes ao abrigo do novo contrato abrangendo as quatro funções do Regulamento EU n.º 445/2011.

Em paralelo, continuou a ser prestado o serviço de manutenção sazonal aos comboios históricos, produto do cliente CP com forte impacto na sua imagem.

No seu conjunto, o segmento manutenção corrente permitiu à Empresa realizar, em 2016, rendimentos de 34.474 milhares de euros, o que correspondeu a 54,7% do valor de rendimentos globais da Empresa e uma melhoria em 12,5% relativamente a 2015.

REABILITAÇÃO

Nesta vertente é de destacar a finalização e inauguração do projeto de reconversão da caldeira da locomotiva a vapor 0186, de queima a carvão para queima a *diesel*. Esta reabilitação permitiu à Empresa realizar, em 2016, rendimentos de 446 milhares de euros, o que correspondeu a 0,7% do valor de rendimentos globais da Empresa

ENGENHARIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Com o objetivo de permitir a difusão do conhecimento técnico na EMEF, deu-se continuidade ao esforço de disponibilização de informação técnica, procurando assim contribuir para a otimização e uniformização dos processos. A participação de elementos da Engenharia da EMEF em diversos fóruns técnicos ferroviários, bem como a frequência de diversos cursos técnicos de formação, constituíram ações fundamentais para atualizar e aprofundar o conhecimento na área ferroviária detido pelos colaboradores da empresa, que em seguida será difundido pela organização.

Em 2016 a EMEF passou a participar na Plataforma Ferroviária Portuguesa, inicialmente com estatuto de observador, mas tendo sido solicitado pelos restantes parceiros que assumisse a liderança de alguns projetos.

Durante o ano foram igualmente desenvolvidos trabalhos relevantes de reengenharia para a substituição de materiais originais por materiais alternativos, permitindo assinalável poupança em termos financeiros e de redução de prazos de fornecimento.

No âmbito da Gestão da Manutenção realça-se a elaboração/revisão, de Manuais de Manutenção, promovendo a articulação entre as oficinas intervenientes e o Cliente e participação na análise RCM das locomotivas 5600, contratada com o SIMEF.

Na área da nomenclatura e normalização houve intervenção em mais de 2500 nomenclaturas, compreendendo nomeadamente a criação de 2000 nomenclaturas novas, o dobro das criadas no ano anterior. A atribuição deste número de novas nomenclaturas, que em grande parte decorre das necessidades de projetos de grande envergadura como a intervenção 960K do Eurotram e da intervenção RI do CPA4000, só foi possível com a afetação de meios e reformulação dos métodos de trabalho, para além do empenho dos colaboradores envolvidos.

A área de Metalurgia, Soldadura e END procedeu ao acompanhamento, definição e elaboração de diversos procedimentos de reparação, destacando-se as estruturas de *bogie* e ainda as reparações de estruturas em alumínio.

Foi feita a certificação de soldadores e elaboração de procedimentos de soldadura, bem como a avaliação / elaboração de Procedimentos de Qualidade no âmbito da soldadura.

Foram elaboradas listas de materiais por intervenção, com destaque para o Metro do Porto, bem como listas de materiais de reparações de rotáveis e diagramas de reparação.

Efetuarão-se desenvolvimentos novos em SAP, nomeadamente Rastreio dos parâmetros das rodas, Status das notas, carregamento do campo Grupo de Mercadorias externos" (PP / SE), carregamento do campo "Material referência para preço" (código rastreável / código da nomenclatura da peça nova), criação de classe/característica para colocar código do Metro do Porto (001 - código_MP) e revisão do relatório de PVU's.

NO ÂMBITO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

Foi apresentada em março uma proposta para a revisão de "Ciclo Largo" de 136 caixas da série 3000 do Metro de Madrid. A prestação de serviço não foi adjudicada à empresa, mas permitiu alargar os contatos com aquele potencial cliente.

No seguimento da aproximação ao operador Irish Rail, a EMEF participou durante 2016, em 3 concursos lançados por este Operador da República da Irlanda. Todos os concursos contemplam uma fase de pré-qualificação não tendo a EMEF sido considerada qualificada em dois dos concursos. Aguarda-se o resultado da pré-qualificação para o concurso de reparação de engates.

No final de maio foi apresentada à Mota-Engil uma proposta de consultadoria para a implementação de um sistema de Socorro Ferroviário em Moçambique (Linha de Nacala), complementada com proposta de venda de equipamento de socorro ferroviário, não tendo ainda sido obtida concretização.

Em julho, foi elaborada para um cliente Belga proposta para a reabilitação de 5 "carruagens italianas", não tendo ainda sido noticiada decisão de adjudicação.

Recursos Humanos

No final do exercício de 2016 (31 de dezembro), a EMEF contava com 1048 colaboradores ao serviço, o que representa um aumento de 7% face ao final de 2015 (979).

O absentismo situou-se nos 8,96%, tendo aumentado 0,15 p.p. relativamente a 2015. As principais causas de absentismo foram doença e acidentes de trabalho. O trabalho suplementar, aumentou 0,67 p.p. relativamente a 2015 motivado pelo acréscimo de laboração.

No âmbito do desenvolvimento de competências profissionais a EMEF obteve um equilíbrio entre a formação interna e externa. Nas ações de formação participaram 1.188 formandos, tendo sido ministradas 23.388 horas de formação.

Proveitos

O Volume de Negócios da EMEF registou em 2016 um crescimento de cerca de 7,7% face a 2015.

Em termos da evolução do volume de negócios por cliente, a CP, a MEDWAY e o Metro do Porto continuam a ser os clientes mais importantes da empresa. Os três em conjunto representam 91,6% das vendas e prestações de serviço da empresa.

Cliente	Valor em € 2016	Valor em € 2015	%
CP	38 907 474	36 870 983	62%
MEDWAY	13 144 619	11 846 208	21%
BOMBARDIER/PROMETRO/METRO DO PORTO	5 707 789	4 604 579	9%
EMEF / SIEMENS ACE	3 192 511	3 144 506	5%
RENFE	500 444	952 324	1%
INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL	1 187 354	656 202	2%
Outros	404 617	487 428	1%
Total	63 044 806	58 562 230	

Em 2016, o segmento de manutenção teve um peso superior ao de reparação e houve uma evolução favorável de ambos os segmentos de atividade face ao ano de 2015.

Segmento de Atividade (Valores em €)	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Reparação*	28 089 448	27 770 135	319 313	1%
Manutenção*	34 474 099	30 639 052	3 835 047	13%
Reabilitação*	445 598	0	445 598	0%
TOTAL	63 009 145	58 409 187	4 599 958	8%

* Vendas + SP + VIP

Investimentos

Proseguindo uma política de contenção nos investimentos, os mesmos confinaram-se aos equipamentos estritamente necessários para a prossecução da atividade da empresa, ascendendo no período de 2016 a cerca de 658 mil euros (+65% que em 2015). Destacam-se as obras realizadas nas instalações da empresa e a atualização do *software* SAP/ERP.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2016	31-12-2015	Valor	%
Vendas e serviços prestados	63 044 806	58 562 230	4 482 576	8%
Subsídios à exploração	0	6 649	-6 649	-100%
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	426 394	453 565	-27 171	-6%
Variação nos inventários de produção	-35 661	-153 043	117 382	77%
Trabalhos para a própria entidade	0	1 140	-1 140	-100%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-17 827 250	-16 396 296	-1 430 953	-9%
Fornecimentos e serviços externos	-15 529 870	-13 718 177	-1 811 693	-13%
Gastos com o pessoal	-25 495 239	-25 314 167	-181 072	-1%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-59 398	-418 132	358 734	86%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-33 514	-7 225	-26 289	-364%
Provisões (aumentos/reduções)	30 247	184 733	-154 487	-84%
Outros rendimentos e ganhos	2 730 503	1 209 395	1 521 108	126%
Outros gastos e perdas	-1 846 790	-1 087 628	-759 162	-70%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 404 228	3 323 044	2 081 184	63%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 020 879	-1 114 171	93 292	8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4 383 350	2 208 873	2 174 476	98%
Juros e gastos similares suportados	-476 845	-707 923	231 077	33%
Resultado antes de impostos	3 906 504	1 500 951	2 405 554	160%
Imposto sobre o rendimento do período	-406 577	-122 900	-283 677	-231%
Resultado líquido do período	3 499 927	1 378 050	2 121 877	154%

A EMEF em 2016 obteve um Resultado Operacional positivo de 4.383 milhares de euros, o que representa um acréscimo de 2.174 milhares de euros relativamente ao ano transacto (+98%). Esta evolução é justificada pelo incremento dos rendimentos operacionais da empresa, ainda que parcialmente compensada pelo aumento dos gastos operacionais.

O acréscimo dos gastos operacionais está diretamente relacionado com o acréscimo de atividade. Os aumentos mais significativos verificaram-se nas rubricas de:

- Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (+1,4 milhões de euros);
- Outros Fornecimentos e Serviços Externos (+1,3 milhões de euros).

A diminuição ocorrida na rubrica de Juros e Gastos Similares suportados com os financiamentos deve-se essencialmente a uma redução do endividamento, em particular no tocante à utilização de *plafonds* de contas correntes e à redução das taxas de juro de referência e dos *spreads* cobrados pelos financiadores.

FERNAVE

Sumário Executivo

O ano de 2016 foi para a Fernave um ano de consolidação e crescimento da atividade no mercado, tendo sido dados passos importantes na concretização dos objetivos estratégicos que vinham a ser estabelecidos, nomeadamente no que diz respeito ao incremento da atividade e à sua sustentabilidade económica e financeira.

Mobilizando as competências internas das suas Unidades de Negócio, a Fernave desenvolveu novos projetos em parceria com consultores / docentes e parceiros externos, reforçando as suas qualificações de modo a disponibilizar uma resposta com criação de valor para os seus Clientes e promovendo novas abordagens em novos mercados.

Em 2016 o Resultado Operacional da Fernave registou uma melhoria em cerca de 113%, situando-se nos 49,9 milhares de euros. De igual modo, apesar de negativo, o Resultado Líquido registou uma recuperação de cerca de 88%. Esta variação deveu-se fundamentalmente ao incremento exponencial dos proveitos (102 %) e a uma redução nos Gastos com Pessoal.

De referir ainda, com impacto nos Resultados, a imparidade registada em 2016, ao nível da participada Transcom no valor negativo de 111,1 milhares de euros devido à desvalorização do Metical face ao Euro.

Operação

FORMAÇÃO

Comparativamente com o ano anterior verificou-se um crescimento do número de horas de formação (+73%), às quais correspondeu, apesar da redução do número de ações realizadas, um volume de formação de 183.388 H.F (+116,5%), tendo em conta que algumas das ações realizadas foram de "longa duração", como seja o caso dos cursos de formação inicial: Curso de Formação Inicial de Maquinistas para o Mercado, Curso de Formação Inicial de Operador de Revisão e Venda, Curso de Formação Inicial de Assistente Comercial e Curso de Operador de Processo.

A CP representou 63% de horas ministradas, mais 112 % que em 2015.

O maior volume de horas de formação ministradas registou-se nas áreas da Tração (51,5%) e da Gestão de Operações e Instalações Fixas (34,8%).

Em termos globais, os proveitos gerados pela Unidade de Formação ascenderam a 1.608 milhares de euros, cerca de 92% do volume de receitas da empresa, registando-se um acréscimo de 125% face ao exercício anterior.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O número de exames de seleção e avaliação psicológica registou um incremento de 37%, para o qual muito contribuiu a atividade do Cliente Acionista, tendo em conta o processo de recrutamento realizado.

No entanto, à semelhança do ano anterior, os Outros Clientes mantiveram o maior peso na estrutura de Clientes, 64% (avaliados quanto ao número de exames realizados).

CONSULTORIA

A atividade de consultoria repartiu-se durante o ano de 2016 entre projetos para Clientes no exterior e projetos internos (de apoio à atividade e funcionamento da empresa).

Neste contexto, estiveram ativos três projetos de consultoria externa, o que representou uma diminuição de cerca de 63 % face ao ano anterior.

Gestão dos Meios

RECURSOS HUMANOS

A Empresa reduziu o seu efetivo em cerca de 28% relativamente a 2015. Face a 2010, ano em que contava com 58 colaboradores, essa redução situou-se nos 60%. No final do exercício de 2016 (31 de Dezembro), a Fernave contava com 20 colaboradores ao serviço.

Dos 20 colaboradores pertencentes aos quadros da Empresa, 5 estão em regime de cedência, sendo 4 efetivos pertencentes à CP e 1 à IP.

A taxa de absentismo representou 10,3 %, devido ao número expressivo de baixas médicas prolongadas.

No exercício de 2016 registou-se um acidente de trabalho.

RECURSOS MATERIAIS E TECNOLÓGICOS

A Empresa, no âmbito da sua intervenção *core* - atividade formativa - cumpre um conjunto de requisitos ao nível de materiais e equipamentos pedagógicos. De igual forma, a atividade de recrutamento e psicologia recorre a equipamento e *software* específico.

Proveitos

Em termos globais, o valor das prestações de serviços aumentou cerca de 102%. Este acréscimo verificou-se em todas as áreas de negócio, à excepção da área de consultoria.

Proveitos	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Formação	1 607 508	713 325	894 183	125%
Psicologia	67 881	43 441	24 440	56%
Consultoria	66 901	107 245	-40 344	-38%
Outros Serviços	960	600	360	60%
TOTAL	1 743 250	864 610	878 640	102%

Resultados

O EBITDA, registou um valor positivo de 74 milhares de euros, o que representou um aumento de 124% face a 2015.

O rácio de cobertura das principais rubricas de gastos operacionais (FSE + Gastos com Pessoal) pelo volume de negócios situou-se nos 113%, representando um aumento de 90% face a 2015 (60%).

Continuou a constatar-se uma diminuição em algumas rubricas dos Fornecimentos e Serviços contratados a terceiros, nomeadamente em rubricas que não estão associadas à atividade. O aumento generalizado nos FSE deveu-se ao aumento na rubrica de subcontratos, a qual depende do nível de atividade da empresa.

A rubrica de Gastos com Pessoal sofreu um decréscimo de 15% devido à cedência de alguns quadros ao acionista e à passagem à reforma de 2 quadros, que não foram substituídos.

A diminuição observada no valor das amortizações deve-se ao facto de nesta rubrica já não estarem incluídos os valores referentes aos edifícios de Lisboa e Porto que foram alienados ao acionista no final de 2015.

Os financiamentos do acionista no final do ano ascendiam a 2,6 milhões de euros, valor idêntico ao de 2015. O custo médio do financiamento no ano foi superior a 2015, devido ao aumento da taxa *spread* associada aos empréstimos de 3 % para 4 %.

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2016	31-12-2015	Valor	%
Vendas e serviços prestados	1 743 250	864 610	878 640	102%
Fornecimentos e serviços externos	-733 088	-499 790	-233 298	-47%
Gastos com o pessoal	-805 534	-948 819	143 285	15%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 506	-15 252	22 758	149%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-111 101	19 820	-130 921	-661%
Outros rendimentos e ganhos	9 452	299 355	-289 903	-97%
Outros gastos e perdas	-36 370	-26 438	-9 932	-38%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	74 115	-306 514	380 629	124%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-24 217	-88 415	64 198	73%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	49 898	-394 929	444 827	113%
Juros e rendimentos similares obtidos		2 218	-2 218	-100%
Juros e gastos similares suportados	-96 738	-87 576	-9 162	-10%
Resultado antes de impostos	-46 840	-480 287	433 447	90%
Imposto sobre o rendimento do período	-11 734	-3 434	-8 300	-242%
Resultado líquido do período	-58 574	-483 721	425 147	88%

ECOSAÚDE

Sumário Executivo

No ano de 2016 a ECOSAÚDE atingiu pela segunda vez consecutiva EBITDA, Resultado Operacional e Resultado Líquido do exercício positivos.

Esta circunstância foi precedida de um processo de reestruturação empresarial iniciado no ano 2009, onde a empresa racionalizou a sua estrutura de gastos operacionais, reduziu os efetivos e ao mesmo tempo otimizou a eficácia operacional.

Em paralelo a este processo de reestruturação, foram igualmente renovadas as instalações dos dois principais polos regionais da empresa: Lisboa e Porto, o que permitiu aumentar a qualidade dos serviços prestados.

Salienta-se que no ano de 2016 a empresa registou novamente um ligeiro crescimento do volume de negócios, com mais 1% que no ano anterior.

O nível de atividade decresceu ligeiramente (-2% que no ano de 2015) mas, quando comparado com a atividade do ano de 2014, foi superior em 9%.

Pese embora tenha atingido no ano 2016 um desempenho económico positivo, dá-se nota que a ECOSAÚDE perdeu em abril o seu segundo maior cliente na área da Saúde do Trabalho (GRUPO INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL) e, no final de dezembro, o segundo maior cliente na área Segurança no Trabalho (MEDWAY).

Ambos os clientes lançaram procedimentos de concurso, com adjudicação ao melhor preço. Nestes dois processos a ECOSAÚDE não conseguiu triunfar, dado o ambiente competitivo adverso, com guerra de preços assente em modelos de *pricing* sobre custos marginais, o que não é sustentável.

Operação

A ECOSAÚDE desenvolve a sua atividade em diversas áreas do conhecimento, que no seu conjunto e de forma integrada contribuem para a melhoria das condições de trabalho e do bem-estar e, por consequência, para o aumento da produtividade das empresas no médio e longo prazo.

MEDICINA NO TRABALHO

Através da vigilância e acompanhamento dos Médicos Especialistas de Medicina do Trabalho, Enfermeiros de Trabalho e outros Técnicos de Saúde, a Ecosaúde implementa ações de prevenção de riscos para a saúde do trabalhador e ações de mitigação da doença profissional.

No ano de 2016 foram realizados 12.642 atos médicos, menos 5% que no período homólogo, mas, +9% quando comparado com o ano de 2014.

SEGURANÇA NO TRABALHO

As atividades de auditoria de segurança no trabalho e consultadoria de segurança permitem aos Clientes melhorar as condições de trabalho e a prevenção de acidentes e incidentes de trabalho, mitigando as nefastas consequências humanas e patrimoniais destas ocorrências.

No ano de 2016 realizaram-se 1.395 intervenções nesta valência, sendo o nível de atividade superior ao registado no ano anterior em cerca de 6%.

PREVENÇÃO E CONTROLO DE DEPENDÊNCIAS

Tendo como principais objetivos a inibição da influência negativa do consumo de álcool e drogas no ambiente de trabalho, assim como apoiar a assistência a trabalhadores afetados pelos consumos excessivos destas substâncias, realizaram-se 12.062 intervenções de controlo durante o ano de 2016, -12% que ano 2015, devido à perda de um grande Cliente (Grupo IP), no mês de abril de 2016.

GESTÃO DE SINISTROS

No âmbito da Gestão de Sinistros, foram prestados 1.051 atos médicos de acompanhamento e tratamento de acidentes de trabalho e de passageiros.

A empresa tem também em regime de prevenção e disponibilidade permanente, no âmbito dos Planos de Emergência Ferroviária da CP, um Gabinete de Emergência, dotado de um conjunto de profissionais de saúde e segurança que prestam serviços de auxílio e informação aos passageiros.

Durante o ano de 2016 o Gabinete de Emergência Ferroviária foi ativado duas vezes: uma vez em Espanha e outra em Santarém.

ESPECIALIDADES MÉDICAS

Para complementar a atividade da saúde no trabalho, a empresa apoia as organizações e os seus colaboradores através da prestação de serviços de saúde em diversas especialidades médicas, criando condições para a prevenção, deteção e tratamento de cada situação.

No ano de 2016 foram realizadas 3.818 consultas de especialidade, 70 tratamentos de enfermagem e 1.797 tratamentos de fisioterapia.

FORMAÇÃO

A atividade formativa nas áreas de Segurança e Saúde tem o objetivo de estimular a cultura de segurança e saúde, assim como desenvolver as condições de trabalho. Neste sentido, a Ecosaúde presta serviços de formação interempresas, nas temáticas e conteúdos transversais a todas as organizações e sectores de atividade, mas também ministra formação intraempresa, à medida das necessidades específicas de cada organização.

No ano de 2016 foram realizadas 93 Ações de formação, com um volume de formação de 13.170 horas, ministradas a um universo de 1.059 Formandos.

RESUMO DA ATIVIDADE

Indicadores de atividade	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	Ano 2013
Medicina do trabalho (atos médicos)	12 642	13 289	11 602	11 324
Segurança no trabalho (intervenções de condições de trabalho)	1 395	1 310	1 335	1 235
Prevenção e controlo de dependências (testes nos locais de trabalho)	12 062	13 650	12 410	11 647
Especialidades médicas e de enfermagem	3 888	4 171	4 410	4 761
Gestão de sinistros (consultas e tratamentos de AT's)	1 051	1 076	1 123	1 152
Formação - Volume de horas de formação	13 169	5 905	6 883	5 123
Formação - N.º de ações formação	93	57	74	73
Formação - N.º de formandos	1 059	635	758	698
Índice de atividade (nível parcelar ponderado pelo peso no VN, base 2013)	111	114	103	100
Taxa de crescimento do índice de atividade	-2%	11%	3%	

Recursos Humanos

A empresa dispõe de 21 colaboradores do quadro (20 contratados sem termo e 1 a termo certo) e 60 prestadores de serviços altamente qualificados.

Durante o ano de 2016, a ECOSAÚDE reduziu os efetivos a cargo em 9% por via de processo de rescisão por mútuo acordo.

A taxa de absentismo situou-se nos 6,1% e a de trabalho extraordinário, quase inexistente, nos 0,2%. O absentismo registou um acréscimo devido a um aumento da ausência por doença. O trabalho extraordinário ocorreu devido a deslocações sem pernoita dos técnicos de segurança para auditorias em Clientes.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2016	31-12-2015	Valor	%
Vendas e Prestações de Serviços	2 134 589	2 123 367	11 222	1%
Fornecimentos e Serviços Externos	-1 339 419	-1 264 496	-74 923	-6%
Gastos com o pessoal	-698 128	-714 534	16 406	2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-8 928	-9 631	703	7%
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0	
Outros Rendimentos e Ganhos	40 826	840	39 986	4760%
Outros Gastos e Perdas	-21 646	-29 563	7 917	27%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	107 294	105 983	1 311	1%
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	-79 595	-77 711	-1 884	-2%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	27 699	28 272	-573	-2%
Juros e Gastos Similares Suportados	-15 275	-16 461	1 186	7%
Resultado Antes de Impostos	12 424	11 811	613	5%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-8 059	-7 738	-321	-4%
Resultado Líquido do Período	4 365	4 073	292	7%

No ano de 2016, a Ecosaúde manteve a tendência do ano anterior. Registou um aumento do Volume de Prestação de Serviços de +1%, um EBITDA positivo de 107 milhares de euros, um Resultado Operacional positivo de 28 milhares de euros e um Resultado Líquido positivo de 4 milhares de euros.

Ao nível do controlo de execução do orçamento as rubricas foram executadas dentro do planeado.

Durante o ano de 2016, à semelhança do que já se tinha verificado nos anos de 2014 e 2015, a empresa foi autónoma, autossuficiente e não necessitou de apoio financeiro adicional de terceiros.

SAROS

Sumário Executivo

A empresa registou em 2016 um acréscimo de Vendas e Serviços Prestados de 3% e um EBITDA positivo de 483 milhares de euros, valor semelhante ao ano anterior.

O Resultado Líquido foi positivo em 395 milhares de euros, o que representou uma variação positiva de 2% face ao ano de 2015.

Operação

A empresa desenvolve exclusivamente a atividade de mediação de seguros, a qual constitui o seu objeto social, cujo exercício é regulado pelo Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho.

A Carteira de seguros sob gestão da Saros é composta quase na sua totalidade por apólices de seguro das empresas do Grupo CP.

Pelo exercício de funções de mediação a empresa tem direito a uma remuneração (comissões), a qual é paga pelas Seguradoras, em conformidade com o Contrato de Mediação estabelecido com cada uma delas.

RECURSOS HUMANOS

A empresa desenvolveu a sua atividade com o funcionamento corrente assegurado apenas pela Gerência.

A Gerência é constituída por dois Gerentes, da seguinte forma:

- Um membro do Conselho de Administração da CP;
- Um Gerente responsável pela atividade da mediação de seguros, dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis à atividade da empresa³.

³ Enquanto empresa de mediação de seguros é legalmente obrigatório que um dos Gerentes seja mediador de seguros.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 2016, o valor de Vendas e Serviços Prestados pela SAROS cifrou-se nos 463 milhares de euros, o que representou um acréscimo de 3% face ao verificado no ano anterior (449 milhares de euros).

De salientar que, em 2016, esta rubrica inclui “Comissões de mediação” no valor total de 458 milhares de euros e dois acertos de prémios de seguro da Seguradora Fidelidade, no valor de 5 milhares de euros.

O quadro seguinte apresenta as comissões obtidas por Ramo de Seguros:

Ramos	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Saúde	203	189	14	8%
Acidentes Trabalho	162	153	9	6%
Responsabilidade Civil	66	75	-9	-12%
Multiriscos empresas	19	21	-2	-10%
Outros	8	11	-3	-29%
TOTAL	458	449	9	

Os Ramos de Saúde, Acidentes de Trabalho e Responsabilidade Civil representaram conjuntamente 94% das comissões obtidas em 2016.

No que se refere às comissões obtidas por Seguradora, as Seguradoras Fidelidade e Mapfre representaram conjuntamente 99% das comissões auferidas pela empresa.

Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação	
	31-12-2016	31-12-2015 (Reexpresso)	Valor	%
Vendas e Serviços prestados	463 348	449 075	14 273	3%
Fornecimentos e Serviços Externos	-9 143	-9 452	309	3%
Gastos com o pessoal	-50 854	-48 679	-2 175	-4%
Outros Rendimentos	89 961	103 001	-13 040	-13%
Outros Gastos	-10 180	-10 798	618	6%
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	483 132	483 147	-15	0,0%
Gastos/Reversões de Depreciações e de Amortização	0	0	0	0%
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	483 132	483 147	-15	0%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	295	162	133	82%
Resultado Antes de Impostos	483 427	483 309	118	0%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-88 803	-94 715	5 912	6%
Resultado Líquido do Período	394 624	388 594	6 030	2%

O Resultado Líquido da empresa em 2016 totalizou 395 milhares de euros, o que representou uma variação positiva de 2% face ao ano anterior.

Destaca-se o contributo positivo verificado a nível das rubricas “Vendas e Serviços Prestados”, com uma variação positiva de 3% face ao ano anterior, e dos “Fornecimentos e Serviços Externos”, que registaram uma redução de 3% em comparação com 2015. Os “Gastos com Pessoal” tiveram um incremento de 4%, fruto da reversão de parte das reduções salariais que tinham sido aplicadas em exercícios anteriores.

De salientar que, a empresa procedeu retrospectivamente à alteração de estimativa de períodos anteriores, designadamente no que se refere ao reconhecimento da estimativa de imposto, o que levou à necessidade de reexpressão das demonstrações financeiras de 2015 para efeitos comparativos com 2016.



ANÁLISE ECONOMICA -FINANCEIRA

RESULTADOS DO GRUPO CP

- EVOLUÇÃO FACE AO ANO ANTERIOR

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação 2016/2015	
	REAL 31-12-2016	REAL 31-12-2015	Valor	%
	(valores em milhares de euros)			
Vendas e serviços prestados	266 219	264 545	1 674	1%
Vendas e serviços prestados Ex-CPCarga/Medway	5 776	16 821	-11 045	-66%
Subsídios à exploração	17	7	10	s/s
Trabalhos para a própria entidade	8 335	7 310	1 025	14%
Outros rendimentos	23 202	27 721	-4 519	-16%
	297 772	299 583	-1 811	-1%
Variação nos inventários da produção	-36	-122	86	71%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-23 287	-22 381	-906	-4%
Fornecimentos e serviços externos	-141 321	-145 124	3 803	3%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-121 680	-121 030	-650	-1%
Outros gastos	-4 738	-3 934	-804	-20%
	-291 063	-292 591	1 529	1%
Resultado operacional da atividade core* (EBITDA)	6 710	6 992	-282	-4%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-56 487	-60 163	3 676	6%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	856	1 158	-303	-26%
Indemnizações por rescisão	-3 094	-2 678	-416	-16%
Acordo de variáveis		-27 246	27 246	100%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	510	-11 168	11 678	105%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-326	-673	348	52%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-325	-31 286	30 961	99%
Provisões (aumentos/reduções)	-11 344	893	-12 237	-1371%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	1 573	-93 365	94 939	102%
Outros rendimentos (reclassificação por impostos diferidos)	11 025		11 025	s/s
Outros rendimentos (movimentos transf bens Ex-CPCarga)		40 285	-40 285	-100%
Outros rendimentos (reconhecimento valor venda Ex-CPCarga)	1 634		1 634	s/s
Outros rendimentos (subs invest. reconhecidos em resultado de material abatido)	276		276	s/s
Outros rendimentos (venda de sucata)		906	-906	s/s
Outros gastos (abate Ed. Terr. Paço - Desp_10759-A/2016)	-1 998		-1 998	s/s
Outros gastos (outros abates de material circulante)	-2 596	-383	-2 213	-577%
Resultado operacional	-53 587	-176 731	123 144	70%
Aumento/Reduções de justo Valor	1 292	2 412	-1 120	-46%
Juros e rendimentos similares obtidos	180	3 652	-3 472	-95%
Juros e gastos similares suportados	-88 418	-107 629	19 211	18%
Resultado financeiro	-86 947	-101 566	14 619	14%
Resultado antes de impostos	-140 534	-278 296	137 763	50%
Imposto sobre o rendimento do período	-3 466	-361	-3 105	s/s
Resultado líquido do período	-144 000	-278 657	134 658	48%
RESULTADO OPERACIONAL DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (EBITDA)	6 710	6 992	-282	-4%
Indemnizações por rescisão	-3 094	-2 678	-416	s/s
Acordo de variáveis		-27 246	27 246	100%
Aplicação MEP, justo valor, imparidade, provisões, impostos diferidos e outros não core	-1 571	-94 793	93 222	98%
Depreciações/imparidade de investimentos depreciáveis	-55 631	-59 005	3 374	6%
RESULTADO OPERACIONAL	-53 587	-176 731	123 144	70%
RESULTADO FINANCEIRO	-86 947	-101 566	14 619	14%
RESULTADO LÍQUIDO	-144 000	-278 657	134 658	48%

* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa.

Resultado Líquido

O *Resultado Líquido* de 2016 situou-se nos -144 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 134,7 milhões de euros face ao ano anterior (-278,7 milhões de euros).

Esta melhoria é explicada, fundamentalmente, pela ausência do impacto líquido negativo registado em 2015 nas contas do Grupo, de cerca de -85 milhões de euros, em resultado da venda da CP Carga, pelo reconhecimento, também em 2015, de gastos com pessoal adicionais, no valor de 27,2 milhões de euros, referentes a anos anteriores, em resultado do acordo celebrado a 22 de abril de 2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias e pela melhoria do resultado financeiro, em 14,6 milhões de euros decorrente, nomeadamente, da redução da dívida histórica.

Resultado Operacional da Atividade de Transporte (EBITDA)

O EBITDA recorrente do Grupo registado em 2016, foi positivo em 6,7 milhões de euros, 0,3 milhões de euros (4%) inferior ao de 2015. As rubricas que apresentam variações mais significativas são as seguintes:

- Diminuição dos *outros rendimentos e ganhos* em 4,5 milhões de euros fundamentalmente pelo facto de, a partir de junho de 2016, no âmbito da renegociação do contrato, terem deixado de ser faturados à CP os consumos de energia da ex-CP Carga (*Medway*), com o conseqüente cessar da refaturação à mesma;
- Aumento dos gastos com pessoal (sem indemnizações e acordo variáveis) em 0,7 milhões de euros, em resultado fundamentalmente das reversões adicionais, ocorridas em 2016, da redução remuneratória temporária, atingindo a reversão remuneratória os 100% nas remunerações pagas a partir de 1 de outubro;

- Aumento dos outros gastos em 0,8 milhões de euros em resultado fundamentalmente da correção de gastos de exercícios anteriores;
- Aumento das *Vendas e serviços prestados* em 1,7 milhões de euros, com origem fundamentalmente no crescimento da prestação de serviços de transporte de passageiros, em cerca de 10 milhões de euros face ao ano anterior, bem como do aumento significativo da atividade desenvolvida no segmento de negócio de manutenção de material circulante, que apresenta um crescimento de 4,5 milhões de euros. Verifica-se, no entanto, uma redução significativa da faturação relativa a aluguer de material circulante, por força da transferência ocorrida em 2015 de material circulante para a CP Carga;
- Redução dos encargos com fornecimentos e serviços externos em aproximadamente 3,8 milhões de euros, contribuindo fundamentalmente para esta situação a diminuição dos gastos de manutenção e reparação de material circulante, especificamente no que respeita ao contrato de manutenção com o SIMEF, em virtude da transferência em 2015 de material circulante para a CP Carga e dos gastos com energia de tração, decorrente da formalização de contrato que prevê a emissão de faturação pelo fornecedor de energia diretamente à ex-CP Carga (*Medway*).

Resultado Operacional

O *Resultado Operacional* apurado em 2016, foi de -53,6 milhões de euros, o que representou uma melhoria de 123,1 milhões de euros face ao ano anterior. Contribuíram para esta situação, para além dos motivos já referidos para o EBITDA, os seguintes factos adicionais:

- Diminuição das *imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis* em 94,9 milhões de euros devido à ausência do impacto líquido negativo registado em 2015 nas contas do Grupo, decorrente do ajustamento do valor da participação financeira da CP na CP Carga, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda daquela empresa;

- Diminuição das *imparidades de dívidas a receber* em 31 milhões de euros devido fundamentalmente ao reconhecimento em 2015 de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga;
- Inexistência do impacto negativo nos gastos com pessoal, reconhecidos em 2015, no valor de 27,2 milhões de euros, referentes a anos anteriores, em resultado do acordo celebrado a 22.04.2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias;
- Aumento dos *ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos* em 11,7 milhões de euros, dado que em 2015 foram registadas perdas na CP Carga de cerca de 10,9 milhões de euros;
- Diminuição do valor das *depreciações*, face a 2015, em 3,7 milhões de euros, em resultado fundamentalmente da transferência, em 2015, de material circulante para a CP Carga, da diminuição do investimento realizado nos últimos anos e ao término do período de depreciação dos bens;
- Reconhecimento de rendimento no valor de 1,6 milhões de euros relativo à venda da ex-CP Carga (*Medway*), por regularização de adiantamento efetuado em 2015 e tendo por base valor estimado de venda;
- Inexistência do impacto positivo, registado em 2015 em *Outros Rendimentos e Ganhos (movimentos transferência bens CP Carga)*, no valor de 40,3 milhões de euros, em resultado da operação de aumento de capital em espécie realizado pela CP na CP Carga, em concreto, o reconhecimento de mais-valias com a transferência de locomotivas para aquela empresa (+19,3 milhões de euros), e o reconhecimento como rendimentos da totalidade dos subsídios ao investimento alocados a esse material (+20,9 milhões de euros);
- Aumento dos gastos com abates de material circulante em aproximadamente 2,2 milhões de euros;
- Aumento dos *outros gastos e perdas* em cerca de 2 milhões de euros, decorrente do abate do Terminal do Terreiro de Paço, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;
- Diminuição dos *rendimentos relacionados com venda de sucata* em 0,9 milhões de euros.

De referir ainda que, em 2016, se registaram provisões de 11,3 milhões de euros que resultaram fundamentalmente da reclassificação contabilística para provisões dos valores reconhecidos em gastos para fazer face a responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho, decorrente de não ter sido aceite o pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos. Esta reclassificação afetou positivamente a rubrica de outros rendimentos e ganhos (reclassificação por impostos diferidos) em igual montante.

Resultado Financeiro

O *Resultado Financeiro* de 2016 apresenta uma melhoria de 14,6 milhões de euros face ao registado em 2015 em resultado da diminuição da dívida financeira do Grupo CP e da descida generalizada das taxas de juro de financiamento.

De referir, apesar desta melhoria, a diminuição do impacto favorável das variações de justo valor dos derivados em 1,1 milhões de euros em resultado do término dos contratos de derivados detidos pelo Grupo.

BALANÇO

(valores em milhares de euros)

RUBRICAS	PERÍODOS		Variação 2016/2015	
	31-12-2016	31-12-2015	Valor	%
ATIVO				
Ativo Não Corrente	571 583	618 151	-46 567	-8%
Ativo Corrente	96 110	107 455	-11 345	-11%
Total do Ativo	667 693	725 606	-57 913	-8%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital Próprio que inclui:	-2 651 383	-3 162 144	510 761	16%
Resultado Líquido do período	-144 000	-278 657	134 658	48%
Total do Capital Próprio	-2 651 383	-3 162 144	510 761	16%
PASSIVO				
Passivo Não Corrente	2 640 638	3 065 444	-424 806	-14%
Passivo Corrente	678 438	822 306	-143 868	-17%
Total do Passivo	3 319 077	3 887 750	-568 673	-15%
Total do Capital Próprio + Passivo	667 693	725 606	-57 913	-8%

Ativo

Em 2016 o ativo do Grupo CP diminuiu 57,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *ativos fixos tangíveis* em 44,2 milhões de euros, fundamentalmente em resultado das depreciações não terem sido compensadas pela realização de novo investimento. De referir ainda a ocorrência de abates de material circulante e outros ativos fixos tangíveis, dos quais se destaca o Terminal do Terreiro do Paço, no valor total líquido de 4,6 milhões de euros;
- Diminuição dos *ativos por impostos diferidos* em 2,6 milhões de euros em resultado da não aceitação do pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;
- Aumento dos *inventários* em 4,6 milhões de euros no segmento de negócio de manutenção de material circulante com o objetivo de assegurar as intervenções programadas;
- Diminuição do saldo de *clientes e de outros créditos a receber* em 15,7 milhões de euros, em resultado fundamentalmente da diminuição das dívidas da ex-CP Carga (*Medway*);
- Diminuição dos *ativos não correntes detidos para venda* em 2,6 milhões de euros, nomeadamente pelo facto de se ter procedido ao abate do Terminal Fluvial do Terreiro do Paço em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;
- Aumento do saldo de *caixa e depósitos bancários* em 2,6 milhões em resultado de recebimentos ocorridos no final do ano que já não foi possível aplicar.

Capital Próprio

Os aumentos de capital realizados pelo Estado no decorrer do ano 2016 perfazem 654,9 milhões de euros:

- No mês de março, na sequência de Despacho Conjunto do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, foi aprovado um aumento do capital estatutário, a subscrever pelo Estado em numerário, de 113 milhões de euros. O valor de 29 milhões foi realizado em março, sendo que o restante valor, num total de 84 milhões foi realizado em abril;
- Em julho de 2016, na sequência de Despacho Conjunto do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, foi aprovado aumentar o capital estatutário da CP, E.P.E. em 303,8 milhões de euros euros, a subscrever pelo Estado da seguinte forma: 266,8 milhões de euros, por conversão de créditos detidos pelo Estado/Direção-Geral do Tesouro e Finanças que se venceram em 31 de maio de 2016, com efeitos a essa data; 37 milhões de euros em numerário, sendo que destes, o montante de 10 milhões de euros, foi realizado em julho de 2016, e o restante montante, de 27 milhões de euros, foi realizado em setembro de 2016;
- Em outubro de 2016, na sequência de Despacho Conjunto do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, foi aprovado aumentar o capital estatutário da CP, E.P.E. em 25,9 milhões de euros, a subscrever e realizar pelo Estado em numerário;
- Em novembro de 2016, na sequência de Despacho Conjunto do Secretário de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado das Infraestruturas, foi aprovado aumentar o capital estatutário da CP, E.P.E. em 212,2 milhões de euros, a subscrever e realizar pelo Estado por conversão de créditos detidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças que se venceram no dia 30 de novembro de 2016.

Passivo

O passivo do Grupo CP registou em 2016 uma diminuição de 568,7 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *financiamentos obtidos* em 498,5 milhões de euros, através da utilização do numerário relativo aos aumentos de capital realizados pelo Estado, para amortização de financiamentos com vencimento em 2016, bem como da conversão em capital estatutário de serviço de dívida vencido;
- Aumento das *Provisões* em 10,6 milhões de euros, fundamentalmente em resultado da transferência de *outras contas a pagar* (de acréscimos de gastos), em virtude de não ter sido aceite o pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;
- Diminuição do saldo de *Fornecedores e outras dívidas a pagar* em 65,2 milhões de euros, devido fundamentalmente à redução dos valores especializados de juros a liquidar em resultado da amortização de alguns financiamentos;
- Diminuição dos *Diferimentos* em 13,1 milhões de euros em resultado fundamentalmente da regularização da faturação emitida ao Ministério do Fomento da Argentina, no valor de 4,9 milhões de euros, por o contrato de venda de material circulante ter sido rescindido por motivos de incumprimento, bem como do reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos, na proporção em que igualmente é reconhecida a respetiva depreciação;
- Diminuição dos *Passivos Financeiros detidos para negociação* em 1,3 milhões de euros, em resultado do término do último contrato de derivados.

FINANCIAMENTO

Política de Financiamento

Com a integração em 2015 no perímetro de consolidação do orçamento de Estado a CP deixou de recorrer a financiamento junto das instituições de crédito, passando as suas necessidades de financiamento a ser supridas por empréstimos do Estado Português, conforme estipulado na legislação em vigor para as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

Neste contexto, em 2016, por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, foi determinado aumentar em 654,9 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, a subscrever e a realizar pelo Estado em numerário da seguinte forma:

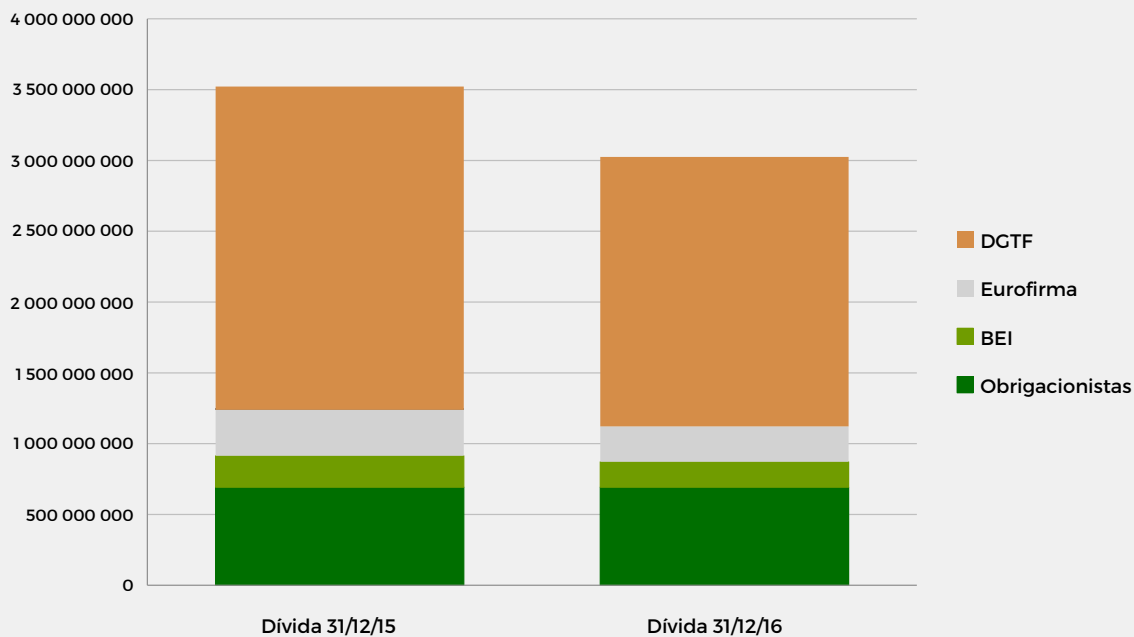
- Março/abril – 113 milhões de euros em numerário;
- Julho/setembro – 303,8 milhões de euros, dos quais 266,8 milhões de euros por conversão de créditos detidos pelo Estado/Direção-Geral do Tesouro e Finanças e 37 milhões de euros em numerário;
- Outubro – 25,9 milhões de euros em numerário;
- Novembro – 212,2 milhões euros, por conversão de créditos detidos pelo Estado/Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), dos investimentos e de despesas com pessoal relativas ao acordo histórico sobre os variáveis.

As restantes responsabilidades de exploração foram supridas com recurso a receita própria, pelo que não houve endividamento da CP ao longo do ano de 2016, tal como já havia acontecido em 2015.

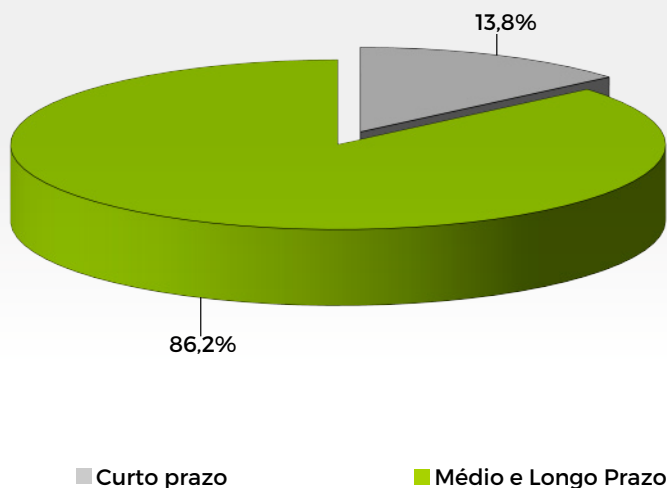
Dívida Remunerada

Como consequência destas medidas, a dívida remunerada do Grupo CP teve um decréscimo de cerca de 498,5 milhões de euros durante o ano de 2016. O valor da dívida no final do ano ascendia assim, a 3,027 mil milhões de euros, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:



Durante o ano, o Grupo CP procedeu a amortizações no valor de cerca de 498,5 milhões de euros (nomeadamente, BEI no montante de 42,7 milhões de euros, Eurofima no valor de 75 milhões de euros e empréstimo da DCTF no montante de 380,5 milhões de euros).

A estrutura da dívida manteve-se praticamente inalterada, com a dívida de médio e longo prazo a apresentar um peso preponderante, para o que contribuiu o empréstimo celebrado com o Estado Português no último trimestre de 2014. Este empréstimo representa agora cerca de 63% da dívida total.





PERSPECTIVAS PARA 2017

As perspetivas conhecidas para a economia Portuguesa em 2017 apontam para a continuidade da recuperação moderada da economia e do emprego.

A actividade económica em Portugal deverá crescer a um ritmo ligeiramente superior ao registado em 2016, traduzindo um maior contributo das exportações (líquido de importações). O contributo da procura interna para o PIB deverá reduzir-se ligeiramente, prevendo-se uma desaceleração da taxa de crescimento do consumo privado, compensada, no entanto, por um crescimento da FBCF. O consumo público deverá manter a sua evolução decrescente refletindo o esforço de consolidação orçamental.

De salientar que, em 2017, o consumo privado continuará a beneficiar do impacto positivo sobre o rendimento disponível das famílias em consequência da reversão de algumas medidas implementadas durante o Programa de Assistência Económica e Financeira.

Num quadro de melhoria gradual da situação no mercado de trabalho, será expectável uma redução da taxa de desemprego.

Neste contexto, antevê-se um impulso, ainda que ligeiro, nas necessidades de mobilidade das populações em 2017, potenciado pelo aumento do turismo.

Para responder às necessidades de mobilidade e reforçando o seu papel de transporte sustentável dinamizador da economia e de uma política energética racional, a CP continuará a utilizar do modo mais eficiente os meios produtivos de que dispõe, a manter o diálogo com os Trabalhadores e com as suas Organizações Representativas, a manter uma postura comercial dinâmica, flexível e proactiva perante a evolução observada e prevista do mercado e a ajustar, sempre que possível, a sua oferta, otimizando o efeito de rede dos serviços comerciais de modo a melhor responder às alterações e circunstâncias do mercado.

Importa no entanto referir que continua a haver constrangimentos à atividade.

A nível da infraestrutura ferroviária nacional, permanece por concluir a eletrificação de importantes eixos ferroviários o que obriga ao cumprimento de ciclos de manutenção exigentes do material *diesel* com imobilizações frequentes e prolongadas.

A nível da empresa, mantêm-se as restrições orçamentais e a ausência de um Contrato de Serviço Público definidor das obrigações e respetivas compensações financeiras.

Tendo presente as previsões da economia, as orientações das Tutela Sectorial e Financeira, o Conselho de Administração da CP definiu para 2017 as seguintes orientações estratégicas:

1. Responder às necessidades da mobilidade, pela promoção da conectividade e acessibilidade ao transporte, da adequação da oferta e da prestação de serviço com maior qualidade e que contribua para uma maior satisfação dos Clientes;
2. Revigorar a organização, através de uma maior motivação dos trabalhadores e de uma maior produtividade dos meios de produção;
3. Criar mais valor, promovendo o diálogo com os agentes sociais e políticos e com as organizações representativas dos trabalhadores e estabelecendo parcerias estratégicas com o gestor de infraestruturas e outros *stakeholders*;
4. Promover o equilíbrio financeiro, pelo estabelecimento do quadro de contratualização quer do serviço público quer da utilização da infraestrutura, pela continuação do saneamento da dívida histórica, pela racionalização dos gastos, pela rentabilização de ativos não essenciais e pela promoção da sustentabilidade das empresas participadas.

Neste contexto, destacam-se algumas das ações da CP previstas para 2017:

- Intervenção de “Meia Vida” nos CPA’s e comercialização do “Novo Serviço AP”;
- Instalação de Wi-Fi nos comboios urbanos;
- Modernização de sistemas embarcados de circulação (Convel / GSM-R);
- Reforço das condições de acesso dos passageiros de mobilidade reduzida ao material circulante;
- Lançamento do Comboio Histórico na Linha do Vouga;
- Recrutamento externo de RH;
- Revisão do Acordo de Empresa;
- Extensão do controlo automático de acessos às estações;
- Aquisição / aluguer de equipamentos de venda;
- Otimização da Rede de Vendas;
- Monitorização e desenvolvimento do “*Yield Management*”;
- Alargamento da utilização do Cartão CP;
- Implementação de um programa CRM (“*Customer Relationship Management*”);
- Desenvolvimento de plataforma para gestão de conteúdos empresariais (ECM);
- Rentabilização de ativos não essenciais;
- Conservação de parques de material circulante.

No que respeita à EMEF, o foco estratégico mantém-se na manutenção e melhoria do equilíbrio económico-financeiro da empresa e na promoção da eficiência, através dos seguintes princípios:

- Assegurar a manutenção de adequados padrões de Qualidade/Fiabilidade /Segurança e a resposta às necessidades dos clientes;
- Melhoria da produtividade;
- Incremento e diversificação do negócio;
- Gestão eficiente dos recursos;
- Valorização dos trabalhadores.

Perspetiva-se um aumento da procura relativamente ao ano 2016, em ambos os segmentos de atividade - manutenção e reparação:

- O incremento a nível da manutenção é justificado pelos trabalhos de manutenção da frota do Metro do Porto e pela manutenção não sistemática no material circulante da CP;
- O acréscimo no segmento de reparação é explicado principalmente pelos contratos de R1 dos CPA 4000 e de revisão geral dos 960.000 Km dos veículos Eurotram do Metro do Porto, mas também por um número de intervenções de reparação sistemáticas e não sistemáticas no material circulante da CP.

Quanto à FERNAVE, para 2017 manterá a sua Visão de querer ser uma entidade de referência, reconhecida no desenvolvimento do conhecimento e de competências no setor dos transportes e da logística, mas também no apoio e consultoria às empresas e demais entidades do setor, quer em termos nacionais quer internacionais.

A atividade da Empresa desenvolver-se-á de acordo com as seguintes premissas:

- No âmbito de intervenção da formação ferroviária e da atividade de recrutamento e psicologia, manutenção das relações com o Grupo CP, incrementando as relações comerciais com a Medway, para além da recuperação da relação comercial com a Infraestruturas de Portugal, Carris e Metropolitano de Lisboa;
- Junto dos principais *players* do setor, públicos e privados, potenciar a prestação de serviços nas vertentes da formação ferroviária, rodoviária e marítimo-portuária, bem como, dos serviços de recrutamento e psicologia;
- Nas empresas do setor dos transportes e mercado em geral, dar continuidade aos programas de especialização para quadros médios e superiores, nomeadamente no que concerne aos vários modos de transporte portuário e ferroviário e lançar programas semelhantes na área da logística;
- Na vertente de Consultoria, apoiar os Clientes nas suas ações de reorganização/reestruturação e investimento e prosseguir a intervenção no mercado internacional, nomeadamente em Angola e Moçambique (em articulação com a participada Transcom).

A Fernave continuará ainda a apostar na formação no modo rodoviário (para o qual mantém a certificação para a prestação de serviços de formação no âmbito dos CAM - Certificação de Aptidão de Motoristas, do TCC - Transporte Coletivo de Crianças e de Motorista de Táxi).

O objetivo estratégico da ECOSAÚDE é o de garantir a autonomia operacional e económica, mantendo para o efeito as políticas de gestão focadas na racionalização da estrutura de gastos operacionais e na adequação da oferta de serviços à procura, ajustando as operações ao nível de atividade previsto.

Será fundamental continuar a ganhar massa crítica noutros sectores de atividade para além do sector dos transportes, defendendo sempre a manutenção de um nível de serviço altamente qualificado.

Continuará a ser dada prioridade ao esforço comercial em clientes de média e grande dimensão (com riscos na segurança e saúde no trabalho), assim como nas plataformas eletrónicas de contratação pública, onde há acesso a contratos de volume, rentabilizando a capacidade instalada da empresa, nomeadamente, nas vertentes Saúde no Trabalho e Especialidades Médicas.

Para além da captação de novos clientes, será estimulada a procura de serviços na base de clientes já existente, para explorar plenamente a capacidade da empresa, seja através da venda cruzada ou do aumento da intensidade de prestação de serviços já contratados.

No que respeita à SAROS, a expectativa para o ano de 2017 será de continuidade da rentabilização do potencial que poderá proporcionar ao Grupo CP, mantendo a empresa o seu posicionamento estratégico de mediadora cativa, aliando esse potencial à procura da maximização dos resultados obtidos.

No que se refere ao modelo de funcionamento operacional de empresa, os recursos existentes afiguram-se suficientes para que a SAROS consiga dar adequada resposta às tarefas que lhe caibam desempenhar, no entanto, e caso surjam necessidades específicas, admite-se a possibilidade de os recursos existentes poderem vir a ser eventualmente complementados com a colaboração esporádica de um consultor de seguros.



FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO



Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data de balanço.



DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

(nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários)

Tanto quanto é do nosso conhecimento: a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CP- Comboios de Portugal, EPE e das empresas incluídas no perímetro de consolidação (Grupo CP), e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo CP e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Lisboa, 12 de abril de 2017

O Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal: Dra. Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Vogal: Dr. Nuno Serra Sanches Osório



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2016 (valores em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31/12/16	31/12/15
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	542 527 658	586 755 584
Ativos intangíveis	8	261 198	29 503
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	802 236	718 981
Outros investimentos financeiros	10	27 992 171	28 092 388
Ativos por impostos diferidos	11		2 554 258
		571 583 263	618 150 714
Ativo corrente			
Inventários	13	27 740 855	23 147 084
Clientes	14	12 794 087	11 829 843
Estado e outros entes públicos	15	9 166 458	9 422 764
Outros créditos a receber	16	11 366 842	27 994 518
Diferimentos	17	1 132 150	1 189 620
Ativos financeiros detidos para negociação	18	4	16
Ativos não correntes detidos para venda	19	16 995 564	19 561 448
Caixa e depósitos bancários	4	16 914 089	14 309 964
		96 110 049	107 455 257
Total do ativo		667 693 312	725 605 971
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital subscrito	20	3 333 713 276	2 678 800 000
Reservas legais	21	24 703	24 703
Outras reservas	22	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	23	(5 933 918 492)	(5 655 108 293)
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	24	91 490 008	91 490 008
Resultado líquido do período		(143 999 549)	(278 657 308)
Total do capital próprio		(2 651 383 404)	(3 162 144 240)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	25	17 969 218	7 351 232
Financiamentos obtidos	26	2 609 278 327	3 026 166 540
Outras dívidas a pagar	27	13 390 899	31 926 392
		2 640 638 444	3 065 444 164
Passivo corrente			
Fornecedores	28	23 831 725	24 387 755
Adiantamentos de clientes	29	574 500	2 189 470
Estado e outros entes públicos	15	4 113 609	3 795 317
Financiamentos obtidos	26	417 669 625	499 257 669
Outras dívidas a pagar	27	109 603 276	155 663 919
Diferimentos	17	122 645 537	135 720 001
Passivos financeiros detidos para negociação	30		1 291 916
		678 438 272	822 306 047
Total do passivo		3 319 076 716	3 887 750 211
Total do capital próprio e do passivo		667 693 312	725 605 971

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana CoelhoPresidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral

Período findo em 31 de dezembro de 2016

(valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/16	31/12/15
Vendas e serviços prestados	31	266 218 886	264 545 210
Subsídios à exploração	32	16 929	6 649
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9,33	509 730	(11 168 469)
Variação nos inventários da produção	13	(35 661)	(121 531)
Trabalhos para a própria entidade	34	8 334 943	7 310 347
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	35	(23 286 771)	(22 381 039)
Fornecimentos e serviços externos	36	(141 321 428)	(145 124 257)
Gastos com o pessoal	37	(124 774 822)	(150 954 758)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	13	(325 744)	(673 301)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14,16	(324 716)	(31 286 018)
Provisões (aumentos/reduções)	25	(11 343 906)	892 787
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	38	1 573 246	(93 365 403)
Outros rendimentos	39	36 135 636	68 911 324
Outros gastos	40	(9 331 995)	(4 317 407)
Resultado antes de depreciações, justo valor, gastos de financiamento e impostos		2 044 327	(117 725 866)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	42	(56 486 597)	(60 162 710)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	855 533	1 158 064
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(53 586 737)	(176 730 512)
Aumentos/reduções de justo valor	41	1 291 916	2 411 650
Juros e rendimentos similares obtidos	44	179 648	3 651 990
Juros e gastos similares suportados	45	(88 418 439)	(107 629 336)
Resultado antes de impostos		(140 533 612)	(278 296 208)
Imposto sobre o rendimento do período	12	(3 465 937)	(361 100)
Resultado líquido do período		(143 999 549)	(278 657 308)

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2015

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe					Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Ocorrências no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
					Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos							
Posição no início do período de 2015	1, 2, 0 a 24	1.998.377.000			24.703	1.306.680		(5.495.796.619)		91.490.008	(61.345.168)	(5.566.003.326)			(5.569.003.326)
Alterações no período															
Primeira adoção de novo referencial contábilístico															
Alterações de políticas contábilísticas	5														
Diferença de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedentes de revalorização															
Excedentes de revalorização															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	23 a 24														
Resultado líquido do período	2														
Resultado integral	3														
Operações com devedores de capital no período	4 a 2, +3														
Realizações de capital		683.483.000													
Realizações de prêmios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
Posição no fim do período de 2015	5	2.679.800.000	683.483.000					(859.317.774)			161.345.168	161.345.168			161.345.168
Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.	6 a 11, 23-25							(859.317.774)			161.345.168	685.516.394			685.516.394
								(5.685.108.293)		91.490.008	(278.657.308)	(5.162.144.240)			(5.162.144.240)

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho
 Presidente - Eng. Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiro
 Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanchez Osorio
 Vogal - Dr.ª Maria João Bernardo Carmelo Rosa Galvão Lopes

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período de 2016

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe				Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
					Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados				
Posição no início do período de 2016	1	2.679.800.000			24.703	1.306.650		(5.655.108.293)		(5.162.144.240)		(5.162.144.240)
Alterações no período												
Primeira adoção de novo referencial contábilístico												
Alterações de políticas contábilísticas	5											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização												
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	23 a 24											
	2											
Resultado líquido do período	3								(143.999.549)			(143.999.549)
Resultado integral												
Operações com detentores de capital no período	4 e 2+3											
Realizações de capital		654.983.276										
Realizações de prêmios de emissão												
Distribuições												
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5	654.983.276						(278.810.199)				278.657.308
Posição no fim do período de 2016	6 = 1+2+3+5	3.333.783.276			24.703	1.306.650		(5.933.918.492)		(2.651.383.404)		(2.651.383.404)
Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.												

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho
 Presidente - Eng. Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiroz
 Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Odeiro
 Vogal - Dr.ª Maria João Simões Carmelo Rosa Calhado Lopes

Demonstração consolidada de fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2016

(valores em €)

RUBRICAS	31/12/16	31/12/15
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	298 638 537	282 604 497
Pagamentos a fornecedores	(203 177 910)	(205 445 791)
Pagamentos ao pessoal	(127 725 134)	(124 659 283)
Caixa gerada pelas operações	(32 264 507)	(47 500 577)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(315 286)	(353 488)
Outros recebimentos/pagamentos	20 203 471	15 566 104
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	(12 376 322)	(32 287 961)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	(4 885 613)	(1 624 421)
<i>Ativos intangíveis</i>	(55 828)	(8 104)
<i>Investimentos financeiros</i>	-	-
<i>Outros ativos</i>	(132 702 396)	(310 341 405)
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	472 567	582 550
<i>Ativos intangíveis</i>	-	-
<i>Investimentos financeiros</i>	-	333 333
<i>Outros ativos</i>	132 920 094	304 500 000
<i>Subsídios ao investimento</i>	1 540 660	1 575 000
<i>Juros e rendimentos similares</i>	539 414	2 593 928
<i>Dividendos</i>	351 098	27 718
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(1 820 004)	(2 361 401)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	-	-
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>	175 898 192	683 483 000
<i>Cobertura de prejuízos</i>	-	-
<i>Doações</i>	-	-
<i>Outras operações de financiamento</i>	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	(118 555 188)	(605 921 555)
<i>Juros e gastos similares</i>	(40 582 703)	(58 802 272)
<i>Dividendos</i>	-	-
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>	-	-
<i>Outras operações de financiamento</i>	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	16 760 301	18 759 173
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	2 563 975	(15 890 189)
Efeito das diferenças de câmbio	3 196	(336)
Caixa e seus equivalentes no início do período	14 121 482	30 012 007
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16 688 653	14 121 482

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Contabilista Certificado - Dr.^a Ana Coelho

Presidente - Eng.^o Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró

Vogal - Dr. Nuno Serra de Sanches Osório

Vogal - Dr.^a Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E NOTAS DE OPERACIONALIDADE (NOTA 1)

Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho.

O objeto principal da atividade da CP é a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A..

Através das suas subsidiárias e associadas, o Grupo CP desenvolveu, em 2016, as seguintes atividades:

- Fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros, bem como o estudo de instalações oficiais para manutenção (EMEF, S.A.);
- Mediação de seguros (Saros, Lda.);
- Sinergia e otimização das atividades no que respeita à manutenção de locomotivas “LE 5600” e “LE 4700” (SIMEF, A.C.E.);
- Formação e desenvolvimento técnico profissional, elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas, prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica, ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas (Fernave, S.A.);

- Prestação de cuidados de saúde; ensino, formação e desenvolvimento técnico/profissional nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoas; assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; execução de ações de controlo de droga e álcool, assegurando o encaminhamento para tratamento destas dependências (Ecosaúde, S.A.);
- Implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das Agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorados direta ou indiretamente pelas entidades Agrupadas (TIP, A.C.E.);
- Garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais, de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento, no âmbito da proposta global do referido projeto (OTLIS, A.C.E.).

De referir ainda a participação de 35% da EMEF S.A. na NOMAD TECH, Lda. e a participação de 19,1% da Fernave na TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana).

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pelo Governo, à Tutela setorial e financeira, dos Ministérios da Economia e das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da empresa uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa mãe de um grupo de empresas subsidiárias e associadas, atuando em diferentes segmentos de atividade, cuja caracterização se apresenta, de forma mais detalhada, na nota 3 e estas são as suas demonstrações financeiras consolidadas.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2)

Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, conforme adotadas pela União Europeia (EU) emitidas e em vigor à data de 31 de dezembro de 2016.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC) e respetivas interpretações (IFRIC e SIC), emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e *Standing Interpretation Committee* (SIC). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras, expressas em euros, foram apreciadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 12 de abril de 2017, que deliberou submetê-las à aprovação da Tutela.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas para o período findo a 31 de dezembro de 2016 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2015.

Derrogações às IFRS

Não foram feitas derrogações às disposições das IFRS.

Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros que afetem de forma material a comparação de valores entre os exercícios.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

(NOTA 3)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de venda.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as IFRS, requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos de Juízos de valor, Principais pressupostos relativos ao futuro, e Principais fontes de incerteza das estimativas, constantes desta nota.

Consolidação

• Introdução

Nos termos da legislação em vigor, as entidades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado devem elaborar as suas contas consolidadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro.

É neste contexto que a CP apresenta as suas demonstrações financeiras consolidadas que expressam a posição financeira e os resultados das operações do Grupo como se de uma única entidade se tratasse, e pretendem evidenciar os resultados das operações que as empresas do Grupo realizaram com terceiros.

• O Grupo e a empresa

Considerações gerais

Ao longo do ano 2016 a CP manteve como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia de Grupo sustentável, estruturando as participações sociais existentes e desenvolvendo uma cultura de eficiência e valor acrescentado focada no respetivo *core business*.

A CP tem autonomizado em empresas, segmentos de atividade como a manutenção de equipamentos ferroviários e a formação técnica, procurando criar sinergias positivas à sua atividade.

Em todas as empresas subsidiárias, a CP detém a maioria do capital. Detém também algumas participações minoritárias numa lógica de cooperação com outros Operadores.

A CP

A CP - Comboios de Portugal E.P.E. é, desde de julho de 2009, uma entidade pública empresarial, detida a 100% pelo Estado Português. É responsável pela prestação de serviços de transporte ferroviário nacional e internacional de passageiros.

Opera em todo o território nacional oferecendo serviços essenciais para o desenvolvimento do País e para a sua coesão social e territorial.

Empresas participadas

As participações financeiras da CP em 31 de dezembro de 2016 caracterizam-se como segue:

Subsidiárias

EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Social - 8.100.000 euros

A EMEF, SA foi constituída em 1992 e tem por objeto o fabrico bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficiais para manutenção. Esta empresa reveste-se, assim, da maior importância para o mercado nacional.

SAROS - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

Participação CP - 100%

Capital Social - 5.000 euros

A sociedade tem por objeto a atividade de mediação de seguros.

FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Social - 50.000 euros

Constituída em 1992, tem por objeto:

- A formação e desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos setores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica;
- A elaboração de estudos e projetos no âmbito da criação, organização e gestão de empresas de transportes, comunicações, portuárias e das que se situem na envolvente tecnológica destas;
- A prestação de serviços no âmbito da psicologia aplicada e da avaliação médica e psicológica às empresas de transportes, comunicações, portuárias e às que se situem na envolvente tecnológica destas;
- O ensino de natureza superior e a investigação científica no contexto dos transportes, comunicações ou em áreas tecnológicas que se situem na envolvente tecnológica destas, diretamente ou por instituições participadas ou associadas.

ECOSAÚDE - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Participação CP - 100%

Capital Social - 50.000 euros

Sociedade constituída em 1995 que tem como objeto social a prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente; a prestação de serviços no âmbito do recrutamento, seleção e avaliação de pessoal; a assistência técnica, consultoria e auditoria, designadamente, em matérias de saúde, higiene e segurança no trabalho, ambiente e gestão ambiental; elaboração de estudos e diagnósticos, tendo alargado a sua atividade a estratégias de prevenção e controlo nos âmbitos da toxicodependência, alcoolismo e tabagismo, execução de ações de controlo de droga e álcool, e ainda o encaminhamento e tratamento de adictos de álcool e droga.

Entidades conjuntamente controladas**SIMEF, A.C.E.**

Participação EMEF - 51%

Capital - não tem

Agrupamento complementar de empresas constituído em 2009, tem por objeto social a sinergia e otimização das atividades das entidades agrupadas no que respeita à manutenção de locomotivas "LE 5600" e "LE 4700" ao abrigo do contrato entre o Agrupamento e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E.

TIP, A.C.E - Transportes Intermodais do Porto

Participação CP - 33,33%

Capital Social - 30.000 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 2002 que tem por objeto a implantação e gestão de um sistema de bilhética comum e exclusivo das agrupadas (CP, STCP e Metro do Porto) na área do grande Porto, bem como a definição da estrutura de tarifário intermodal comum e exclusiva, para os meios de transporte público de passageiros explorado direta ou indiretamente pelas entidades agrupadas.

OTLIS, A.C.E. - Operadores de Transportes da Região de Lisboa

Participação CP - 14,29%

Capital - 392.832,02 euros

É um agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, com o objetivo de garantir o desenvolvimento do projeto de telebilhética em associação com outros parceiros internacionais de acordo com os compromissos assumidos pelas empresas que integram o agrupamento no âmbito da proposta global do referido projeto.

Associadas

TRANSCOM – Sociedade de Formação, Consultoria e Auditoria em Transportes e Comunicações, S.A.R.L. (Moçambicana)

Participação via Fernave – 19,1%

Capital Social – 32.900.000 meticais

A sociedade foi constituída em 1998 e tem por objeto o ensino superior universitário e a investigação científica, particularmente no âmbito tecnológico, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a educação e formação técnica de futuros e atuais quadros médios particularmente nos âmbitos tecnológicos, da gestão, da logística, da distribuição, dos transportes, das comunicações e da informática; a formação e o desenvolvimento técnico-profissional de pessoal inserido, especialmente, em organizações de transportes, comunicações e informática; a consultoria e auditoria em empresas e outras organizações, especialmente ligadas aos transportes, comunicações e informática.

NOMAD TECH, Lda

Participação via EMEF -35%

Capital Social – 160.000 euros

A sociedade foi constituída em 2013 desenvolvendo a sua atividade no âmbito da engenharia, inovação e tecnologia aplicada ao setor dos transportes, fabrico, reparação e manutenção de componentes eletrónicos e desenvolvimento de soluções informáticas.

Outras participações

A CP detém ainda um conjunto de pequenas participações em empresas com atividades relacionadas com as desenvolvidas pelas empresas do Grupo.

Estas participações encontram-se reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

CP Carga – Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A.

Participação CP – 5%

Capital Social –5.000.000 euros

Tem por objeto social o transporte ferroviário de mercadorias, atividades logísticas e operações conexas.

A sociedade foi constituída por cisão simples, dando cumprimento ao compromisso de liberalização para o setor assumido por Portugal junto da União Europeia.

O capital social foi detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.* Em 31 dezembro de 2016 a CP ainda detém uma participação de 5%, que é temporária, e aguarda a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo de venda de referência.

Metro do Porto, S.A.

Participação CP - 3,33%

Capital Social - 7.500.000 euros

Constituída em 1993, tem por objeto a exploração, em regime de concessão atribuída pelo Estado, de um sistema de metro ligeiro na área metropolitana do Porto.

Metropolitano Ligeiro de Mirandela, S.A.

Participação CP - 10%

Capital Social - 125.000 euros

Sociedade constituída em 1995, tem por objeto a exploração em regime de exclusivo, do transporte de metropolitano de superfície no Município de Mirandela, no troço Carvalhais-Cachão.

Metro Mondego, S.A.

Participação CP - 2,5%

Capital Social - 1.075.000 euros

Esta sociedade, constituída em 2002, tem por objeto principal a exploração, em regime de exclusivo, de uma rede de metropolitano ligeiro de superfície da área dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo.

APOR – Agência para a Modernização do Porto, S.A.

Participação CP - 0,47%

Capital Social - 1.064.825 euros

Foi constituída em 1997 e tem por objeto a modernização de base económica do Porto incluindo a qualificação urbana através do desenvolvimento de ações destinadas a contribuir para a introdução de fatores de correção do tecido social, económico e cultural da cidade.

ICF – Intercontainer – Interfrigo, S.A. (Belga)

Participação CP - 2,09%

Capital Social - 18.300.000 euros

A sociedade tem por objeto a organização e o desenvolvimento de transportes combinados e de transportes frigoríficos a temperatura adequada, compreendendo todas as operações destinadas à obtenção e manutenção da temperatura conveniente às várias mercadorias, bem como à disponibilidade de serviços auxiliares relativos a estes transportes.

EUROFIMA – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire (Suíça)

Participação CP - 2%

Capital Social - 2.600.000.000 CHF

Tem como objeto social o financiamento necessário aos investimentos na renovação e modernização do material circulante, com vista a garantir uma integração progressiva dos caminhos de ferro no plano europeu, desempenhando um papel muito competitivo na concessão de fundos aos acionistas.

BCC – Bureau Central de Clearing (Belga)

Participação CP - 1,54%

Capital Social - 110.250 euros

A sociedade tem por objeto prestar serviços aos associados na área financeira bem como todas as operações comerciais necessárias a esse fim e em particular de reduzir o número e o montante dos pagamentos entre as suas associadas através da centralização e compensação dos seus débitos e créditos recíprocos.

• Método de consolidação

A obrigatoriedade de elaboração de contas consolidadas ocorre para a empresa mãe que detenha o controlo sobre uma ou mais subsidiárias. De acordo com o previsto nas IFRS, foram incluídas na consolidação e utilizado o método de consolidação integral em todas as empresas do Grupo sobre as quais a empresa exerce controlo.

Assim, tendo por base o definido na IFRS 10, as demonstrações financeiras foram elaboradas agrupando, numa base de linha a linha, elementos idênticos de ativos, de passivos, de capitais próprios, de rendimentos e de gastos.

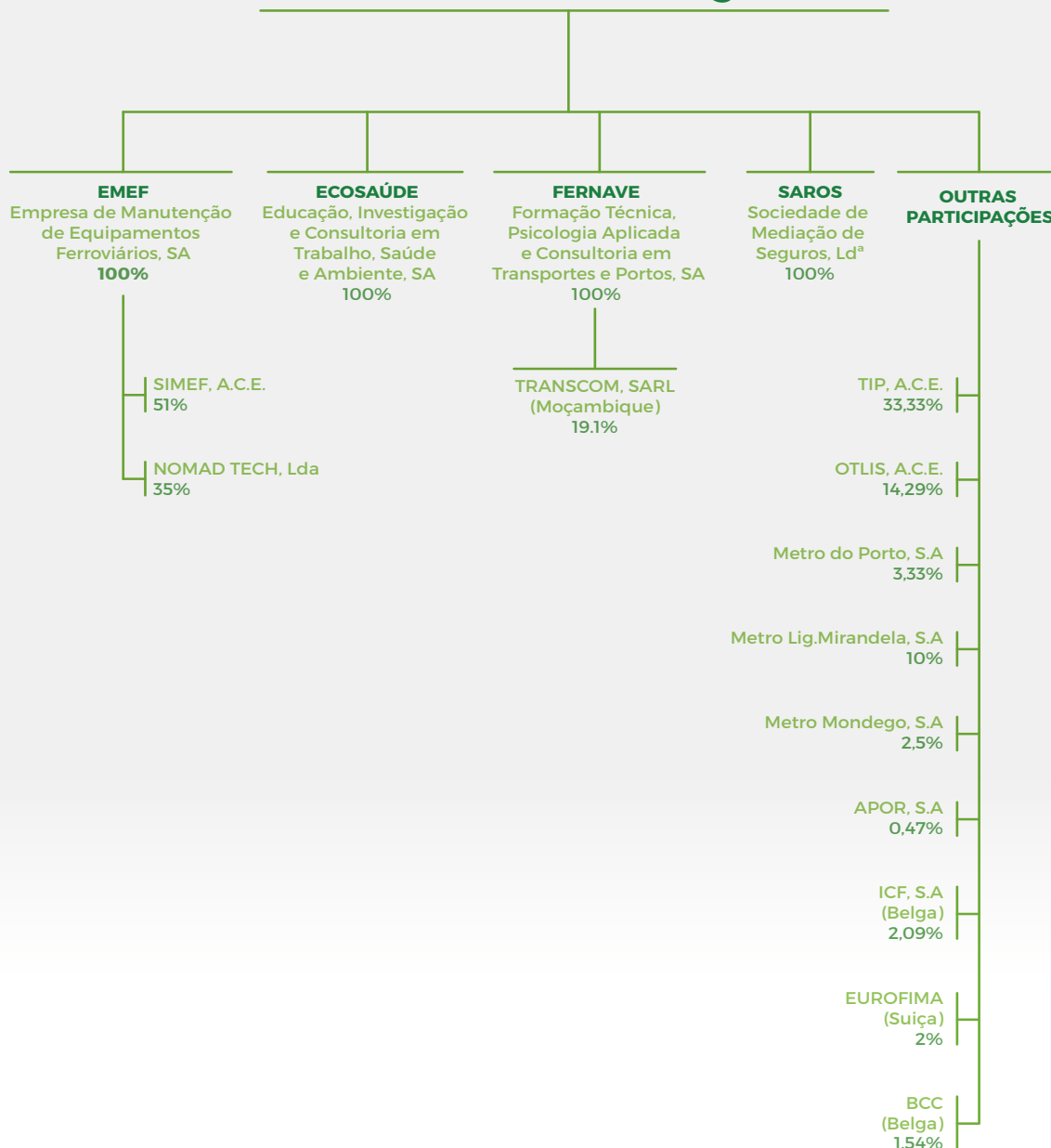
Os procedimentos de consolidação envolveram ainda a eliminação do investimento da empresa mãe em cada subsidiária por contrapartida do capital próprio e a eliminação dos saldos, transações, rendimentos e ganhos e gastos e perdas intragrupo.

No que respeita aos empreendimentos conjuntos, passou a ser aplicado o método de equivalência patrimonial, em substituição da consolidação proporcional, a partir de janeiro de 2013, de acordo com o previsto na IFRS 11.

Seguindo o previsto na norma no que respeita à aplicação do método de equivalência patrimonial, o investimento foi inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data da constituição/aquisição do empreendimento conjunto. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento, podendo igualmente ser efetuados ajustamentos na quantia escriturada para alterações no interesse proporcional do investidor no empreendimento conjunto resultantes de alterações no capital próprio que não tenham sido reconhecidas nos resultados do empreendimento conjunto.

• **Perímetro de consolidação**

CP - Comboios de Portugal, E.P.E.



O capital social da CP Carga- Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S.A. foi alienado em 2016 à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal)- Operadores Ferroviários, S.A. Em 31 Dezembro de 2016 a CP detém ainda uma participação residual de 5%, meramente temporária (e ajustada com imparidade), visto aguardar a conclusão de alguns procedimentos previstos no acordo para a alienação corresponder a totalidade da participação. Por este motivo não está representada no respetivo organograma do perímetro de consolidação.

Empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral

As empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, suas sedes e proporção do capital detido, direta e indiretamente pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do Capital
EMEF, S.A.	Entroncamento	CP, E.P.E.	100,00%
SAROS, LDA	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
FERNAVE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%
ECOSAÚDE, S.A.	Lisboa	CP, E.P.E.	100,00%

Empresas associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

As empresas incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes e proporção do capital detido, em 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Detentores de Capital	% do Capital
TIP, ACE	Porto	CP, E.P.E.	33,33%
SIMEF, A.C.E.	Entroncamento	EMEF, S.A.	51,00%
OTLIS, ACE	Lisboa	CP, E.P.E.	14,29%
NOMAD TECH, LDA	Porto	EMEF, S.A.	35,00%

Outras participações

Os investimentos financeiros em que não seja possível identificar com fiabilidade os seus justos valores são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

• Eliminações não efetuadas por serem imateriais

No âmbito do processo de consolidação, não foram anuladas margens na generalidade das transações entre empresas do Grupo, por as mesmas se revelarem imateriais.

Políticas contabilísticas relevantes

• Ativos fixos tangíveis

Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis relacionados com o segmento de transporte de passageiros são detidos pela empresa mãe e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Na data da transição para as IFRS a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99 de 24 de março) e que se encontram alocados à exploração operacional da empresa. Estes ativos são registados nas demonstrações financeiras de forma a permitir uma apreciação da performance económica da empresa.

Esta política foi também adotada no reconhecimento e mensuração dos ativos fixos tangíveis utilizados pelas restantes subsidiárias no desenvolvimento da respetiva atividade, nomeadamente no fabrico e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, na formação técnica e psicologia aplicada e na prestação de serviços de medicina e de higiene e segurança no trabalho.

O custo de todos os ativos fixos tangíveis inclui o preço de compra, os direitos de importação, os impostos não reembolsáveis e os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem e exclui os descontos comerciais e abatimentos.

Os gastos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil do bem são reconhecidos como gastos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Despesas de manutenção e reparação

Material circulante afeto ao transporte de passageiros:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis como componentes específicas do material circulante e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

Edifício e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída; e
- Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

Descritivo do bem	Anos
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
Material circulante:	
Locomotivas a diesel e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a diesel e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Vagões	3 a 35
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do Despacho Conjunto nº 261/99 de 24 de março) encontram-se a ser depreciados desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de setembro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente como rendimento diferido, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que serão cumpridas as condições associadas à sua atribuição. Posteriormente são reconhecidos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, de acordo com a vida útil do ativo.

Os subsídios que compensam gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

Imparidade de material circulante afeto ao transporte de passageiros

Atendendo à natureza do material circulante afeto ao transporte de passageiros e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, torna-se inviável o apuramento de um valor de mercado apropriado para estes ativos, pela ausência de um mercado ativo onde os mesmos sejam transacionados. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de compra para material específico.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. Considera-se que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, entende-se que não é possível a determinação do valor de uso conforme definido na IAS 36, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

Reconhecimento de imparidade nos restantes ativos do Grupo

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com o definido na IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido contabilístico de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

• Locações

As empresas do Grupo classificam as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e vantagens inerentes à posse de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos de uma locação operacional são reconhecidos como um gasto numa base linear durante o prazo de locação.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo menor entre o justo valor da propriedade locada ou o valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Os ativos adquiridos em locação financeira são depreciados de acordo com a política estabelecida para os ativos fixos tangíveis.

• Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis das empresas do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

As empresas do Grupo procedem a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes pelo período de 3 anos.

• Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*"trade date"*) pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente nos resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidade externa (IMF - Informação de Mercados Financeiros, SA) tendo por base técnicas de valorização utilizadas no mercado.

Contabilidade de cobertura

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39. No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação, sendo as respetivas variações no justo valor registadas em resultados no período em que ocorrem.

Embora, os instrumentos financeiros existentes no Grupo até 2015 visassem a cobertura do risco de taxa de juro, estes instrumentos não cumpriam os requisitos da IAS 39, para serem classificados como instrumentos financeiros de cobertura, pelo que foram classificados como instrumentos financeiros detidos para negociação.

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo CP não detém quaisquer instrumentos financeiros derivados.

• Outros ativos/passivos financeiros

As empresas do Grupo CP apenas reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo CP classifica os seus investimentos, na data da sua negociação ("*trade date*"), de acordo com o objetivo que despoletou a sua aquisição, nas seguintes categorias: ativos financeiros ao justo valor através de resultados (detidos para negociação e opção justo valor); empréstimos e contas a receber; ativos detidos até à maturidade; e ativos financeiros disponíveis para venda, em conformidade com o preconizado pela IAS 39 - Instrumentos financeiros.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. As alterações ao seu justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades definidas, para os quais existe a intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade. As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data das demonstrações financeiras.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações ativo. São originados pelo decurso normal das atividades operacionais, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais não existe a intenção de negociar.

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizados ao custo amortizado, com base no método de taxa de juro efetiva.

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores de que a empresa do Grupo CP não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- i. Análise de incumprimento;
- ii. Incumprimento há mais de 6 meses;
- iii. Dificuldades financeiras do devedor;
- iv. Probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro.

Estes ativos são apresentados na demonstração da posição financeira, líquidos da imparidade reconhecida.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que o Grupo CP tem intenção de manter por tempo indeterminado, são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, as respetivas variações de justo valor, reconhecidas diretamente nos capitais próprios na rubrica reservas de justo valor, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Caso não exista um valor de mercado, os ativos são mantidos ao custo de aquisição, sendo contudo efetuados testes de imparidade.

Os juros corridos de instrumentos de rendimento fixo, quando classificados como ativos disponíveis para venda e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Mensuração subsequente dos ativos/passivos financeiros

Os ativos/passivos financeiros são mensurados ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados, de acordo com o preconizado na IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura os ativos financeiros, incluindo os derivativos que sejam ativos, pelos seus justos valores sem qualquer dedução para os custos de transação em que possa incorrer na venda ou outra alienação, exceto quanto aos seguintes ativos financeiros:

- Empréstimos concedidos e contas a receber, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo;
- Investimentos detidos até à maturidade, os quais são mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo; e
- Investimentos em instrumentos de capital próprio que não tenham um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados resultem na entrega de tais instrumentos, os quais são mensurados pelo custo menos perdas de imparidade.

Os ativos financeiros que sejam designados como itens cobertos estão sujeitos a mensuração segundo os requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Todos os ativos financeiros, exceto aqueles mensurados pelo justo valor por via dos resultados, estão sujeitos a revisão quanto à imparidade, de acordo com a IAS 39.

Após o reconhecimento inicial, o Grupo CP mensura todos os passivos financeiros pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo, exceto passivos financeiros pelo justo valor por via dos resultados. Tais passivos, incluindo derivativos que sejam elementos do passivo, são mensurados pelo justo valor, exceto no caso de um passivo derivado que esteja ligado a e deva ser liquidado pela entrega de um instrumento de capital próprio não cotado, cujo justo valor não possa ser fiavelmente mensurado, o qual deverá mensurado pelo custo.

Os passivos financeiros designados como itens cobertos estão sujeitos aos requisitos da contabilidade de cobertura contidos na IAS 39.

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado. Este constitui o nível 1 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

No caso de não existir um mercado ativo, o que é o caso para alguns ativos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado. Este constitui o nível 2 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7, e utilizado pelo Grupo CP.

Neste nível 2 da hierarquia do justo valor, o Grupo CP inclui instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivativos. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções que incorporam, por exemplo, as curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivativos mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado. Este constitui o nível 3 da hierarquia do justo valor conforme definido na IFRS 7.

Imparidade

De acordo com a IAS 36 – Imparidade de ativos, sempre que o valor contábilístico de um ativo excede a sua quantia recuperável, o seu valor é reduzido ao montante recuperável sendo a perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nas demonstrações de resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

• Inventários

Nas componentes de transporte ferroviário, os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registados ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para inventários obsoletos, de lenta rotação e defeituosos, sendo apresentado como dedução ao ativo.

Na manutenção de material ferroviário, os inventários (matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das matérias-primas e subsidiárias) ou ao custo de produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O custo de aquisição ou de produção inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda, conforme previsto pela IAS 2 - Inventários.

O valor dos inventários é reduzido para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

No reconhecimento e mensuração dos inventários relativos a produtos e trabalhos em curso e produto acabados, o Grupo CP tem adicionalmente em consideração o definido na IAS 11 – Contratos de construção, no que respeita aos custos associados a contratos de construção.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. São considerados como custo os valores inerentes à compra, conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição de utilização ou venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são ajustadas com base na rotação, obsolescência, natureza e vida útil dos bens. A quantia de qualquer ajustamento dos inventários para o valor realizável líquido é reconhecida como gasto do período em que a perda ocorra. Quando as circunstâncias que anteriormente resultavam em ajustamento ao valor dos inventários deixarem de existir, ou quando houver um aumento no valor realizável líquido devido à alteração nas circunstâncias económicas, a quantia dos ajustamentos é revertida, sendo a reversão limitada à quantia do ajustamento original.

O método adotado para o custeio das saídas é o custo médio ponderado.

Produtos e trabalhos em curso

Os inventários de produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo de entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias incorporadas e da subcontratação de serviços, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico) e o valor realizável líquido.

É considerado, como valor realizável líquido, o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial, subtraído dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

Produtos acabados

Esta rubrica regista os produtos transferidos de produtos e trabalhos em curso, após a sua conclusão e encontram-se valorizados ao custo de produção ou ao valor realizável líquido, caso este seja mais baixo.

• Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui a caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

• Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre o componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço;
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

• Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável, de acordo com o preconizado na IFRS 5.

As empresas do Grupo CP também classificam como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as normas aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

• Transações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras das empresas do Grupo CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As Demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

• Reconhecimento do rédito

Transporte de passageiros

As receitas geradas neste segmento de atividade referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a entidade.

O Governo Português através de diploma legal considerou que o transporte ferroviário constitui um serviço público explorado em regime de contrato de concessão. Neste sentido são atribuídas anualmente indemnizações compensatórias pela prestação deste serviço público.

Manutenção de material circulante

No reconhecimento do rédito deste segmento de atividade é seguido o preconizado na IAS 11 - Contratos de construção, sendo aferido se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, o que permitirá aplicar o método de percentagem de acabamento.

O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares.

Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, é aferido em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos. Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto.

Restantes áreas de atividade

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

• Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica).

As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro.

A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização da rubrica de outras contas a receber e a pagar e da rubrica de diferimentos.

• Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existe obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

• Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

• Imposto sobre lucros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA (até 2015), a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2016, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 450,8 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2016 e 2027.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente de forma que origine matéria coletável suficiente para gerar coleta e consequentemente dê lugar a pagamento de impostos sobre o rendimento.

Relativamente ainda ao imposto sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei nº61/2014 de 26 de agosto) que permite, desde que verificados determinados requisitos, a constituição de um imposto diferido ativo que poderá ser convertido em crédito de imposto, utilizado no pagamento de impostos sobre o rendimento e patrimonial ou no limite ser reembolsado ao contribuinte. Assim, a CP reconheceu, em 2014, um ativo por imposto diferido tendo por base o produto da responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho pela taxa de IRC em vigor mais a respetiva derrama. Devido ao facto das entidades que tutelam a empresa não terem aprovado a adesão ao referido regime especial, no exercício de 2016 este valor foi desreconhecido.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar referente a tributação autónoma.

• Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque i) não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou ii) a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

• Acontecimentos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 12 de abril de 2017, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 49.

Juízos de valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas.

O juízo de valor que foi efetuado no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que possam ter maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras são os seguintes:

- Provisões - as provisões constituídas são registadas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço;
- Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores - as perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores considerados relevantes. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados. Estas alterações podem resultar da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados;
- Reconhecimento do rédito - no reconhecimento do rédito afere-se se se encontram satisfeitas as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado, que permita aplicar o método de percentagem de acabamento. O método de percentagem de acabamento aplicado à prestação de serviços tem em consideração os custos totais estimados, montante que é apurado pela parte operacional, tendo em consideração o trabalho a desenvolver e a experiência passada em trabalhos similares. Quando as condições necessárias para a consideração de um desfecho de transação fiavelmente estimado não se encontram satisfeitas, afere-se em que medida serão recuperáveis os gastos reconhecidos.

Caso não existam indicadores que evidenciem que será provável que os custos incorridos serão recuperados, o rédito não é reconhecido e os custos incorridos são reconhecidos como um gasto;

- Perdas por imparidade - inventários - na determinação das perdas por imparidade de inventários, aplicam-se diferentes critérios dependendo do estado, antiguidade e natureza/ objetivo dos inventários, considerando que tais critérios refletem a perda de valor dos inventários;
- Impostos sobre os lucros - existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado, durante um período de quatro anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras;
- O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela Reuters no dia de referência das demonstrações financeiras. As valorizações são feitas tendo em conta os *cash flows* descontados e a variação dos indexantes proprietários desde o seu início até à data. Nas operações que envolvem opções, aos fluxos é atribuído um delta de 0% ou 100% conforme a barreira em causa seja ou não atingida. A projeção futura das barreiras em causa é determinada usando a curva de rendimentos atual.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP e das empresas do Grupo apresenta sustentabilidade, sendo de referir a generalizada melhoria dos resultados das empresas do Grupo, o que indicia que existem fatores de sustentabilidade futura;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da CP, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento;
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje o Grupo CP presta à economia portuguesa, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar, em eventuais situações adversas, o apoio necessário à continuidade do Grupo CP.

Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte são:

• Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

• Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado por entidade externa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados. Todos os cálculos foram efetuados tendo como base as curvas de rendimento apresentadas pela *Reuters* no dia de referência das demonstrações financeiras, pelo que o momento em que são realizadas as estimativas é a principal fonte de incerteza.

• Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

• Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. As empresas do Grupo CP, tendo em consideração o princípio da prudência, têm constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

• Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para vender, de acordo com a IFRS 5. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pelo Grupo CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

Alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2016

De seguida identificam-se as alterações às normas que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2016 e que podem ter impacto no Grupo CP:

• IAS 1 – Revisão das divulgações

A alteração à IAS 1 resulta da revisão das divulgações em IFRS, nomeadamente no que respeita à materialidade e agregação, apresentação de subtotais, estrutura das demonstrações financeiras, divulgação de políticas contabilísticas e apresentação dos itens de outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Não se registaram impactos significativos decorrentes da alteração desta IAS no Grupo CP.

• IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos

A alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são, regra geral, considerados adequados para a definição do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. A alteração é de aplicação prospetiva.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IAS no Grupo CP.

• IAS 19 – Benefícios dos empregados – contribuições dos empregados

A alteração refere-se à contabilização de contribuições de empregados e entidades terceiras para planos de benefícios definidos, atribuídos aos empregados, e pretende simplificar a contabilização destas contribuições, nos casos em que estas sejam independentes dos anos de serviço dos empregados.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IAS no Grupo CP.

• IAS 27 – Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

A alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. A alteração é de aplicação retrospectiva.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IAS no Grupo CP.

• IFRS 10, 12 e IAS 28 – Entidade de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar

A alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa mãe intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente clarifica que a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial é extensível a uma entidade que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma entidade de investimento.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração destas IFRS no Grupo CP.

• IFRS 11 – Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta

A alteração introduz orientação sobre a contabilização a efetuar na aquisição do interesse numa operação conjunta que se qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais, à exceção da valorização de qualquer interesse detido anteriormente.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IFRS no Grupo CP.

• IFRS 3 Concentrações de atividades empresariais

A melhoria à IFRS 3 clarifica que uma obrigação por pagamentos contingentes é classificada de acordo com a IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação, caso cumpra com a definição de instrumento financeiro, como um passivo, ou como um instrumento de capital. Os pagamentos contingentes classificados como passivos são mensurados inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, as variações de justo valor são registadas em resultados do exercício. Os pagamentos contingentes classificados como instrumentos de capital são mensurados ao justo valor no reconhecimento inicial.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IFRS no Grupo CP.

• IFRS 8 – Segmentos operacionais

A melhoria à IFRS 8 passa a exigir a divulgação dos julgamentos efetuados pela gestão para a agregação de segmentos operacionais, bem como da informação quantitativa correspondente, passando ainda a ser exigida a reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos globais da entidade, quando esta informação é reportada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IFRS no Grupo CP.

• IFRS 13 Justo valor – mensuração e divulgação

A melhoria clarifica que a norma não elimina a possibilidade de mensuração de contas a receber e a pagar correntes com base nos valores faturados, quando o efeito do desconto não é material.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração desta IFRS no Grupo CP.

• IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 38 – Ativos intangíveis

A melhoria clarifica o tratamento contabilístico a dar aos valores brutos contabilísticos e depreciações/ amortizações acumuladas quando a entidade adote o modelo da revalorização na mensuração subsequente de ativos fixos tangíveis e/ou ativos intangíveis, prevendo dois métodos de registo.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração destas IAS no Grupo CP.

• IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas

A melhoria altera a definição de parte relacionada, passando a fazer parte deste conceito todas as entidades que prestam serviços de gestão à entidade que reporta ou à entidade-mãe da entidade que reporta.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração destas IAS no Grupo CP.

• IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas

A melhoria clarifica que quando um ativo (ou grupo para alienação) é reclassificado de detido para venda para detido para distribuição ou vice-versa, tal não constitui uma alteração ao plano de vender ou distribuir.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração destas IFRS no Grupo CP.

• IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações

A melhoria inclui informação adicional sobre o significado de envolvimento continuado na transferência (desreconhecimento) de ativos financeiros, para efeitos de divulgação.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração destas IFRS no Grupo CP.

• IAS 19 – Benefícios dos empregados

A melhoria clarifica que na determinação da taxa de desconto das responsabilidades com planos de benefícios definidos pós-emprego, devem ser consideradas taxas de obrigações de elevada qualidade, denominadas na mesma moeda em que as responsabilidades são calculadas.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração destas IAS no Grupo CP.

• IAS 34 – Relato financeiro intercalar

A melhoria clarifica o significado de informação divulgada em outra área das demonstrações financeiras intercalares e exige que as informações identificadas por referência cruzada sejam apresentadas nas demonstrações financeiras principais, ou em outras demonstrações disponibilizadas nas mesmas condições e na mesma data que as demonstrações financeiras intercalares.

Não se registaram impactos decorrentes da alteração destas IAS no Grupo CP.

FLUXO DE CAIXA (NOTA 4)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2016 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

Rubrica de caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Caixa	395 880	346 375
Depósitos bancários	16 518 209	13 963 589
Total	16 914 089	14 309 964
Descobertos bancários (a)	(225 436)	(188 482)
Total	16 688 653	14 121 482

(a) o valor dos descobertos bancários encontra-se registado em financiamentos obtidos

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS (NOTA 5)

Nada a referir.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO (NOTA 6)

A forma de segmentação de negócios utilizada pelo Grupo CP é a natureza dos serviços prestados. Esta é a forma como o Conselho de Administração analisa e controla os seus negócios, sendo também a forma como a informação é organizada e comunicada.

Atendendo a que a IFRS 8 define patamares quantitativos a partir dos quais os segmentos devem ser tratados como segmentos operacionais a divulgar, foram identificados os seguintes segmentos a divulgar no âmbito desta nota:

- Transporte de passageiros suburbanos (engloba o transporte de passageiros suburbano na área de Lisboa e Porto);
- Transporte de passageiros de longo curso (liga entre si as principais cidades portuguesas, tendo os clientes maioritariamente uma motivação de viagem para negócios ou lazer), internacional (transporte de passageiros para a Espanha ou à fronteira de Espanha com França) e regional (serviço de média curta distância para deslocações de carácter sistemático de âmbito regional ou local, distribui os clientes tanto pela motivação casa /trabalho ou escola, como para tratar de assuntos/negócios); e
- Manutenção, conservação e construção de material circulante.

Na agregação efetuada dos segmentos operacionais procurou-se garantir que os mesmos tinham características económicas semelhantes, de acordo com o explicitado na IFRS 8.

As informações sobre outras atividades de negócio e segmentos operacionais não relatáveis foram combinadas e divulgadas numa categoria com a designação «todos os outros segmentos». Nela estão incluídos nomeadamente os segmentos de formação, prestação cuidados de saúde e mediação de seguros que ficam muito aquém dos patamares quantitativos da IFRS 8.

A informação financeira dos principais segmentos de negócio do Grupo, relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, é conforme segue:

Resultado operacional por segmento de negócio do grupo CP 2015							(valores em euros)	
RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS	Transporte de passageiros nos suburbanos	Transporte de passageiros no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação de material circulante	Restantes áreas	DR operacional individual do grupo CP	Anulações e ajustamentos intragrupo	DR operacional consolidada do grupo CP	
Vendas e serviços prestados	99 862 337	124 361 480	58 562 230	20 996 329	303 782 376	(59 237 166)	264 545 210	
* Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	(12)	(129 957)	36 688 859	(75 796 076)	-	-	6 649	
Subsídios à exploração	-	-	6 649	-	-	-	-	
* Subsídios à exploração - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	
Canhons/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	-	453 565	(9 685 159)	(9 231 594)	(1 936 875)	(11 168 469)	
* Canhons/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	-	-	-	(1 936 875)	-	-	-	
Variação nos inventários da produção	-	-	(153 043)	-	(153 043)	31 512	(121 531)	
* Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo	-	-	(31 512)	63 024	-	-	-	
Trabalhos para a própria empresa	-	-	1 140	-	1 140	7 309 207	7 310 347	
* Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	-	-	(7 309 208)	14 618 415	(22 381 489)	450	(22 381 039)	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(680 925)	(4 657 967)	(16 396 296)	(646 301)	(22 381 489)	-	-	
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	-	-	(450)	900	-	-	-	
Fornecimentos e serviços externos	(57 006 317)	(85 358 695)	(13 718 177)	(23 486 630)	(179 569 819)	34 445 562	(145 124 257)	
* Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	5 769 316	298 903	(4 174 834)	32 552 177	(153 029 211)	2 074 453	(150 954 758)	
Custos com o pessoal	(32 396 551)	(44 245 317)	(25 314 167)	(51 073 176)	(673 301)	-	(673 301)	
* Custos com o pessoal - anulações intragrupo	-	308	(732 904)	2 807 049	-	-	-	
Imparidade de inventários (perdas/rev.)	-	-	(418 132)	(255 169)	-	-	-	
* Imparidade de inventários (perdas/rev.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	
Imparidade dívidas a receber (perdas/rev.)	634 306	38 074	(7 225)	(31 951 173)	(31 286 018)	-	(31 286 018)	
* Imparidade dívidas a receber (per./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	184 733	296 835	481 568	411 219	892 787	
* Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	-	-	-	411 219	-	-	-	
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	(93 365 403)	(93 365 403)	-	(93 365 403)	
* Imparid. de invest. não depr./am. (per./ver.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-	
Outros rendimentos	9 052 174	4 101 069	1 209 395	59 263 548	73 626 186	(4 714 862)	68 911 324	
* Outros rendimentos - anulações intragrupo	(10 001)	120	215 200	(4 920 181)	(4 549 108)	231 701	(4 317 407)	
Outros gastos	(1 004 817)	(1 295 830)	(1 087 628)	(1 160 833)	-	-	-	
* Outros gastos - anulações intragrupo	-	657	(227 431)	458 475	-	-	-	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	18 460 207	(7 057 186)	3 323 044	(131 067 132)	(116 341 067)	(1 384 799)	(117 725 866)	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo	5 759 303	170 051	24 427 720	(31 741 873)	-	-	-	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(29 333 536)	(18 085 075)	(1 114 171)	(11 629 928)	(60 162 710)	-	(60 162 710)	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	1 158 064	1 158 064	-	1 158 064	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(5 114 026)	(24 972 210)	26 636 593	(173 280 869)	(175 345 713)	(1 384 799)	(176 730 512)	

(valores em euros)

Resultado operacional por segmento de negócio do grupo CP 2016							
RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS OPERACIONAIS	Transporte de passageiros nos subúrbios	Transporte de passageiros no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação de material circulante	Restantes áreas	DR operacional individual do grupo CP	Anulações e ajustamentos intragrupo	DR operacional consolidada do grupo CP
Vendas e serviços prestados	103 684 528	130 093 043	63 044 806	9 807 080	306 629 457	(40 410 571)	266 218 886
* Vendas e serviços prestados - anulações intragrupo	(363)	(544)	(38 181 702)	(2 227 962)			
Subsídios à exploração	-	-	-	16 929	16 929	-	16 929
* Subsídios à exploração - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Canhos/perdas imputadas a subsidiárias, associadas e emp. conjunto	-	-	426 394	3 256 950	3 683 344	(3 173 614)	509 730
* Canhos/perdas imputadas a sub., assoc. e emp. conj. - anulações intragrupo	-	-	-	(3 173 614)	-	-	-
Variação nos inventários da produção	-	-	(35 661)	-	(35 661)	-	(35 661)
* Variação nos inventários da produção - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-	-	-	-	-
* Trabalhos para a própria empresa - anulações intragrupo	-	-	8 334 943	-	-	8 334 943	8 334 943
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	(840 878)	(4 214 070)	(17 827 250)	(404 573)	(23 286 771)	-	(23 286 771)
* Custo mercad. vendidas e matérias cons. - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(56 726 337)	(87 632 813)	(15 529 870)	(16 423 593)	(176 312 613)	34 991 185	(141 321 428)
* Fornecimentos e serviços externos - anulações intragrupo	12 528 481	13 948 909	4 454 760	4 059 035			
Gastos com o pessoal	(33 381 826)	(44 104 898)	(25 495 239)	(23 439 715)	(126 421 678)	1 646 856	(124 774 822)
* Gastos com o pessoal - anulações intragrupo	-	-	80 718	1 566 138	(325 744)	-	(325 744)
Imparidade de inventários (perdas/rever.)	-	-	(59 398)	(266 346)	-	-	-
* Imparidade de inventários (perdas/rever.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade dívidas a receber (perdas/reversões)	(25 749)	(295 843)	(33 514)	30 390	(324 716)	-	(324 716)
* Imparidade dívidas a receber (per./rever.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	30 247	(11 496 936)	(11 466 689)	122 783	(11 343 906)
* Provisões (aumentos/reduções) - anulações intragrupo	-	-	-	122 783	-	-	-
Imparid. de invest. não depr./amort. (perd./rev.)	-	-	-	1 573 246	1 573 246	-	1 573 246
* Imparid. de invest. não depr./am. (per./rever.) - anulações intragrupo	-	-	-	-	-	-	-
Outros rendimentos	9 640 006	4 158 946	2 730 503	26 032 043	42 561 498	(6 425 862)	36 135 636
* Outros rendimentos - anulações intragrupo	(79 384)	(118 973)	(1 385 886)	(4 841 619)			
Outros gastos	(1 779 172)	(1 519 985)	(1 846 790)	(6 192 407)	(11 338 354)	2 006 359	(9 331 995)
* Outros gastos - anulações intragrupo	135	1 753	1 823 896	180 575			
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	20 570 572	(3 515 620)	5 404 228	(17 506 932)	4 952 248	(2 907 921)	2 044 327
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos - anulações intragrupo	12 448 869	13 831 145	(24 873 271)	(4 314 664)	-	-	-
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(29 630 997)	(18 028 029)	(1 020 879)	(7 806 692)	(56 486 597)	-	(56 486 597)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-	(48 060)	-	903 593	855 533	-	855 533
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	3 368 444	(7 760 564)	(20 489 922)	(28 724 695)	(50 678 816)	(2 907 921)	(53 586 737)

Não é apresentado o resultado financeiro por segmento, dado que as decisões operacionais são tomadas com base nos resultados operacionais por

segmento de negócio e não é possível repartir/afetar os financiamentos existentes à totalidade dos segmentos.

O ativo e passivo destes segmentos de negócio apresentam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2015 e 2016:

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2016

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2016
Ativo não corrente dos segmentos reportados	597 974 557	6 767 743	571 023	605 313 323	(33 730 060)	571 583 263
Ativo corrente dos segmentos reportados	52 742 879	43 261 922	1 499 461	97 504 262	(1 394 213)	96 110 049
Ativo total dos segmentos reportados	650 717 436	50 029 665	2 070 484	702 817 585	(35 124 273)	667 693 312
Passivo não corrente dos segmentos reportados	2 641 545 579	15 084 547	295 824	2 656 925 950	(16 287 506)	2 640 638 444
Passivo corrente dos segmentos reportados	538 377 885	23 565 195	4 383 555	566 326 635	112 111 637	678 438 272
Passivo total dos segmentos reportados	3 179 923 464	38 649 742	4 679 379	3 223 252 585	95 824 131	3 319 076 716

Ativos e passivos por segmentos do Grupo CP em 31 dezembro de 2015

(valores em euros)

	Transporte de passageiros nos suburbanos, no longo curso, internacional e regional	Manutenção e conservação mat. circulante	Restantes áreas	Total reportado pelos segmentos	Anulações e ajustam. intragrupo	Total dos ativos e passivos consolidados 2015
Ativo não corrente dos segmentos reportados	640 021 970	7 050 751	775 538	647 848 259	(29 697 545)	618 150 714
Ativo corrente dos segmentos reportados	71 031 452	38 355 600	1 319 445	110 706 497	(3 251 240)	107 455 257
Ativo total dos segmentos reportados	711 053 422	45 406 351	2 094 983	758 554 756	(32 948 785)	725 605 971
Passivo não corrente dos segmentos reportados	3 065 323 267	2 989 795	-	3 068 313 062	(2 868 898)	3 065 444 164
Passivo corrente dos segmentos reportados	676 772 816	34 536 561	4 541 679	715 851 056	106 454 991	822 306 047
Passivo total dos segmentos reportados	3 742 096 083	37 526 356	4 541 679	3 784 164 118	103 586 093	3 887 750 211

Os ativos e passivos existentes também não são segregados por segmento de negócio, dada a impossibilidade de obter esta informação para todos os segmentos, nomeadamente no que respeita ao transporte de passageiros, em que frequentemente são efetuadas alterações na afetação dos ativos entre os vários segmentos, bem como tendo em consideração o facto de esta informação não ser apresentada de forma detalhada e regular para efeitos de decisão para todos os segmentos. Efetivamente, no que respeita aos ativos e passivos, estes são apenas relatados regularmente por empresa do Grupo, para efeitos de tomada de decisão.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NOTA 7)

No final do ano 2016 o Grupo CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	20 810 386	20 810 386
Edifícios e outras construções	82 637 424	82 119 770
Equipamento básico	1 392 911 086	1 386 792 208
Equipamento de transporte	2 957 989	3 070 346
Equipamento administrativo	24 019 619	22 444 885
Equipamentos biológicos	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	64 607 954	65 002 542
Investimentos em curso	500 635	91 403
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-
	1 588 445 093	1 580 331 540
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	56 465 759	60 151 152
Depreciação acumulada de períodos anteriores	983 231 595	926 358 210
Perdas por imparidade do período	855 533	1 158 064
Perdas por imparidade de períodos anteriores	5 433 882	5 986 884
Anulações do período	(69 334)	(78 354)
	1 045 917 435	993 575 956
Valor líquido contabilístico	542 527 658	586 755 584

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2016 são resumidos no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Adições	Revalorizações / Imparidades	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferencias	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:									
Terrenos e recursos naturais	20 810 386	-	-	-	-	-	-	-	20 810 386
Edifícios e outras construções	82 119 770	36 870	-	-	-	(4 602)	485 386	-	82 637 424
Equipamento básico	1 386 792 208	98 959	-	-	11 982	(2 418 636)	7 294 466	1 132 107	1 392 911 086
Equipamento de transporte	3 070 347	691	-	(52 643)	-	(60 406)	-	-	2 957 989
Equipamento administrativo	22 444 885	1 588 160	-	(24 474)	-	(109 209)	120 749	(492)	24 019 619
Outros ativos fixos tangíveis	65 002 541	559 469	-	-	-	(963 173)	9 117	-	64 607 954
Investimentos em curso	91 403	9 532 365	-	-	-	-	(9 123 133)	-	500 635
Adiantamentos por conta de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1 580 331 540	11 816 514	-	(77 117)	11 982	(3 556 026)	(1 213 415)	1 131 615	1 588 445 093
Depreciação acumulada e imparidade									
Edifícios e outras construções	35 674 717	2 435 250	-	-	-	(4 601)	-	-	38 105 366
Equipamento básico	880 694 883	50 671 661	-	-	11 982	(2 418 636)	-	-	928 959 890
Equipamento de transporte	2 931 592	63 353	-	(52 645)	-	(60 406)	-	-	2 881 894
Equipamento administrativo	21 476 003	855 789	-	(15 506)	-	(108 682)	-	(492)	22 207 112
Outros activos fixos tangíveis	45 653 814	2 439 706	-	-	-	(619 761)	-	-	47 473 759
At fix tang-perdas impar acum - equipam básico	7 144 947	(855 533)	-	-	-	-	-	-	6 289 414
	993 575 956	55 610 226	-	(68 151)	11 982	(3 212 086)	-	(492)	1 045 917 435
Total	586 755 584								542 527 658

Os ativos fixos tangíveis do Grupo CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 3.

Em 2016, os investimentos mais significativos respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R2 e R3 e intervenção de meio de vida nos comboios de pendulação ativa.

De referir ainda a ocorrência de abate de material circulante no valor total líquido de cerca de 2,6 milhões de euros.

De destacar no segmento de manutenção e com impacto na rubrica de edifícios e outras construções, as obras de remodelação realizadas nos parques de resíduos de Santa Apolónia e da Unidade de Manutenção da Alta Velocidade em Contumil.

No que respeita aos abates realizados, destaca-se o abate do edifício do terminal Fluvial do Terreiro de Paço, conforme determinado no despacho n.º 10759-A/2016, do Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante e as imparidades reconhecidas no material circulante, resultantes de acidentes.

A 31 de dezembro de 2016 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da *Eurofima*:

(valores em euros)	
Descrição	Passivo
Automotoras	210 376 213
Total	210 376 213

ATIVOS INTANGÍVEIS (NOTA 8)

Os ativos intangíveis do Grupo CP respeitam essencialmente à implementação de sistemas informáticos não havendo nenhuma situação em que o ativo tenha sido desenvolvido internamente, conforme quadro seguinte:

	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Despesas de investigação e desenvolvimento	30 591	24 002
Programas de computador	1 417 380	1 152 686
Ativos intangíveis em curso	-	18 750
	1 447 971	1 195 438
Amortização acumulada e imparidade		
Amortização do período	20 838	11 558
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 165 935	1 154 377
	1 186 773	1 165 935
Valor líquido contabilístico	261 198	29 503

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista anualmente em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

A variação da rubrica de ativos intangíveis durante o ano 2016 é analisada como segue:

	(valores em euros)							
	Saldo inicial	Adições	Reval / Imparidades	Alienações	Ativos detidos para venda	Abates	Transferências	Saldo final
Valor bruto:								
Despesas de investigação e desenvolvimento	24 002	6 589	-	-	-	-	-	30 591
Programas de computador	1 152 686	238 444	-	-	-	-	26 250	1 417 380
Ativos intangíveis em curso	18 750	7 500	-	-	-	-	(26 250)	-
sub-total	1 195 438	252 533	-	-	-	-	-	1 447 971
Amortização acumulada e imparidade								
Amortização do período	-	20 838	-	-	-	-	-	20 838
Amortização acumulada de períodos anteriores	1 165 935	-	-	-	-	-	-	1 165 935
sub-total	1 165 935	20 838	-	-	-	-	-	1 186 773
Total	29 503							261 198

O valor bruto desta rubrica sofreu um acréscimo face ao período homólogo motivado pela aquisição para o segmento de manutenção de material circulante de um *software* denominado "Oficina Digital", pela

aquisição de licenças SAP e pela finalização do projeto de gestão documental iniciado no ano transato. Foram ainda adquiridas e renovadas licenças referentes ao *software* afetas ao segmento de formação.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (NOTA 9)

O detalhe das participações financeiras em que se aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31/12/2016			31/12/15		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
SIMEF A.C.E.	Investimento	437 323	-	437 323	366 651	-	366 651
NOMAD TECH, LDA.	Investimento	161 393	-	161 393	156 500	-	156 500
OTLIS A.C.E.	Investimento	203 520	-	203 520	195 830	-	195 830
CP CARGA, SA	Investimento	-	-	-	21 080 144	21 080 144	-
CP CARGA, SA	Empréstimos	-	-	-	71 272 682	71 272 682	-
Total		802 236	-	802 236	93 071 807	92 352 826	718 981

Em 2016 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Regularização	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto							
SIMEF A.C.E.	366 651	-	-	-	437 323	(366 651)	437 323
NOMAD TECH, LDA.	156 500	-	-	-	(10 929)	15 822	161 393
OTLIS A.C.E.	195 830	-	-	-	83 336	(75 646)	203 520
CP CARGA, SA	92 352 826	-	-	(21 000 142)	-	(71 352 684)	-
Sub-total	93 071 807	-	-	(21 000 142)	509 730	(71 779 159)	802 236
Imparidade	92 352 826	-	-	-	-	(92 352 826)	-
Total	718 981	-	-	(21 000 142)	509 730	20 573 667	802 236

A informação financeira resumida referente às empresas associadas (valores a aguardar aprovação em assembleia, e que poderão não corresponder aos valores finais) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
SIMEF A.C.E.	51	31.12.2016	9 781 116	8 923 619	857 497		857 497
Nomad Tech Lda	35	31.12.2016	2 097 336	1 636 215	461 121		(11 986)
TIP, ACE	33	31-12-2016	14 045 221	14 515 200	(469 979)	6 262 177	1 322 529
OTLIS, ACE	14	31-12-2016	5 966 799	4 539 298	1 427 502	5 098 470	547 670

* Este montante refere-se ao Resultado Líquido do período compreendido entre 01/07/2016 e 31/12/2016, conforme já referido anteriormente, a Nomad Tech encerra o seu exercício a 30 de junho de cada ano

OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS (NOTA 10)

O Grupo CP detém pequenas participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a possibilidade de existência de imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo-se uma perda por imparidade na demonstração dos resultados se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	Método	31/12/2016			31/12/2015		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	(80 000)	-	-	-	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	(12 721)	-	12 721	(12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	(249 399)	-	249 399	(249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	(382 269)	-	382 269	(382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
APOR	Custo de aquisição	5 000	-	5 000	5 000	-	5 000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	Custo de aquisição	31 944	(31 944)	-	31 944	(31 944)	-
INEGI	Custo de aquisição	2 500	(2 500)	-	2 500	(2 500)	-
TRANSCOM, S.A.	Custo de aquisição	388 280	(178 390)	209 890	388 280	(67 288)	320 992
Obrigações CONSOLIDADO 1942	Custo de aquisição	662	-	662	662	-	662
Fundo Comp. Trabalho		10 885	-	10 885	-	-	-
		28 929 394	(937 223)	27 992 171	28 838 509	(746 121)	28 092 388

O movimento destas participações financeiras em 2016 é analisado no quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	-	80 000	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
APOR	5 000	-	-	-	-	5 000
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	31 944	-	-	-	-	31 944
INEGI	2 500	-	-	-	-	2 500
TRANSCOM, S.A.	388 280	-	-	-	-	388 280
Obrigações CONSOLIDADO 1942	662	-	-	-	-	662
Fundo Comp. Trabalho	-	10 885	-	-	-	10 885
	28 838 509	90 885	-	-	-	28 929 394
Imparidade						
CP Carga, SA	-	(80 000)	-	-	-	(80 000)
MLM, SA	(12 721)	-	-	-	-	(12 721)
METRO DO PORTO, SA	(249 399)	-	-	-	-	(249 399)
ICF	(382 269)	-	-	-	-	(382 269)
FUNDAÇÃO MUSEU NAC. FERROVIÁRIO	(31 944)	-	-	-	-	(31 944)
INEGI	(2 500)	-	-	-	-	(2 500)
TRANSCOM, S.A.	(67 288)	-	-	-	(111 102)	(178 390)
	(746 121)	(80 000)	-	-	(111 102)	(937 223)
	28 092 388	10 885	-	-	(111 102)	27 992 171

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (NOTA 11)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Ativos por Impostos Diferidos	-	2 554 258
	-	2 554 258

Como referido na nota 13 relativa aos impostos sobre o rendimento, em resultado da adesão à Lei n.º 61/2014 de 26 de agosto, que aprovou o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, a CP iniciou em 2014 o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, tendo ficado a aguardar a emissão de despacho da Tutela setorial e financeira confirmando a respetiva adesão.

Como esta autorização não se concretizou dentro dos prazos previstos, a CP não pode aderir ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, pelo que foi desreconhecido em 2016 o montante registado nesta rubrica.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NOTA 12)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA, a CP CARGA - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, SA (até 2015), a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. e, desde o exercício de 2014, a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

O Grupo CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente, por considerar que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP. No final de 2015, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 450,8 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2016 e 2027.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores, por se entender não ser expectável que a forma de financiamento do serviço público de transporte e as condições económicas venham a alterar-se significativamente gerando matéria coletável suficiente que origine coleta e consequentemente o pagamento de impostos sobre o rendimento.

Relativamente ainda ao imposto sobre o rendimento, a CP aderiu em 2014 ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (Lei nº61/2014 de 26 de agosto) que permite, desde que verificados determinados requisitos, a constituição de um imposto diferido ativo que poderá ser convertido em crédito de imposto, utilizado no pagamento de impostos sobre o rendimento e patrimonial ou no limite ser reembolsado ao contribuinte. Assim, a empresa reconheceu, em 2014, um ativo por imposto diferido tendo por base o produto da responsabilidade total com as pensões de acidentes de trabalho pela taxa de IRC em vigor mais a respetiva derrama. Devido ao facto das entidades que tutelam a empresa não terem aprovado a adesão ao referido regime especial, no exercício de 2016 este valor foi desreconhecido.

O resultado contabilístico consolidado foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar assim como a tributação autónoma de 2016, conforme detalhe apresentado no quadro abaixo:

(valores em euros)

Empresa	Imposto Sobre o Rendimento	
	2016	2015
CP - Trib. autónoma	(396 506)	(286 242)
CP - Imposto diferido	(2 554 258)	65 528
CP - Total	(2 950 764)	(220 714)
Fernave	(11 734)	(3 434)
Ecosaúde	(8 059)	(7 738)
Emef	(406 577)	(122 900)
Saros	(88 803)	(6 314)
	(3 465 937)	(361 100)

INVENTÁRIOS (NOTA 13)

Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	40 224 774	35 567 842
Produtos acabados e intermédios	941 453	977 114
Adiantamentos por conta de compras	298 244	-
	41 464 471	36 544 956
Imparidades acumuladas		
Imparidades do período	(325 744)	238 231
Imparidades de períodos anteriores	(13 397 872)	(13 636 103)
	(13 723 616)	(13 397 872)
Valor líquido contabilístico	27 740 855	23 147 084

No que respeita à rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo o aumento significativo ficou a dever-se maioritariamente à aquisição de materiais necessários para três projetos em curso neste momento: a intervenção de meio de vida dos CPA 4000, a intervenção dos 960.000 Km's (960k) em 40 veículos da frota Eurotram, celebrado com a Metro do Porto, e a manutenção corrente da frota da Metro do Porto.

O contrato para a intervenção de meio de vida dos CPA 4000 irá prolongar-se até meados de 2019, pelo que algumas das aquisições de materiais foram negociadas tendo por base adiantamentos por conta de compras. Esses adiantamentos serão regularizados à medida que forem entregues os materiais para os 10 comboios que compõem o total da intervenção. Do montante de adiantamentos apresentado, 63,3% respeitam a essas aquisições.

O reconhecimento de imparidades de inventários registou as seguintes variações:

As perdas por imparidades de inventários relativos a matérias-primas, subsidiárias e de consumo e as relativas a produtos acabados e intermédios têm origem essencialmente no segmento de transporte de passageiros e no segmento de manutenção e reparação de material circulante.

Para o cálculo da imparidade dos inventários afetos ao segmento de transporte de passageiros, verifica-se semestralmente se o valor realizável dos inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece-se uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para a avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicado a todos os inventários em armazém. Durante o período de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a imparidade das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

O total das imparidades de inventários reconhecidas em 2016 resulta ainda do contributo do segmento de manutenção e reparação, com abates de materiais identificados como obsoletos e sem aplicação em consequência da desativação da série de material respetiva, da substituição de equipamentos ou motivado por degradação técnica (não conformidade para utilização).

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Utilizações	Perdas	Reversão	Saldo final
Imparidades de inventários					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(12 990 659)	-	381 255	122 714	(13 249 200)
Produtos acabados e intermédios	(407 213)	-	70 215	3 012	(474 416)
	(13 397 872)	-	451 470	125 726	(13 723 616)

Para cálculo da imparidade no segmento de manutenção e reparação, foram utilizados os seguintes critérios:

O cálculo das perdas por imparidades de inventários no segmento de manutenção e reparação está indexada à duração de cada contrato de prestação de serviços celebrado com cada cliente, e os cálculos são apurados tendo em conta o número de anos que faltam para terminar os contratos e as perspetivas de consumo/rotação dos materiais. Os critérios utilizados são os seguintes:

- Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos com consumo nos últimos 9 anos

Considera-se como corrente, e portanto não sujeito a qualquer imparidade, todo material que esteja afeto a séries ou equipamentos ativos e também com classificação de estratégicos, exceto o excesso resultante do consumo médio esperado até o término do contrato respetivo. Sobre este excesso é considerada uma imparidade de 75%. Sobre os materiais cuja aquisição tenha ocorrido nos últimos dois anos não é aplicada imparidade.

- Inventários pertencentes a séries ou equipamentos ativos sem consumo registado nos últimos 9 anos.

Os materiais que, embora pertencendo a séries ativas, tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e não tenham registado consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma imparidade de 80% sobre o seu valor. Sobre os materiais com data de aquisição nos últimos dois anos não é aplicada nenhuma imparidade.

- Inventários pertencentes a séries ou equipamentos inativos com e sem consumo nos últimos 9 anos

Os materiais classificados como pertencendo a séries de material e equipamentos inativos são sujeitos a uma imparidade de 95% sobre o seu valor.

- Inventários classificados como Monos e Cativos sem consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos, que não registaram consumo nos últimos 9 anos serão sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

- Inventários classificados como Monos e Cativos com consumo nos últimos 9 anos

Os inventários classificados como Monos ou Cativos, que tenham sido adquiridos há mais de 2 anos e tenham registado consumo nos últimos 9 anos mas cujas perspetivas de consumo, face à informação disponível, são residuais serão sujeitos a uma perda por imparidade de 80% sobre o seu valor.

- Inventários classificados como Obsoletos

Os inventários classificados como Obsoletos são sujeitos a uma perda por imparidade de 95% sobre o seu valor.

- Inventários classificados como Estratégicos

Os inventários classificados como Estratégicos e que não tenham consumo registado nos últimos 9 anos, serão sujeitos à constituição de uma perda por imparidade a uma taxa constante, calculada sobre 75% do seu valor em função do número de anos que decorre até ao término do contrato. No último ano os bens terão um valor realizável líquido de 25%.

- Inventários sem identificação

Os inventários que na sua maioria são materiais destinados a conservação (produtos de pintura, limpeza industrial, materiais elétricos e eletrónicos, rolamentos, elementos de fixação/união ...), alguns deles com possível aplicação em equipamentos de outros clientes, por não estarem relacionados com o contrato quadro referido e atendendo à sua natureza, serão reconhecidas perdas por imparidade tendo por base o consumo médio e a estimativa de necessidades para um horizonte de 3 anos.

A manter-se o consumo médio, caso o inventário não se esgote em 3 anos, aplica-se uma imparidade de 95% ao excedente.

Caso tenha sido adquirido há mais de 2 anos e não tenha registo de consumo aplica-se uma imparidade de 95%.

Em relação à variação dos Inventários da Produção, o Grupo CP apresenta os seguintes valores em 2016 e 2015:

	(valores em euros)	
Descrição	2016	2015
Variação inventários da Produção		
Produtos acabados e intermédios	(35 661)	(121 531)
	(35 661)	(121 531)

CLIENTES (NOTA 14)

Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	12 779 747	11 808 639
Clientes - cobrança duvidosa	2 178 603	1 869 178
	14 958 350	13 677 817
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	(316 289)	141 971
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(1 847 974)	(1 989 945)
	(2 164 263)	(1 847 974)
Valor líquido contabilístico	12 794 087	11 829 843

O aumento do saldo de clientes deve-se ao contributo do segmento de manutenção e reparação de material circulante, justificado essencialmente por um aumento do volume de faturação desta rubrica nos últimos dois meses de 2016 face aos últimos dois meses de 2015.

No segmento de transporte de passageiros, verifica-se uma redução desta rubrica o que confirma a tendência já manifestada no ano anterior, resultado de uma melhoria dos prazos médios de recebimento.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Clientes gerais	1 847 974	328 861	-	(12 572)	2 164 263
	1 847 974	328 861	-	(12 572)	2 164 263

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (NOTA 15)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	1 243 146	1 253 701
IVA	7 910 836	8 113 466
IVA a recuperar	6 534 362	5 783 004
IVA reembolsos pedidos	1 376 474	2 330 462
Outros Impostos	-	-
Contribuições Seg Social CNP	12 476	55 597
	9 166 458	9 422 764
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	888 375	400 567
Retenções de imposto sobre o rendimento	315 628	309 395
IVA a pagar	2 384 895	2 562 739
Contribuição para a Segurança Social	522 066	522 616
	2 645	-
	4 113 609	3 795 317

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 16)

A rubrica de outros créditos a receber é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores:		
SISCOG-Sistemas Cognitivos, LDA.	128 391	128 391
IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	2 120	2 120
Outros	215 950	71 640
Outros Devedores - pessoal	76 095	108 586
D.Diversos - c/c	9 420 494	60 706 574
Devedores por acréscimos de receitas	4 710 998	3 096 940
	14 554 048	64 114 251
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - Outras dívidas terceiros	32 932 527	(31 135 756)
Imparidade de períodos anteriores-O. Dív. terceiros	(36 119 733)	(4 983 977)
	(3 187 206)	(36 119 733)
Valor líquido contabilístico	11 366 842	27 994 518

A redução face a 2015 encontra-se fundamentalmente nas rubricas de devedores diversos justificada pela regularização da dívida da CP Carga, em resultado da aplicação dos termos do acordo de venda desta empresa, bem como pelo posterior pagamento regular pela *Medway* da faturação emitida.

De referir ainda, a regularização de faturação emitida no âmbito de um contrato de venda de material circulante, por motivos de o contrato ter sido rescindido por incumprimento do comprador. Esta operação não teve impacto em resultados, visto compensar com a anulação de um passivo no mesmo valor.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Outras dívidas de terceiros	36 119 733	8 427	(32 940 954)	-	3 187 206
Total	36 119 733	8 427	(32 940 954)	-	3 187 206

DIFERIMENTOS (NOTA 17)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros - diversos	704 866	767 282
Diferim. - gast. reconh. - seguros	415 069	410 157
Diferim. - gast. reconh. - rendas	12 215	12 181
	1 132 150	1 189 620
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Difer. - rend. a reconh. - subsídios ao investimento	122 448 574	130 960 399
Difer. - rend. a reconh. - fact.p/conta - trab.a real.	185 383	(138 346)
Diferim. - rend. reconh. - outros dif - rendim reconh.	11 580	4 897 948
	122 645 537	135 720 001

A diminuição registada na rubrica de diferimentos do passivo resulta essencialmente:

- Da regularização de faturação emitida no âmbito de um contrato de venda de material circulante, por motivos do contrato ter sido rescindido por incumprimento do comprador. Esta operação não teve impacto em resultados, visto compensar com a anulação de um ativo no mesmo valor;
- Do reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte dos subsídios ao investimento recebidos, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
59300004 Reservas Subsídios - Material Circulante	495 395	832 735
59300100 FEDER-Sub Proj 12UQE	4 965 660	5 839 594
59300700 PIDDAC-Sub Proj 12+4UQE	4 169 978	4 517 474
59300800 FEDER-Sub Proj 12+4UQE	11 397 095	12 346 840
59301001 PIDDAC-Sub Proj 34UQE/UTE	2 857 727	3 175 253
59301002 PIDDAC-Sub Proj 19UDD	433 493	484 361
59301003 PIDDAC-Sub Proj 21ALLAN	702 904	743 875
59301004 PIDDAC-Sub Proj 42UQE	382 808	422 712
59301005 PIDDAC-Sub Proj 34UME	17 841 400	18 928 830
59301006 PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	14 878 163	15 717 908
59301009 PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	532 646	596 507
59301010 PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	390 009	390 009
59301012 PIDDAC-Sub Proj Aq 15 Loc 4700	-	(162 556)
59301013 PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto	920 931	1 794 303
59301014 PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	190 568	218 455
59301015 PIDDAC-Sub Proj. Aq. 10 Locs 4700	-	(21 053)
59301024 PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	77 727	105 071
59301025 PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	422 829	460 740
59301027 PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	1 100 313	1 205 313
59301028 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 453	8 297	33 186
59301029 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	322 037	349 444
59301030 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	317 469	344 876
59301031 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	242 341	262 536
59301032 PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635	54 437	76 211
59301033 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 464	22 377	60 738
59301034 PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	86 972	105 948
59301035 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	197 780	214 148
59301036 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	454 060	490 875
59301037 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360	48 707	71 187
59301039 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	317 130	341 682
59301040 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 468	33 186	58 075
59301041 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	133 753	149 965
59301042 PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463	58 656	83 794
59301043 PIDDAC-Grande Reparação -Gr R-R2 461	146 640	209 485
59301044 PIDDAC-Grande Reparação R2 469	91 126	128 833
59301045 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	99 997	110 711
59301046 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	129 443	143 312
59301047 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	78 360	86 681
59301048 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	129 443	143 312
59301049 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	52 000	57 571
59301050 PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	77 999	86 357
59301051 PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	162 715	174 478
59301052 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	130 599	144 468
59301053 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	64 650	67 308
59301054 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197019	146 780	-
59301055 PIDDAC-Grande Reparação R2 0451	131 976	-
59301056 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197027	146 780	-
59301057 PIDDAC-Grande Reparação R2 1997002	150 265	-
59301058 PIDDAC-Grande Reparação R2 3154	354 816	-
59301059 PIDDAC-Grande Reparação R2 9634	120 958	-
59301060 PIDDAC-Grande Reparação R2 2197007	146 780	-
59301061 PIDDAC-Grande Reparação R2 3266	280 877	-
59301101 FEDER-Sub Proj 19UDD	896 076	1 001 227
59301102 FEDER-Sub Proj 21ALLAN	1 373 141	1 453 178
59301103 FEDER-Sub Proj 34UME	31 779 552	33 713 899
59301104 FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	19 113 387	20 226 056
59301107 FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	1 068 037	1 196 088
59301108 FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	903 370	903 370
59301700 FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	414 264	474 888
59301800 FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX	201 696	400 141
Total	122 448 574	130 960 399

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO (NOTA 18)

A rubrica de ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Ativo		
Ativos financeiros	4	16
	4	16

À data de referência de prestação de contas, o Grupo tem somente registado na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação o justo valor a 31 de dezembro de 2016, das ações do *Millennium BCP* transferidas da sociedade Fergráfica, S.A. no âmbito da liquidação desta sociedade.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

(NOTA 19)

Um dos objetivos do Grupo é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, o Grupo entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor esperado de venda.

Semestralmente o Grupo avalia a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Especificamente, no que respeita a material circulante, tendo em consideração o período decorrido desde a classificação dos ativos nesta categoria e, apesar do Grupo se manter fortemente empenhado na sua venda, entendeu-se, em 2015, ajustar o seu valor ao possível valor de mercado que era o valor de sucata, uma vez não existiam clientes interessados e não se esperava vir a recuperar o investimento realizado através da afetação do material à atividade de transporte. Este ajustamento correspondeu a um impacto negativo de €1,4 milhões nas contas do Grupo de 2015 e incidiu nas séries de material circulante com maior valor uma vez que as restantes séries já se encontravam com um valor contabilístico inferior ao valor de sucata.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor de zero conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de Dezembro de 2016:

O quadro seguinte resume, por classe de imobilizado, os ativos não correntes detidos para venda:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/16	31/12/15
Ativo		
Terrenos e recursos naturais	1 744 117	1 744 117
Edifícios e outras construções (a)	9 567 050	11 564 741
Equipamento básico (b)	5 684 397	6 252 590
	16 995 564	19 561 448

(a) Esta rubrica no exercício de 2016 teve um abate no montante de 1.997.691€

(b) Esta rubrica no exercício de 2016 teve um abate no montante de 2.252.552€ e uma reversão de imparidade no montante de 1.684.359€

A variação registada em 2016, comparativamente ao ano anterior, tem origem na rubrica de edifícios e outras construções e resulta do abate do edifício do terminal Fluvial do Terreiro de Paço, conforme determinado no despacho n.º 10759-A/2016, do Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas.

No que respeita aos edifícios classificados em ativos não correntes detidos para venda, de referir ainda, que não se identificaram quaisquer evidências da existência de imparidades face às anteriormente reconhecidas, mantendo-se a gestão de topo fortemente empenhada na venda destes ativos, tendo em resultado destes esforços assinado contrato promessa compra e venda para o imóvel com a designação de Praia das Maças.

Descrição	(valores em euros)				
	Valor contabilístico (1)	Subsídios a reconhecer (2)	Valor sucata (3)	Imparidade (4)	(1)-(2)-(3)-(4)
Várias séries	14 375 691	3 041 141	2 643 256	8 691 294	-

CAPITAL SUBSCRITO (NOTA 20)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 50/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, o capital estatutário da empresa é de 1.995.317.000 euros, sendo detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa. Este capital encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2016.

Em 2015 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em 683,483 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, tendo o mesmo sido realizado ao longo do ano o que permitiu fazer face aos pagamentos resultantes da dívida histórica (amortizações e encargos financeiros) bem como do investimento.

Também em 2016, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado igualmente por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em 654,913 milhões de euros o capital estatutário da CP, EPE, a subscrever pelo Estado em numerário, a realizar da seguinte forma:

- Março/abril - 113 milhões de euros em numerário;
- Julho/setembro - 303,824 milhões de euros, dos quais 266,824 milhões de euros por conversão de créditos detidos pelo Estado/Direção-Geral do Tesouro e Finanças e 37 milhões de euros em numerário;
- Outubro - 25,898 milhões de euros em numerário;
- Novembro - 212,191 milhões de euros, por conversão de créditos detidos pelo Estado/DCTF.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos) investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

A rubrica de Capital realizado apresenta assim, em termos acumulados, em 2016, um aumento de 654,913 milhões de euros, a que corresponde o valor do capital realizado pelo Estado no decorrer do período.

Assim, no final do ano 2016 o Grupo apresenta um capital realizado de 3.333.713.276 euros.

RESERVAS LEGAIS (NOTA 21)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março que define os Estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

OUTRAS RESERVAS (NOTA 22)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do fundo de amortização e renovação de material circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O fundo de amortização e renovação de material circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artº16º do contrato de concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

RESULTADOS TRANSITADOS (NOTA 23)

A variação dos resultados transitados diz respeito essencialmente à incorporação do resultado líquido do período anterior. Contribuem, no entanto, também para esta variação os movimentos detalhados no quadro seguinte:

(valores em euros)

Reconciliação do resultado transitado consolidado		
Resultados transitados de 2016		-5 933 918 492
Resultados transitados de 2015	-5 655 108 293	
+ Resultado líquido do período de 2015	-278 657 308	-5 933 765 601
Movimentos de 2016 directamente em Res.transitados:		-152 891

Identificação:

A justificação para esta variação, encontra-se no Impacto líquido de diversas operações em resultados transitados, relacionadas com anulações de saldos e transações intercompanhias.

AJUSTAMENTO/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (NOTA 24)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
Total	91 490 008	91 490 008

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca no montante de 97.975.959 euros e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-Lei n.º 361/85.

PROVISÕES (NOTA 25)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(Valores em euros)				
	Saldo inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	4 343 554	83 538	-	85 486	4 341 606
Acidentes ferroviários	1 325 182	466 869	-	-	1 792 051
Acid. trabalho e doenças profissionais, e outras provisões	1 010 111	11 396 274	725 918	-	11 680 467
Investimentos financeiros	672 385	-	-	517 291	155 094
	7 351 232	11 946 681	725 918	602 777	17 969 218

A variação da rubrica de provisões deve-se essencialmente à reposição da provisão para responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais, que foi constituída em 2016, no seguimento da decisão da Tutela setorial e financeira de não aceitar a adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos, o que implicou desreconhecer o valor da rubrica outras contas a pagar, onde estava registado em 2015.

As responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades em 31 de dezembro de 2016, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa (CGD PENSÕES).

Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem. A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de desconto: 1,75%.

Taxa de Crescimento das Pensões: 1,0%.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de dezembro de 2016.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS (NOTA 26)

No final do período de 2016 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Não corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	144 091 375	181 021 563
Locações financeiras	-	-
Empréstimos por obrigações	700 000 000	700 000 000
Aplicação taxa efetiva emp. obrigacionistas	(6 869 048)	(7 425 023)
Outros financiadores	1 772 056 000	2 152 570 000
	2 609 278 327	3 026 166 540
Corrente		
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	36 930 189	43 555 187
Descobertos bancários	225 436	188 482
Locações financeiras	-	-
Outros financiadores	380 514 000	455 514 000
	417 669 625	499 257 669
	3 026 947 952	3 525 424 209

O decréscimo da dívida do Grupo CP foi de cerca de 498,5 milhões de euros, tendo resultado das dotações de capital atribuídas pelo Estado para amortização dos financiamentos da CP com vencimento em 2016, bem como do esforço realizado pelas empresas do Grupo no sentido de assegurar a sua atividade de exploração com os meios libertos pela sua atividade.

Relativamente à estrutura da dívida, mantem-se a característica, já verificada no final de 2015, do peso significativo da dívida de médio e longo prazo (cerca de 86,2%) tendo como principal contributo o empréstimo de médio e longo prazo celebrado entre a CP e o Estado Português no último trimestre de 2014.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

(valores em euros)

	31/12/16	31/12/15
Instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	36 930 189	43 559 858
De 1 a 5 anos	111 558 042	124 688 230
A mais de 5 anos	32 533 333	56 333 333
Descobertos bancários		
Até 1 ano	225 436	183 811
Empréstimos por obrigações		
De 1 a 5 anos	500 000 000	500 000 000
Aplicação taxa efetiva emp. obrigacionistas	(429 855)	(621 447)
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa efetiva emp. obrigacionistas	(6 439 193)	(6 803 576)
Outros financiadores		
Até 1 ano	380 514 000	455 514 000
De 1 a 5 anos	1 622 056 000	1 622 056 000
A mais de 5 anos	150 000 000	530 514 000
	3 026 947 952	3 525 424 209

OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR (NOTA 27)

A rubrica de outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Não corrente		
Credores por acréscimo de gastos	13 390 899	31 926 392
	13 390 899	31 926 392
Corrente		
Acionistas/sócios	-	124 729
Fornecedores de Investimento	311 500	257 218
Credores por subscrições não liberadas	38 665 181	38 321 962
Outros devedores e credores	4 647 625	5 120 496
Credores por acréscimo de gastos	65 978 970	111 839 514
	109 603 276	155 663 919

Relativamente ao passivo não corrente, a variação mais significativa face ao exercício de 2015, regista-se na rubrica de credores por acréscimo de gastos em resultado da reclassificação da responsabilidade com acidentes de trabalho e doenças profissionais, no valor de cerca de 11,5 milhões de euros, que passou a ser novamente tratada como provisão, pelo facto da Tutela setorial e financeira não ter aceite o pedido de adesão da CP ao regime especial de ativos por impostos diferidos.

No passivo não corrente, em 2016, ainda se mantém o reconhecimento da responsabilidade de liquidação da dívida histórica resultante da integração dos abonos variáveis no cálculo do subsídio de férias e férias, em resultado de acordo formalizado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores, a qual será paga até ao exercício de 2019. São transferidos para ativo corrente os valores a liquidar no ano seguinte de acordo com os acordos assinados.

No que respeita ao passivo corrente, a redução significativa registada é fruto fundamentalmente da redução dos valores especializados de juros a liquidar em resultado da amortização de alguns financiamentos. Esta redução de financiamentos foi fundamentalmente conseguida através dos aumentos de capitais concedidos pelo Estado Português. De referir ainda a diminuição da necessidade de especialização de gastos relacionados com o fornecimentos e serviços externos, por motivo de a faturação ter sido registada em 2016.

FORNECEDORES (NOTA 28)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)		
Descrição	31/12/16	31/12/15
Fornecedores c/c		
Gerais	22 699 491	23 576 942
Facturas em receção e conferência	1 132 234	810 813
	23 831 725	24 387 755

Em 2016, regista-se uma diminuição dos saldos em dívida a fornecedores gerais, sendo de referir a diminuição do prazo médio de pagamentos do segmento de transportes em 13 dias, e destacandose como contributo para estes factos a diminuição da dívida às Infraestruturas de Portugal, SA, no valor de 5,4 milhões de euros. De referir também a diminuição verificada no prazo médio de pagamentos do segmento de manutenção e reparação de material circulante em 12 dias.

ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (NOTA 29)

A rubrica de adiantamentos de clientes apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	31/12/16	31/12/15
Adiantamentos de clientes		
Clientes CP	200 500	1 815 470
Clientes Fernave	374 000	374 000
	574 500	2 189 470

A variação registada face a 2015 resulta de regularização como rendimento do adiantamento efetuado à empresa, pela *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*, no âmbito da assinatura do acordo de referência para a venda da CP Carga.

De referir ainda, o contrato, celebrado em 2014, de promessa compra e venda para um edifício em Moçambique e para o qual foi recebido um sinal no montante de 374.000€.

PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO (NOTA 30)

A rubrica de passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	31/12/16	31/12/15
Derivados potencialmente desfavoráveis	-	1 291 916
	-	1 291 916

O Grupo CP não tem instrumentos financeiros derivados (*swaps* de cobertura de taxa de juro) com referência a 31 dezembro de 2016

A valorização em 31.12.2015, foi efetuada por entidade externa (IMF- Informação de Mercados Financeiros, S.A.), e respeita ao justo valor do único *swap* existente em 2015, com maturidade até abril de 2016, data em que foi encerrada a carteira.

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 31)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Prestações de serviços		
Passageiros	233 776 664	224 093 868
Outros	32 442 222	40 451 342
Total	266 218 886	264 545 210

As vendas e serviços prestados aumentaram cerca de 1,7 milhões de euros, em resultado do aumento da atividade desenvolvida no segmento de manutenção de material circulante, que registou um crescimento de 4,5 milhões de euros, e da prestação de serviços de passageiros, nomeadamente bilhetes, que apresentou um crescimento acumulado, face a igual período do ano anterior, de 10,2 milhões de euros.

O efeito destes aumentos foi parcialmente anulado em resultado da redução da prestação de serviços de aluguer de material circulante à ex-CP Carga (*Medway*).

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO (NOTA 32)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos períodos de 2015 e 2016:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Subsídios à exploração:		
Formação IEFP	16 929	-
Subsídios IEFP - medida de estágios emprego ao abrigo da portaria nº204-B/2013	-	6 649
Total	16 929	6 649

GANHOS/PERDAS IMPUTADOS A SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (NOTA 33)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Perdas		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(10 929)	(11 706 062)
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	520 659	537 593
Outros	-	-
Total	509 730	(11 168 469)

A variação favorável dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta da alienação da CP-Carga. Os valores de ganhos reconhecidos em 2016 são o resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial aos resultados do SIMEF, Nomad Tech e da OTLIS.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE (NOTA 34)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Transporte de passageiros		
Ativos fixos tangíveis	8 334 943	7 309 207
Outros	-	1 140
Total	8 334 943	7 310 347

CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS (NOTA 35)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	23 286 771	22 381 039
	23 286 771	22 381 039

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas teve um incremento de cerca de 0,9 milhões de euros, diretamente relacionado com o crescimento da atividade de manutenção e reparação de material circulante essencialmente para os clientes *Medway* e *Metro do Porto*.

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa 79% do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo. O gasto com combustível reduziu em 2016 em virtude da diminuição do preço do combustível.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 36)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)			
Conta	Designação	2016	2015
621	Subcontratos	25 639 645	25 845 840
622/626	Trabalhos especializados e outros (Nos quais está incluída a taxa uso infraestrutura)	86 177 105	87 261 078
		55 789 977	55 697 077
623	Materiais	685 852	558 063
624	Energia e fluidos	27 550 083	30 777 949
625	Deslocações, estadas e transportes	1 268 743	681 327
		141 321 428	145 124 257

Em 2016, verificou-se, por parte do Grupo, a continuação do esforço de redução dos gastos suportados, procedendo à renegociação dos contratos em vigor. No entanto, as reduções significativas já alcançadas em anos anteriores limitaram a capacidade de redução dos valores contratados.

De referir ainda a diminuição dos gastos de manutenção e reparação de material circulante em virtude da transferência, em 2015, de material circulante para a ex-CP Carga.

GASTOS COM PESSOAL (NOTA 37)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	387 249	413 767
Remunerações do pessoal	95 975 569	95 331 016
Indemnizações	3 094 424	2 678 082
Acordo dos variáveis	-	22 017 368
Encargos sobre remunerações	21 318 380	21 285 616
Encargos sobre variáveis	-	5 229 125
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e saúde	3 138 965	2 062 079
Gastos de ação social	319 034	382 174
Outros gastos com o pessoal	541 201	1 555 531
	124 774 822	150 954 758

O decréscimo registado nesta rubrica resulta da inexistência do impacto negativo registado em 2015 em resultado do reconhecimento em gastos com pessoal da responsabilidade decorrente de acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídios de férias. O impacto deste acordo em 2015 ascendeu a 27,2 milhões de euros.

IMPARIDADES DE INVESTIMENTO NÃO DEPRECIÁVEIS / AMORTIZAÇÕES (NOTA 38)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Perdas		
Em investimentos financeiros	(111 112)	(92 420 154)
Ativos não correntes detidos para venda	-	(1 405 688)
Reversões		
De investimentos financeiros	-	87 110
Ativos não correntes detidos para venda	1 684 358	373 329
	1 573 246	(93 365 403)

Em 2016 regista-se uma acentuada diminuição das imparidades com investimentos financeiros, em resultado da alienação da participação no capital da CP Carga, SA, concretizado em 20 janeiro de 2016, mas com impacto registado nas contas de 2015.

De igual forma, não foram registadas imparidades em 2016 relacionadas com ativos não correntes detidos para venda, tendo, pelo contrário, sido revertidas algumas das imparidades registadas em anos anteriores, em resultado do abate de material circulante classificado nesta classe de ativos.

OUTROS RENDIMENTOS (NOTA 39)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Rendimentos suplementares	9 194 761	12 708 727
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 279	1 399
Ganhos em inventários	44 117	15 260
Restantes ativos financeiros	3 620 550	2 846 087
Investimentos não financeiros	37 831	20 208 049
Outros	23 237 098	33 131 802
	36 135 636	68 911 324

A redução registada na rubrica de outros rendimentos e ganhos resulta fundamentalmente da inexistência do impacto positivo, registado em 2015, decorrente da operação de aumento de capital em espécie realizado na CP Carga, e que motivou o reconhecimento de mais-valias, no valor de cerca de 19,3 milhões de euros, e de rendimentos de subsídios ao investimento, no valor de cerca de 20,9 milhões de euros.

OUTROS GASTOS (NOTA 40)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Impostos	180 643	255 717
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	7 998	286 283
Perdas em inventários	108 001	243 791
Investimentos não financeiros	4 594 182	530 713
Outros	4 441 171	3 000 903
	9 331 995	4 317 407

Para o aumento da rubrica de outros gastos, em 2016, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- O abate do terminal do Terreiro do Paço, em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016 dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, com um impacto negativo de cerca de 2 milhões de euros nas contas do Grupo;
- O abate de material circulante com um impacto negativo nas contas do Grupo de cerca de 2,6 milhões de euros.

AUMENTOS / REDUÇÕES JUSTO VALOR (NOTA 41)

A rubrica de aumentos/reduções de justo valor é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Ganhos		
Instrumentos financeiros	1 291 916	2 411 650
	1 291 916	2 411 650

O ganho reconhecido em 2016 relativo ao justo valor dos instrumentos financeiros derivados resulta da desmobilização da carteira de derivados, que ocorreu em abril de 2016, com o vencimento do último instrumento de gestão de risco financeiro que o Grupo detinha em carteira, em simultâneo com a amortização do empréstimo *Eurofima* de base a este derivado. A avaliação destes derivados foi até essa data assegurada por entidade externa. Conforme referido anteriormente, o Grupo já não dispõe de instrumentos financeiros derivados no final de 2016, pelo que este movimento resulta do vencimento da última operação.

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO (NOTA 42)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	56 465 759	60 151 167
Ativos intangíveis	20 838	11 558
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	-	15
	56 486 597	60 162 710

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 3. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Em 2016 verificou-se uma diminuição do valor das depreciações, face a 2015, em cerca de 3,7 milhões de euros, em resultado do abate ou término do período de depreciação dos bens, não compensado pelo investimento realizado no período.

IMPARIDADES DE INVESTIMENTOS DEPRECIÁVEIS / AMORTIZÁVEIS (NOTA 43)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis reconhecida no período respeita essencialmente à rubrica de equipamento básico e resulta do seu valor líquido exceder o seu valor recuperável, apresentando os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2016	2015
Perdas		
Ativos fixos tangíveis	-	(260 427)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	855 533	1 418 491
Total	855 533	1 158 064

A variação da rubrica reversões por imparidade deve-se à conclusão das reparações de material circulante acidentado.

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 44)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é detalhada como segue:

(valores em euros)

Descrição	2016	2015
Juros obtidos	179 648	3 651 990
	179 648	3 651 990

A variação desta rubrica justifica-se pelo facto dos valores de 2015 evidenciarem o impacto da exclusão da CP Carga do método de consolidação integral, impacto que deixa de existir em 2016 em resultado da alienação da empresa.

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS (NOTA 45)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)		
Descrição	2016	2015
Juros suportados	82 718 467	96 655 462
Outros gastos e perdas	5 699 972	10 973 874
	88 418 439	107 629 336

No exercício de 2016, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista uma diminuição de cerca de 19,2 milhões de euros que decorre da diminuição da dívida financeira do Grupo e das taxas de juro de financiamento que se mantêm em níveis historicamente baixos.

PASSIVOS CONTINGENTES (NOTA 46)

Não aplicável.

GARANTIAS E AVALES (NOTA 47)

Garantias prestadas a favor do Grupo CP:

(valores em euros)	
Garantias e fianças prestadas ao Grupo CP:	
- Pelo Estado	678 834 063
- Por entidades bancárias a favor de terceiros	1 282 960
Garantias e fianças bancárias prestadas pelo Grupo CP a favor de terceiros	1 457 725

REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS (NOTA 48)

A Sociedade Oliveira, Reis & Associados - SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da revisão e certificação legal das contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 21.500 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

A Sociedade Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda., apresenta honorários anuais, no âmbito da auditoria às contas individuais e consolidadas da CP, na quantia de 11.750 euros, acrescidos de IVA à taxa legal.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO (NOTA 49)

Não existem acontecimentos relevantes após a data de balanço a relatar.

Contabilista Certificado **Dr.ª Ana Coelho**

Presidente **Eng.º Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró**

Vogal **Dr. Nuno Serra de Sanches Osório**

Vogal **Dr.ª Maria João Semedo Carmelo Rosa Calado Lopes**



DOCUMENTOS ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E., (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada 31 de dezembro 2016 (que evidencia um total de 667.693.312 euros e um total de capital próprio negativo de 2.651.383.404 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 143.999.549 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e os Anexos às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



ÊNFASE

Chamamos a atenção para o facto do Relatório e Contas do Grupo, referente ao exercício de 2015, ainda não se encontrar formalmente aprovado pela Tutela. Salientamos ainda, que o Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos, de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2016, um total de capital próprio negativo de 2.651.383.404 euros. Apesar de o endividamento ter diminuído em 498.476.257 euros, dos quais 479.015.084 euros respeitantes a conversão de dívida em capital, o seu grau de endividamento mantém-se elevado. O ativo líquido encontra-se totalmente financiado por capitais alheios, maioritariamente do Estado Português. Tratando-se de um grupo, essencialmente com relevantes obrigações inerentes ao serviço público, considera-se não estar em causa a continuidade das operações, tendo no entanto presente que depende essencialmente do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
Reconhecimento do Rédito	
<p>O rédito resultante dos serviços prestados pelo Grupo ascendeu a 266.218.886 euros, conforme nota 31. Esse rédito é proveniente, essencialmente, da venda dos bilhetes de passageiros.</p> <p>Do elevado número de registos do sistema da bilhética e sua integração na contabilidade, apesar do automatismo informático, resultará risco de reconhecimento do rédito, pelo que foi considerado matéria relevante de auditoria.</p> <p>O rédito é uma rúbrica à qual se associa o risco de fraude (ISA 240).</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros,</p> <ul style="list-style-type: none">i) Levantamento do ciclo da receita;ii) Identificação dos controlos existentes no ciclo da receita;iii) Teste aos controlos identificados de integração da receita, resultantes do processo da bilhética.

Matérias relevantes de auditoria	Resposta do Auditor
<p>Imparidade dos ativos não correntes detidos para venda e de ativos fixos tangíveis</p> <p>A imparidade dos ativos fixos tangíveis e dos ativos não correntes detidos para venda ascende a 6.289.415 euros e 8.691.294 euros, respetivamente, conforme divulgado nas notas 7 e 19.</p> <p>A valorização destes ativos foi considerada uma matéria relevante porque assenta em validações que, embora sejam efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, e por peritos independentes, para os imóveis, têm sempre um carácter subjetivo.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros,</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Análise dos principais movimentos ocorridos no ano; ii) Análise do suporte ao cálculo da imparidade registada, incluindo avaliações por peritos independentes e qualificadas dos imóveis; iii) Avaliação dos esforços empreendidos para alienar estes bens.
<p>Matérias relevantes de auditoria</p> <p>Provisões</p> <p>A rubrica de provisões apresenta, em 31 de dezembro de 2016, um saldo de 17.969.218 euros, conforme a nota 25. Este saldo está essencialmente relacionado com provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.</p> <p>Dada a significância e julgamento desta matéria (nomeadamente o uso de estimativas para a sua valorização e grau de incerteza), optámos por considerar o reconhecimento e quantificação das provisões como uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros,</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões; ii) Obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas; iii) Indagação junto da gestão.
<p>Matérias relevantes de auditoria</p> <p>Imparidade de Inventários</p> <p>Os inventários, que em 31 de dezembro de 2016 ascendem a 27.740.855 euros são registados nas demonstrações financeiras pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.</p> <p>No âmbito da atividade desenvolvida, o Grupo está obrigado a deter inventários por longos períodos, com o propósito de suprir necessidades que emergem das responsabilidades.</p> <p>Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 13 do Anexo), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros,</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria; ii) Assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo; iii) Teste aos pressupostos subjacentes à estimativa das perdas por imparidade em inventários, indexada à perspetiva de consumo/rotação dos materiais; iv) Corroboração dos pressupostos subjacentes com equipas técnicas do Grupo; v) Análise dos principais movimentos ocorridos no ano; vi) Aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma

- base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
 - comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
 - das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE O RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório do governo societário, apresentado quando do processo de prestação de contas individuais, inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

SOBRE O PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

Dando cumprimento ao ofício n.º 1268 de 27 de fevereiro de 2017 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, somos de parecer que o Grupo não cumpre integralmente com o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme estipulado no art.º 86º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março.




SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. pela primeira vez por despacho a 16/05/2014 para completar o mandato compreendido entre 2013 e 2015, mantendo-nos em funções para o exercício de 2016, na ausência da ocorrência de nova designação.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 27 de abril de 2017;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços ao Grupo.

Lisboa, 27 de abril de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por


Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056



RELATÓRIO DE AUDITORIA EMITIDO NOS TERMOS REQUERIDOS PELO ARTIGO 245º, nº1, al. b) DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 667.693.312 euros e um total de capital próprio negativo de 2.651.383.404 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 143.999.549 euros), a demonstração consolidada dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e os Anexos às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das Entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

O Grupo tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido do ano findo em 31 de dezembro de 2015, cujo Relatório e Contas não foi ainda aprovado pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2016, um total de capital próprio negativo de 2.651.383.404 euros.

Adicionalmente, salientamos que no ano em análise se verificou uma diminuição significativa dos financiamentos, no valor de 498.476.257 euros, dos quais 479.015.084 euros por conversão em capital. No entanto, o Grupo continua a possuir um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido financiado, em grande parte, pela Tutela Sectorial e Financeira.

Tratando-se de um Grupo que presta um serviço público, a continuidade das suas operações não está em causa, no entanto, a realização dos seus ativos, nomeadamente, do material circulante e de outros ativos operacionais, continua a depender do suporte financeiro do Estado Português, seu Acionista único, e do sucesso futuro das suas operações.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados

Reconhecimento do Rédito

O rédito dos serviços prestados pelo Grupo, que incluem essencialmente o transporte de passageiros e a manutenção e reparação de material circulante, ascendeu a 266.218.886 euros, conforme divulgado na nota 31.

O risco do reconhecimento do rédito está relacionado, por um lado, com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, e por outro, com o nível de julgamento da Administração na determinação do grau de acabamento dos serviços prestados à data do balanço, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.

O rédito é uma rubrica à qual se associa o risco de fraude.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

a) levantamento e identificação dos controlos existentes no ciclo da receita;

b) teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade, com o apoio de um especialista em auditoria informática, credenciado em tecnologias de informação;

c) análise dos pressupostos considerados no reconhecimento das obras em curso;

d) análise dos ajustamentos efectuados ao rédito no final do ano; e

e) identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.

JR



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados

Imparidade dos ativos fixos tangíveis e dos ativos não correntes detidos para venda

A imparidade dos ativos fixos tangíveis e dos ativos não correntes detidos para venda ascendem a 6.289.415 e 8.691.294 euros, respectivamente, conforme divulgado nas notas 7 e 19.

A imparidade destes ativos foi considerada uma matéria relevante porque assenta em validações que embora sejam efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, e por peritos independentes, para os imóveis, têm sempre um carácter subjetivo.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise dos principais movimentos ocorridos no ano;
 - b) análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respectivos pressupostos e as avaliações independentes dos imóveis; e
 - c) avaliação dos esforços empreendidos pelo Grupo para alienar os ativos não correntes detidos para venda.
-

Provisões

As provisões apresentam um saldo de 17.969.218 euros, em 31 de dezembro de 2016, conforme divulgado na nota 25.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários. Os movimentos registados nestas provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos do Grupo.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo elevado grau de julgamento e de incerteza associado.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
- b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas; e
- c) indagação junto da gestão.



Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados

Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados

Imparidade dos inventários

Os inventários, que em 31 de dezembro de 2016 ascendem a 27.740.855 euros, são registados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Associado às responsabilidades assumidas perante os seus clientes, o Grupo detém inventários por longos períodos. Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 13), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;
- b) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pelo Grupo;
- c) teste aos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa das perdas de imparidade em inventários;
- d) corroboração dos pressupostos subjacentes com equipas técnicas do Grupo;
- e) análise dos principais movimentos ocorridos no ano; e
- f) aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das Entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório do governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis às Entidades que compõem o Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Ra



Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos outros serviços ao Grupo.

Lisboa, 12 de abril de 2017

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CONTAS CONSOLIDADAS 2016 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos¹ da empresa e os artigos 420.º, 452.º do Código das Sociedades Comerciais² (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2016.

O presente Relatório e Parecer têm em consideração a certificação legal emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e as informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria³, com as quais concordamos e, ainda, as conclusões contidas no Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, sobre as demonstrações financeiras do Grupo desse período, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas do Grupo CP.

A título enquadrador e informativo, é de assinalar que:

- À CP, enquanto empresa pública, e às suas participadas, é aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, doravante designado abreviadamente como RJSPE;
- A CP, na qualidade de empresa-mãe, detinha, em 31 de dezembro de 2016, valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, pelo que as suas contas consolidadas devem ser apresentadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro nos termos da legislação em vigor;
- Assim, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CP, aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa⁴, foram preparadas a partir de registos contabilísticos das empresas incluídas no perímetro de consolidação de acordo com as

¹ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 59/2012, de 14 de março.

² De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

³ Apresentado ao CF nos termos previstos do artigo 11.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e do artigo 24.º, n.º 1 e n.º 2, do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.

⁴ Em reunião de 12 de abril de 2017, tendo o Conselho de Administração deliberado submetê-las à aprovação da tutela financeira e setorial.



CONSELHO FISCAL

Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia e em vigor em 31 de dezembro de 2016;

- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda⁵ notificação de 2014 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais⁶ foram introduzidas alterações de relevo nos critérios sujeitos a verificação aquando da classificação de unidades institucionais públicas.

Em consequência, várias unidades institucionais, anteriormente classificadas fora deste universo, passaram a estar incluídas no sector das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais. Tal sucedeu com a CP, a empresa-mãe do Grupo, cuja inclusão no perímetro das Administrações Públicas resultou da alteração⁷ no designado rácio dos 50%, ou “*rácio de mercantilidade*”;

É neste contexto que são apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas e o desempenho do grupo, como se uma única entidade se tratasse.

2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA

O CF durante o exercício objeto de análise, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, tendo, designadamente, procedido a:

- i) Reuniões com membros do Conselho de Administração de forma a seguir o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o ROC;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;
- iv) Reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- v) Emissão de Parecer sobre o empréstimo celebrado com o Estado no montante de 25,85 milhões de euros;
- vi) Emissão de Parecer relativamente à alienação do antigo centro de férias da Praia das Maçãs;
- vii) Elaboração de relatórios trimestrais que incidiram sobre os relatórios de gestão que correspondem a análises trimestrais de execução orçamental, apresentados pelo Conselho de Administração;
- viii) Emissão do parecer referente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2016.

⁵ Emitida em setembro de 2014.

⁶ SEC 2010.

⁷ O rácio passou a incluir no denominador, correspondente aos custos operacionais, os encargos líquidos com o pagamento de juros.



3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO GRUPO CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contrato são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)⁸, que abarca o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, ao considerarem o contrato em vigor inadequado, acordaram a sua revogação.

Entretanto, não foi ainda celebrado novo contrato de serviço público e pelo segundo ano consecutivo não foram atribuídas à CP indemnizações compensatórias.

A CP gere um portefólio de empresas nas áreas da manutenção de equipamentos ferroviários, seguros, saúde e formação técnica, procurando, desta forma, sinergias e a maximização da eficiência integrada de todo o Grupo CP.

A atividade das empresas do grupo é centrada nas orientações estratégicas da CP, as quais são definidas com as orientações das tutelas financeiras e setorial e com as do PET em vigor para o período 2014 -2020.

O grupo CP, detém também outras participações minoritárias noutras empresas, designadamente em agrupamento de empresas (ACE), obedecendo a uma estratégia de cooperação em atividades relacionadas com as da empresa CP.

Importa assinalar que em 20 de janeiro de 2016 foi concluído o processo de privatização da CP Carga, SA, pertencente ao Grupo CP, à MSC Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – operadores ferroviários, SA. No entanto, em 31 de dezembro de 2016, a CP ainda detém uma participação de 5%⁹, de carácter temporário, até que estejam concluídos os termos previstos no Acordo de venda de referência.

⁸ Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro.

⁹ Registrados na rubrica de outros investimentos financeiros.



CONSELHO FISCAL

Neste contexto a CP, enquanto empresa-mãe do Grupo CP, detém, em 31 de dezembro de 2016, direta e maioritariamente empresas designadas pela CP de “subsidiárias”, cujas participações encontram-se reconhecidas pelo método da consolidação integral e que são as seguintes:

- A EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF), detida pela CP em 100%, com o capital social de 8 100 000 euros e que tem como atividade o fabrico, bem como a reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos, veículos ferroviários, navios e autocarros; engenharia de reabilitação, reparação e manutenção de veículos de transporte; estudo de instalações oficinais para manutenção. Esta empresa detém uma participação de 51% no ACE¹⁰ SIMEF e 35% na sociedade Nomad Tech, Lda;
- A SAROS – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. (SAROS), detida 100% pela CP, com o capital social de 5 000 euros e cujo objeto social consiste na atividade de mediação de seguros;
- A FERNAVE – Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S.A. (FERNAVE), igualmente detida pela CP em 100%, o capital social - 50 000 euros e que tem por objeto social a formação e o desenvolvimento técnico-profissional do pessoal da empresa acionista, bem como do pessoal de outras empresas dos sectores de transportes, comunicações, portuário e das que se situem na sua envolvente tecnológica. A FERNAVE detém uma participação de 19,1% na Transcom, SARL, sediada em Moçambique;
- A ECOSAÚDE – Educação, Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A. (ECOSAÚDE), capital social de 50 000 euros, integralmente detido pela CP, dedica-se à prestação de cuidados de saúde, a criação e gestão de unidades de cuidados de saúde e condições de trabalho; o ensino, a formação e o desenvolvimento técnico/profissional de nível superior e médio, designadamente nas áreas das condições de trabalho, saúde e ambiente;

Conforme referido anteriormente, a CP, direta ou indiretamente, detém ainda participações financeiras em empresas ou outras entidades que se encontram reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial, decorrente do interesse estratégico para as operações da empresa¹¹, e que são as seguintes:

- TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE (33,33%)
- SIMEF - Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária ACE (51%);
- NOMAD TECH, Lda (35%);

¹⁰ Agrupamento complementar de empresas.

¹¹ Como é o caso da OTLIS, ACE, e do TIP, ACE, que são entidades que desenvolvem atividade no domínio da bilhética.



- OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, ACE (14,28%).

Além das referidas participações em empresas “subsidiárias” e “associadas”, a CP ainda detém participações minoritárias e temporárias, e portanto fora do perímetro de consolidação, em 13 outras entidades e empresas, onde se inclui a participação na CP Carga (5%)¹², e que se encontram reconhecidas na rubrica “Outros Investimentos Financeiros”, valorizadas ao custo menos perdas de imparidades¹³, o que representa um total líquido de 27,8 milhões de euros, já deduzido de imparidades de 0,9 milhões de euros..

4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

O Grupo encerrou o exercício de 2016 com um resultado líquido negativo de 144 milhões de euros, evidenciando uma melhoria de 134,7 milhões de euros face ao registado em 2015 (-278,7 milhões de euros).

Esta melhoria resulta fundamentalmente da ausência do impacto líquido negativo registado em 2015 nas contas do Grupo, de cerca de -85 milhões de euros, em resultado da venda da CP Carga, do reconhecimento, também em 2015, de gastos com pessoal adicionais, no valor de 27,2 milhões de euros, referentes a anos anteriores, em resultado do acordo celebrado a 22 de abril de 2015 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT) relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias e da melhoria do resultado financeiro, que se apresenta 14,6 milhões de euros acima do registado em 2015, decorrente fundamentalmente da redução da dívida.

O EBITDA recorrente (ou ajustado)¹⁴ do Grupo registado em 2016, de 6,7 milhões de euros, é inferior ao de 2015 em 0,3 milhões de euros (4%).

O Resultado Operacional apurado em 2016, de -53,6 milhões de euros, é mais favorável face ao registado no ano anterior em 123,1 milhões de euros, contribuindo para esta situação, os seguintes factos adicionais:

¹² Registado pelo valor bruto de 80 mil euros para o qual foi reconhecida uma imparidade total daquele valor.

¹³ Dado que o justo valor destas participações não é possível obtê-lo de forma fiável.

¹⁴ O EBITDA Recorrente é definido pela CP como o “Resultado operacional da atividade de transportes”, ou seja, o EBITDA “antes de indemnizações por rescisão, aplicação do método de equivalência patrimonial, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com a atividade da empresa”. Assinala-se, igualmente, que o EBITDA referente aos anos em referência (2015 e 2014) diverge do divulgado em 2015 e 2014, pelo facto da CP ter alterado o critério de apuramento daquele indicador, excluindo rendimentos e gastos não relacionados diretamente com a atividade de transporte, designadamente os decorrentes da venda e abate de ativos ou outros rendimentos e gastos extraordinários. Consideramos que deve ser adotado o procedimento de detalhar e fundamentar a reexpressão dos indicadores em causa, com vista a salvaguardar a comparabilidade das mesmas com as do exercício em análise.



CONSELHO FISCAL

- Diminuição das *imparidades de investimentos não depreciables/amortizáveis* em 94,9 milhões de euros devido à ausência do impacto líquido negativo registado em 2015 nas contas do Grupo, decorrente do ajustamento do valor da participação financeira na CP Carga por força do processo de alienação desta participação à MSC SA;
- Diminuição das *imparidades de dívidas a receber* em 31 milhões de euros devido fundamentalmente ao reconhecimento em 2015 de perdas esperadas relacionadas com a venda de créditos, em resultado da celebração de acordo de referência para a venda da CP Carga;
- Inexistência do impacto negativo nos gastos com pessoal, reconhecidos em 2015, no valor de 27,2 milhões de euros, referentes a anos anteriores, em resultado do acordo celebrado com as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT)¹⁵ relativo à integração dos abonos variáveis no conceito de remuneração usado para cálculo da retribuição de férias e subsídio de férias;
- Aumento dos *ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos* em 11,7 milhões de euros, dado que em 2015 foram registadas perdas na CP Carga de cerca de 10,9 milhões de euros;
- Diminuição do valor das *depreciações*, face a 2015, em 3,7 milhões de euros, em resultado fundamentalmente da transferência, em 2015, de material circulante para a CP Carga;
- Reconhecimento de rendimento no valor de 1,6 milhões de euros relativo à venda da ex-CP Carga (*Medway*), por regularização de adiantamento efetuado em 2015 e tendo por base valor estimado de venda;
- Inexistência do impacto positivo, registado em 2015, em *Outros Rendimentos e Ganhos (movimentos transferência bens CP Carga)*, no valor de 40,3 milhões de euros, em resultado da operação de aumento de capital em espécie realizado pela CP, em concreto, o reconhecimento de mais-valias com a transferência de locomotivas para a CP Carga (+19,3 milhões de euros), e o reconhecimento como rendimentos da totalidade dos subsídios ao investimento alocados a esse material (+20,9 milhões de euros);
- Aumento dos gastos com abates de material circulante em aproximadamente 2,2 milhões de euros;
- Aumento dos *outros gastos e perdas*, em cerca de 2 milhões de euros, decorrente do abate do Terminal do Terreiro de Paço, em resultado da publicação do despacho 10759-

¹⁵ A 22 de abril de 2015.

CONSELHO FISCAL

A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;

- Diminuição dos rendimentos relacionados com venda de sucata em 0,9 milhões de euros.

Conforme referido anteriormente, o Resultado Financeiro apresenta-se melhor face ao registado em 2015 em 14,6 milhões de euros, em resultado da diminuição da dívida financeira do Grupo CP e da manutenção das taxas de juro de financiamento em níveis historicamente baixos. De referir, apesar desta melhoria, a diminuição do impacto favorável das variações de justo valor dos derivados em 1,1 milhões de euros em resultado do término em abril do único contrato de derivados detido pelo Grupo.

No período em análise, o ativo do Grupo CP diminuiu 57,9 milhões de euros, evidenciando um montante total de 667,7 milhões de euros, resultante dos seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos ativos fixos tangíveis em 44,2 milhões de euros, fundamentalmente em resultado das depreciações não terem sido compensadas pela realização de novo investimento. De referir ainda a ocorrência de abate de material circulante e outros ativos fixos tangíveis, dos quais se destaca o Terminal do Terreiro do Paço, no valor total líquido de 4,6 milhões de euros;
- Diminuição dos *ativos por impostos diferidos* em 2,6 milhões de euros em resultado da não aceitação do pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;
- Aumento dos *inventários* em 4,6 milhões de euros no segmento de negócio de manutenção de material circulante com o objetivo de assegurar as intervenções programadas;
- Diminuição do saldo de *clientes e de outros créditos a receber* em 15,7 milhões de euros, em resultado fundamentalmente da diminuição das dívidas da ex-CP Carga (*Medway*);
- Diminuição dos *ativos não correntes detidos para venda* em 2,6 milhões de euros, nomeadamente pelo facto de se ter procedido ao referido abate do ativo da empresa do Terminal Fluvial do Terreiro do Paço em resultado da publicação do despacho 10759-A/2016, dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas;



CONSELHO FISCAL

No que se refere ao Capital Próprio do Grupo, verificou-se um desagravamento em 510,8 milhões de euros, passando de 3.162,1 milhões de euros negativos em 2015 para os 2.651,4 milhões de euros negativos em 2016, resultante, fundamentalmente, dos aumentos de capital realizados pelo Estado no montante total de 654,9 milhões de euros na CP.

O total do passivo do Grupo CP registou uma diminuição de 568,7 milhões de euros, no período em análise, situando-se nos 3.319,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *financiamentos obtidos* em 498,5 milhões de euros, através da utilização do numerário relativo aos mencionados aumentos de capital realizados pelo Estado, para amortização de financiamentos com vencimento no período em análise, bem como da conversão em capital estatutário da empresa do montante correspondente ao empréstimo concedido pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças que se encontrava vencido;
- Aumento das *Provisões* em 10,6 milhões de euros, fundamentalmente em resultado da transferência de *outras contas a pagar* (de acréscimos de gastos), em virtude de não ter sido aceite o pedido da CP de adesão ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos;
- Diminuição do saldo de *Fornecedores e outras dívidas a pagar* em 65,2 milhões de euros, fundamentalmente em resultado da redução dos valores especializados de juros a liquidar em resultado da amortização de alguns financiamentos;
- Diminuição dos *Diferimentos* em 13,1 milhões de euros em resultado fundamentalmente da regularização da faturação emitida ao Ministério do Fomento da Argentina, no valor de 4,9 milhões de euros, por o contrato de venda de material circulante ter sido rescindido por motivos de incumprimento, bem como do reconhecimento, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dos subsídios ao investimento recebidos, na proporção em que igualmente é reconhecida a respetiva depreciação;
- Diminuição dos *Passivos Financeiros detidos para negociação* em 1,3 milhões de euros, em resultado do término do referido contrato de derivados detido pelo Grupo.

4.1 Empresas do Grupo

No que se refere às outras empresas do grupo CP, destaca-se o seguinte:

- **EMEF**

O resultado líquido da EMEF foi positivo em 3,5 milhões de euros, superior em 2,1 milhões de euros ao registado em 2015, apresentando um EBITDA positivo de 5,4 milhões de euros.

O resultado operacional apresentou-se positivo em 4,4 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 2,2 milhões de euros face ao registado em 2015 (+98%), justificado, essencialmente, pelo forte aumento da atividade, que reflete uma melhoria de cerca de 7,7% do volume de negócios face ao exercício homólogo, e pela diminuição dos juros e gastos similares suportados, resultante da redução do endividamento e da manutenção das taxas de juros baixas.

Assim, no final de 2016 a EMEF contava com 1048 trabalhadores, representando um aumento de 7% face a 2015 (979)¹⁶, tendo, ainda assim, os gastos com pessoal sofrido uma redução de 1% face a 2015.

Importa ainda assinalar os seguintes factos ocorridos em 2016:

- A formalização do acordo entre a CP e a EMEF para a conversão de dívida de curto prazo em médio e longo prazo, convertendo os empréstimos de curto prazo no valor global de 13,5 milhões de euros num único contrato de empréstimo a médio e longo prazo de 9 anos;
- O processo de investigação desencadeado formalmente a 2 de junho de 2016 pela Comissão Europeia, por alegados auxílios de Estado à EMEF, decorrente da queixa apresentada por um terceiro, sendo que à data de 31 de dezembro de 2016 a Comissão ainda não tinha adotado qualquer decisão final sobre o processo, mantendo-se a EMEF a colaborar com as autoridades comunitárias em articulação com a CP.

- **FERNAVE**

A FERNAVE apresentou uma melhoria do resultado líquido negativo de 483,7 milhares de euros, obtido em 2015, para os 58,6 milhares de euros negativos em 2016, representando uma melhoria de 88%, em virtude do incremento do volume de negócios (102%) e da redução dos gastos com pessoal.

Salienta-se, ainda, que os resultados foram influenciados por uma imparidade registada em 2016, ao nível da participada moçambicana Transcom no valor de 111,1 milhares de euros devido à desvalorização do metical face ao euro.

¹⁶ Não existe a referência ao despacho autorizador.



CONSELHO FISCAL

Neste contexto, o resultado operacional da FERNAVE teve um aumento de 444,8 milhares de euros, atingindo o valor positivo de 49,9 milhares de euros, o que representa uma melhoria significativa de cerca de 113% face a 2015 (-394,9 milhares de euros).

Por conseguinte, o EBITDA regista um valor positivo de 74 milhares de euros, registando um aumento de 124%, face a 2015.

A empresa reduziu os seus efetivos em 28%, face a 2015, passando de 58 trabalhadores para um total de 20 trabalhadores, tendo os gastos com pessoal sofrido, consequentemente, uma redução de 15%. A variação ocorrida nos efetivos da FERNAVE é justificada, essencialmente, pela cedência de trabalhadores à CP.

No entanto, o rácio dos principais gastos operacionais (FSE e gastos com pessoal) pelo volume de negócios situou-se nos 113%, um aumento de 90% face a 2015. O aumento dos FSE deve-se ao aumento da atividade da empresa verificado em 2016, designadamente na área da formação, a qual é suportada com recurso a subcontratos com entidades terceiras.

• ECOSAÚDE

No ano de 2016 a empresa registou um crescimento de 1% no volume de negócios, continuando em evolução perspetivada pela reestruturação de 2009, tendo alcançado um EBITDA positivo de 107,3 milhares de euros.

Com o resultado operacional de 27,7 milhares de euros, apresentou em 2016 um resultado líquido positivo de 4,3 milhares de euros, o que representa uma melhoria de 7% face a 2015.

Salienta-se que em 2016, a ECOSAÚDE perdeu um dos seus principais clientes na área da saúde do trabalho, a Infraestruturas de Portugal, SA, e o segundo maior cliente na área de segurança no trabalho, a Medway (ex-CP Carga). Esta situação decorreu do facto da ECOSAÚDE não ter ganho os concursos lançados por aqueles clientes para a prestação daqueles serviços.

Em termos de recursos humanos, a empresa contava no final de 2016 com 21 trabalhadores o que representa uma redução de 9% face a 2015, conseguida através de processos de rescisão por mútuo acordo.

• SAROS

Em linha com desempenhos obtidos em exercícios anteriores, a SAROS registou um resultado líquido positivo de 395 milhares de euros. Este resultado foi superior em 2% face ao ano anterior.

Registou em 2016 um acréscimo de Vendas e Serviços Prestados de 3%, situando-se nos 463,3 milhares de euros, e um EBITDA positivo de 483 milhares de euros.

A rubrica de FSE apresentou uma redução de 3% face a 2015, enquanto os gastos com pessoal aumentaram em 4% em resultado da reversão das reduções remuneratórias.

5. PARECER

O CF tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., e do Relatório dos Auditores Externos, Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro e Associados, SROC, Lda., os quais foram considerados para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer.

O CF analisou as demonstrações financeiras consolidadas, preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo CP, à data de 31 de dezembro de 2016 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data, tendo em consideração as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e no relatório dos auditores externos.

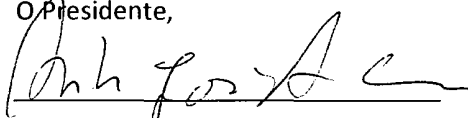
No âmbito das suas funções, o CF verificou que o conjunto das demonstrações financeiras consolidadas permite uma adequada compreensão da situação financeira do Grupo CP.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CP, relativas ao exercício de 2016, com as ênfases mencionadas na Certificação Legal das Contas e pelos auditores externos.

Lisboa, 15 de maio de 2017

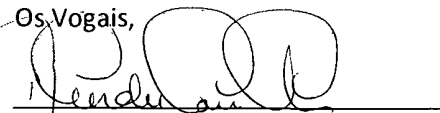
O Conselho Fiscal,

O Presidente,

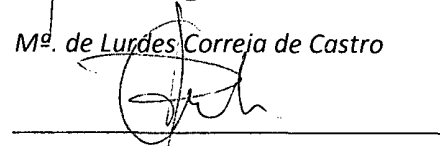


António Farinha Simão

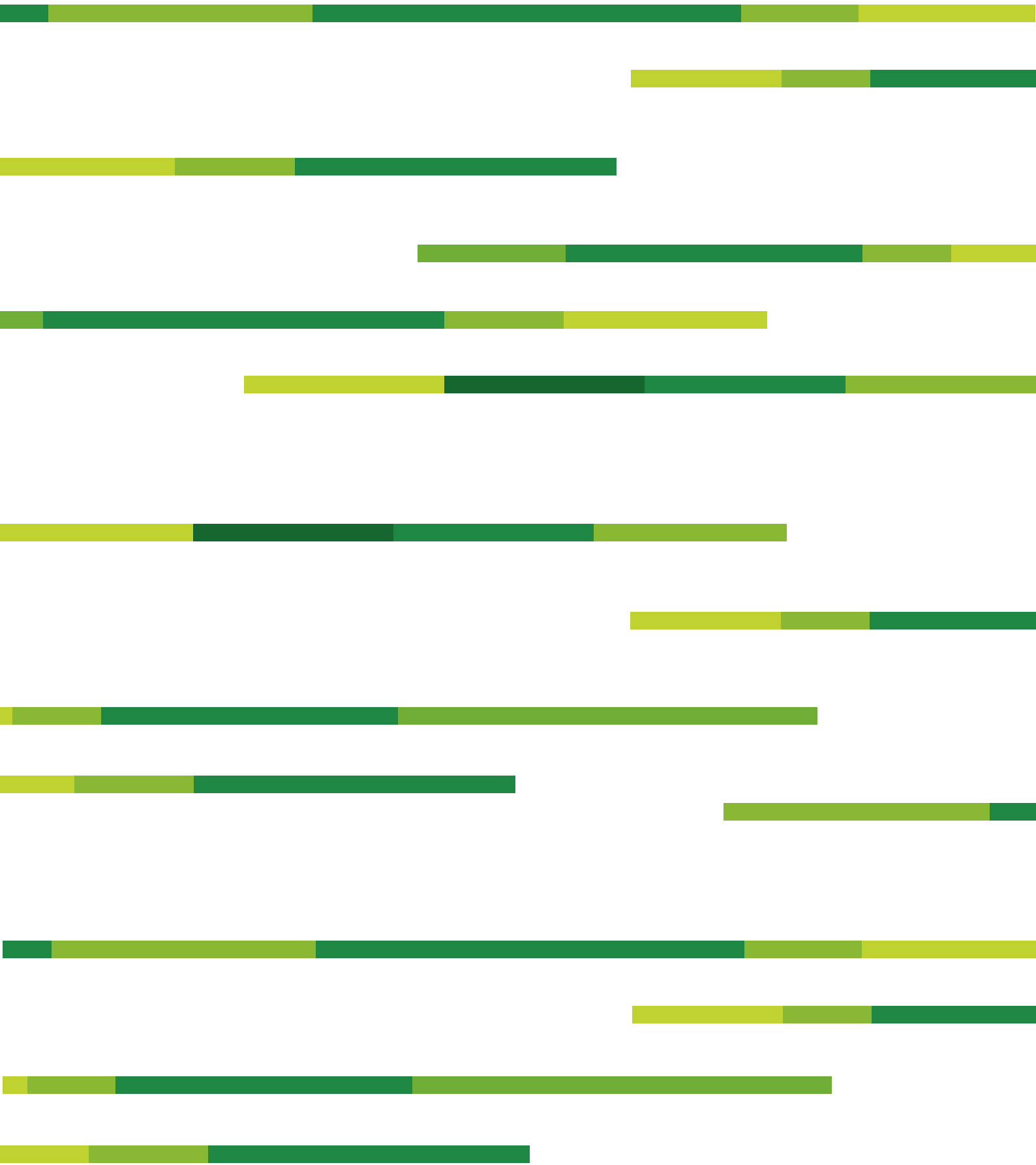
Os Vogais,



M.ª de Lurdes Correia de Castro



Nelson Costa Santos



COMBOIOS DE PORTUGAL